

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PEDRO GUSTAVO DE SOUSA SILVA

DILEMAS DE UM PARTIDO DE GOVERNO: CONFLITOS ENTRE PT E GOVERNO
LULA (2003-2006)

FORTALEZA
2011

PEDRO GUSTAVO DE SOUSA SILVA

DILEMAS DE UM PARTIDO DE GOVERNO: CONFLITOS ENTRE PT E GOVERNO
LULA (2003-2006)

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe

FORTALEZA
2011

PEDRO GUSTAVO DE SOUSA SILVA

DILEMAS DE UM PARTIDO DE GOVERNO: CONFLITOS ENTRE PT E GOVERNO
LULA (2003-2006)

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Auxiliadora de A. Lima Lemenhe (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Rejane Maria Vasconcelos A. de Carvalho
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Adelita Neto Carleial
Universidade Estadual do Ceará

A seu Geovar e dona Graça, por lidarem com a vida de uma maneira mais simples.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grato ao apoio e confiança dos familiares. Aos meus pais, seu Geovar e dona Graça, por tornarem a vida uma “coisa” mais simples. Aos avôs e avós – seu Neu (*in memorian*), dona Chiquinha (*in memorian*), seu Luiz e dona Tereza –, pelos exemplos de companheirismo.

À Pricila, pelo gesto de sempre compartilhar comigo a torta da Fábrica de Delícias.

Às tias Valdiva, Êda, Hercília, Lizete e Marina, pela atenção despendida nos últimos vinte anos. Reforço meus agradecimentos à Valdiva, por sempre achar espaço para ser mais uma “mãe” na minha vida.

Aos amigos e irmãos de longa data, pelos trajetos em comum que compartilhamos durante algum tempo: Ivo, João Paulo, Wllysses, Alessandro, Diego, Samara, Aliny, Wilker, Pedro, Kelsin, Frankelmo, Milton, Renata, Rozana, Saulo, Aricélio, Valdo, Flávio, Camila Nara, Andesson, Renato, Alexandre e Rafael.

Aos amigos, colegas e irmãos do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia, por incitarem o exercício da “imaginação sociológica” nesses últimos sete anos: Eduardo, Sabóia, Fenna, Caleb, Fausto, Janainna, Reginaldo, Edilberto, Artur, Mário Sérgio, Neto, Márcio, Rogério, Teresa, Digjow, Edson, Pedro Júnior, Clayton, Thiago Moreno, Joannes, Valdetônio, Bulim, Carla, Maubia, Emídio, Thiago Azeitona, Zezinho, Bárbara Lovati, Lara, Tessiana, Ricardo Kaminski, Luciana Chermont, Sócrates, Thiago Carlos, Madeixas, Barata, Janara, Beterraba, Viviana, Emmanuel, Marcos Paulo, Monalisa, Márcia Paula, Roberto, Vinícius, Aquiles, Jenniffer, Adriano, Jéssica, Daniel e Thiago.

Aos amigos e companheiros do Benfica, pelos momentos de “ócio produtivo”: Edison (Comitê), Carla (Comitê), Fernanda, Macaco, Lu, João Paulo Pitombeira, Adriano Sampaio, Filipe Piupiu e Jadson.

Aos professores do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia, pelas descobertas nas veredas da ciência: Auxiliadora, André Haguette, Jawdat, Alba, Valmir, Uribam, Rejane, Lea, Neyara Araújo, Elza e Isabelle.

À professora Auxiliadora, pela dedicação e confiança constantes no trabalho de orientação. Muito obrigado por auxiliar a realização deste trabalho. Esses vários anos de interlocução acadêmica foram de suma importância para minha formação acadêmica e pessoal.

Aos professores da Banca de Qualificação, pelas reflexões e críticas que ajudaram a desenvolver a pesquisa: Valmir, Rejane e Elza.

Às professoras Rejane e Adelita, por aceitarem o convite para compor a Banca Examinadora.

À CAPES, pelo suporte financeiro.

RESUMO

A vitória de Lula nas eleições 2002 inaugurou um quadro completamente novo no cenário político nacional. O PT e os tradicionais aliados (PC do B, PSB, CUT, UNE, MST, etc.) assumem pela primeira vez a tarefa de “ser governo” no âmbito federal. Embora o Partido fosse a principal força política da gestão no Poder Executivo e no Congresso Nacional, a sigla despontou como um dos agentes que mais divergiram do governo Lula. De um lado, setores do PT cumprem o papel de protagonistas nas tensões com o governo. De outro lado, uma parte majoritária do Partido faz a defesa da gestão e segue as orientações do Poder Executivo para as votações no Congresso Nacional. Essa dinâmica de conflitos entre PT e governo Lula (2003-2006) constitui meu objeto de estudo. Busco entender as razões dos conflitos entre esses agentes. A investigação percorreu diversas fontes, dentre as quais se destacam: notícias veiculadas na imprensa (*Folha de São Paulo* impresso e on-line), periódicos do PT e de suas tendências, *sites* vinculados aos personagens e instituições da pesquisa (PT e suas tendências, parlamentares), documentos partidários (resoluções, notas, manifestos), textos acadêmicos referentes ao assunto, revistas, etc. No que diz respeito ao arcabouço teórico, conceitos como *trade-off* eleitoral, “linha política” e “coalizão dominante” foram tomados como essenciais para a análise do material empírico e elaboração dos argumentos. Para além da disputa entre projetos e perspectivas ideológicas, os conflitos entre petistas e governo expressavam também os distintos parâmetros de ação que orientavam os agentes políticos. A esquerda petista e o grupo dominante no PT pautaram a relação com os dirigentes governamentais através de distintos parâmetros.

Palavras-Chave: Governo Lula; PT; Conflitos.

ABSTRACT

The Lula's victory in 2002 elections inaugurated a completely new framework on the national political scene. The PT and its traditional allies (PC do B, PSB, CUT, UNE, MST, etc.) were "government" at the federal level for the first time. Although the party was the main political force in the Executive Branch and in Congress, this party has emerged as one of the agents who contradictorily most diverged of Lula's government. On one hand, PT sectors protagonists tensions with the government. On the other hand, the majority of the party defended his management style and followed the guidance of the Executive Branch for the votes in Congress. This dynamic relation filled with conflicts between PT and Lula government (2003-2006) is the object of my study. The aim is to understand the reasons which caused conflicts between these agents. Several sources guided this investigation, for example: news reported in printed and online *Folha de São Paulo*, PT internal journals and its tendencies, sites linked to the characters and researched institutions (PT and its tendencies, Parliamentarians), party documents (resolutions, bills, manifestos), academic texts, magazines, etc. In theoretical plan, concepts such as *trade-off* election, "political line" and "dominant coalition" were taken as essential for empirical analysis and arguments elaboration. Apart from the dispute between projects and ideological perspectives, conflicts between PT members and the government also expressed the different parameters that guided the political agents actions. The radical members and the dominant group in the PT guided their relationship with government leaders through different parameters.

Keywords: Lula Government; PT; Conflicts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. O PT DAS ORIGENS	18
1.1. Modelo originário do PT	18
1.2. Conflitos entre PT e gestões petistas	27
2. TRADE-OFF ELEITORAL PETISTA	45
2.1. Trade-off eleitoral	45
2.2. PT nas eleições presidenciais	50
3. ELEIÇÕES 2002 E FORMAÇÃO DO GOVERNO LULA	60
3.1. Parceria Lula-José Alencar nas eleições 2002.....	60
3.2. Formação do governo Lula.....	66
4. DINÂMICA DE CONFLITOS ENTRE PT E GOVERNO LULA	80
4.1. Aprendendo a “ser governo”	82
4.2. Petistas na berlinda	96
4.3 Em busca da reeleição.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

INTRODUÇÃO

Qualquer observador atento aos meandros da política brasileira sabe da importância do Partido dos Trabalhadores (PT) no cenário nacional. Mesmo quando distante dos cargos públicos, sobretudo na primeira metade dos anos 80, a trajetória do PT influenciou o rumo da sociedade. Durante a década de 1980 o Partido esteve ligado às grandes greves, à organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Para Singer (2001), “petismo” e “antipetismo” se tornaram inclusive sentimentos catalisadores do eleitorado. Cito-o:

É impossível compreender o Brasil do século 21 sem entender o PT. Não só porque ele detém uma fatia dos postos de controle político, mas também porque influencia o comportamento dos demais atores. À medida que se mostrou competitivo na arena eleitoral, o partido passou a ser um divisor de águas. Petismo e antipetismo catalisam segmentos crescentes do eleitorado (SINGER, *ibid*: 11).

Nos últimos anos o PT viu crescer a “fatia dos postos de controle político” e, conseqüentemente, as possibilidades de influenciar os rumos do país. No entanto, não é só pelo aspecto institucional que essa sigla desperta tanta atenção – seja de adversários, colaboradores, pesquisadores, etc. O PT, em virtude das suas singularidades na história partidária brasileira, já foi alvo de significativo número de pesquisas. Conforme Leal (2005), essa sigla corresponde a “mais estudada agremiação partidária brasileira”, superando inclusive o antigo PCB.

O referido autor destaca quatro eixos temáticos que orientaram os estudos sobre o PT: (1) trabalhos produzidos acerca das origens do Partido, ressaltando os aspectos positivos da especificidade desta agremiação; (2) a “segunda onda temática” tratou de avaliar os primeiros governos petistas, com todos os desafios e dilemas que cresciam à medida que o Partido conquistava maior relevância eleitoral e institucional; (3) dilemas internos decorrentes da maior inserção institucional e a conseqüente crise de identidade; (4) textos que denunciam a “degeneração” do projeto petista à medida que a sigla assume crescentes parcelas de poder.

Esses eixos temáticos se referem ao período da história do Partido antes dele enveredar pela experiência de “ser governo” no âmbito federal. As eleições 2002 representam um divisor de águas na trajetória dessa organização partidária. A vitória de Lula nesse pleito presidencial encerrou no PT “um ciclo histórico de nascimento, crescimento, transformação e chegada ao poder máximo do país” (LEAL, 2005). Com a ascensão da sigla ao Poder

Executivo nacional, novos dilemas e perspectivas se incorporaram à agenda de debates internos. Esse novo arranjo demanda outras vias de análise, tendo em vista que “o PT não pode mais ser visto apenas pelas lentes dos clássicos estudos que o avaliaram nos anos 1980 e 90” (LEAL, *ibid*).

Depois de vinte e três anos (1980-2002) na condição de partido opositor no âmbito federal, a ascensão do PT ao Poder Executivo nacional expressa uma situação ímpar na trajetória da sigla. A partir da vitória de Lula nas eleições 2002, o PT tem a oportunidade de assumir pela primeira vez a responsabilidade de governar o Brasil. O desafio de “ser um partido de governo” consistia na nova preocupação dos dirigentes petistas. A frase a seguir do então Presidente da sigla, José Genoíno¹, atesta essa preocupação:

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil, o PT nacional enfrentará um novo desafio: o de ser um partido de governo. Esse desafio já foi enfrentado, com sucessos e alguns traumas, nos Estados e municípios onde o PT governa ou governou. Na esfera federal, habituado a [sic.] mais de 20 anos de oposição, *a tarefa de se assumir como partido de governo não será algo simples* (grifos meus) (GENOINO, 2002).

Assumir-se como “partido de governo” implicava ao PT, além de outras tarefas, convencer alguns setores da sociedade de que o Partido detinha condições para lidar com a política macroeconômica. Em meados de 2003, José Genoíno (2003) enfatizava que a gestão econômica é a “grande condicionalidade interposta ao governo Lula”. O então presidente do PT chamava a atenção para “a situação de crise deixada pelo governo anterior e os problemas de desconfiança que se projetavam sobre o novo governo”, sobretudo no âmbito da macroeconomia. Não é à toa que essa “condicionalidade” tornou-se o calcanhar de Aquiles da relação PT-governo.

Os investidores e credores viam com receio a possibilidade do país ser gerido pelos petistas, muito embora Lula já tivesse divulgado a *Carta ao Povo Brasileiro*² e convidado um grande empresário (José Alencar³) para assumir o papel de vice-presidente. Ele lançou a *Carta* num período de pré-campanha presidencial, denunciando a crise econômica que assolava o país. A “comunidade discursiva” para quem se dirige a *Carta* envolvia diversos segmentos da sociedade: empresários, sindicatos, banqueiros, etc. O conteúdo desse

¹ Genoíno ocupou a presidência do PT no período de dezembro de 2002 a julho de 2005.

² Assinado em 22 de junho de 2002.

³ Grande empresário do setor têxtil – foi presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. Nas eleições 2002, José Alencar integrava o Partido Liberal (PL). No pleito de 2006, a parceria Lula-Alencar é repetida, com a diferença de que José Alencar trocou o PL pelo recém criado PRB.

documento dava ênfase ao compromisso de respeitar os contratos com os credores internos e externos, preservar o *superávit* primário e ter cautela com os juros. O texto era endereçado sobretudo a esses credores.

Apesar das concessões programáticas do candidato petista, somente o manejo dos mecanismos macroeconômicos poderia de fato dissipar as dúvidas quanto à capacidade governativa do PT. Diante desse quadro, os petistas locados em cargos governamentais não pouparam esforços numa política de controle inflacionária mais recessiva do que a praticada pelos tucanos.

Por um lado, as ações governamentais tiveram êxito em afastar as preocupações do “mercado” com eventuais “excessos” da gestão petista. Por outro lado, aliados da coalizão governista mostraram insatisfação com os rumos do Poder Executivo. A política macroeconômica implementada pelo governo Lula, além de outros projetos, não teve o apoio unânime da base partidária. O PT, maior partido do governo, não demorou a expressar as divergências com o Poder Executivo. O descontentamento entre os petistas logo se expressou nas votações contrárias ao governo.

Durante os anos de oposição, o Partido se notabilizou, dentre outras coisas, pela coesão nas votações no Congresso Nacional. Diante da condição de governo, Leal se perguntava sobre a coesão dos parlamentares petistas nesse novo arranjo:

(...) conseguirá o PT, que historicamente se caracterizou por forte unidade partidária nas votações no Congresso Nacional brasileiro, conciliar as necessidades do governo com os projetos históricos do partido? Conseguirá o PT manter-se unido depois de, pela primeira vez, os parlamentares petistas se verem sistematicamente obrigados a votar contra as posições defendidas por suas bases eleitorais? (LEAL, 2005: 11).

Ao iniciar a gestão, os parlamentares petistas deram uma amostra de como seria difícil atender às “necessidades do governo com os projetos históricos do partido”. Nas votações mais polêmicas, como por exemplo a Reforma da Previdência e o reajuste do salário mínimo, o Diretório Nacional do PT preferiu fechar questão favorável às propostas do governo a fim de evitar a dispersão dos votos da bancada petista. Isto deixou os parlamentares do Partido num dilema complicado: votar a favor do governo e atender à orientação do Diretório Nacional ou votar contra o governo e atender aos interesses das bases eleitorais.

O caso mais exemplar desta situação foi a votação da Reforma da Previdência em 2003, resultando na expulsão de alguns parlamentares e na suspensão de outros. Leal aponta alguns desses conflitos:

O caso Waldomiro Diniz e a crise (dentro e fora do PT) que a ele se seguiu, a expulsão de uma senadora e de dois deputados petistas que se opuseram a reformas constitucionais, as agruras de um governo com dificuldades para chegar a consenso na defesa da política econômica na base parlamentar do próprio partido – no correr dos dois primeiros anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não faltam episódios para demonstrar que as relações entre o governo petista e segmentos do Partido dos Trabalhadores, especialmente a parcela mais à esquerda da bancada na Câmara dos Deputados, comportam graus de tensão bastante significativos (LEAL, 2005: 12).

Esses episódios relatados por Leal ilustram o grau das tensões do PT com o governo Lula. A condição de “partido de governo” suscitou a emergência de atritos para além dos habituais conflitos de caráter intrapartidários. Embora o Partido fosse a principal força política da gestão no Poder Executivo e no Congresso Nacional, o PT despontou como um dos agentes que mais divergem do governo Lula.

De um lado, setores do PT cumprem o papel de protagonistas nas tensões com o governo. De outro lado, uma parte majoritária do Partido faz a defesa da gestão e segue as orientações do Executivo para as votações no Congresso. As reuniões da sigla apresentavam o seguinte cenário: “Em toda reunião da Executiva e do Diretório Nacional, a esquerda do partido, que detém 30% dos postos na legenda, pede mudanças na política econômica. No entanto, a ‘Articulação’, tendência moderada de Lula e Dirceu, impede ou ameniza o ataque” (ALENCAR, 2004a).

Essa dinâmica de conflitos internos no PT com relação aos rumos do governo Lula e os atritos entre o par PT-governo constituem meu objeto de estudo. Busco especialmente entender as razões dos conflitos entre esses agentes. Isto implica verificar a correlação de forças internas dentro do PT e o impacto desses embates internos na relação do Partido com o Poder Executivo. Tenho como pressuposto a idéia de que a condição de “partido de governo” trouxe dissensões internas e contínuas ao PT, ocasionando conflitos entre segmentos (tendências) do Partido e entre segmentos do Partido e o governo.

Essas questões referentes ao PT e o governo Lula decorrem de indagações provenientes da pesquisa de monografia no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Ceará (UFC). O contato inicial com tal temática surgiu a partir do ingresso no grupo de estudos sobre o governo Lula, coordenado pela professora Auxiliadora Lemenhe e vinculado ao Laboratório de Estudos em Política, Mídia e Processos Eleitorais (LEPEM). A pesquisa desenvolvida pelo grupo tinha como objetivo mais amplo a análise de diferentes processos subjacentes às relações entre o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e segmentos da sociedade brasileira: empresários, trabalhadores do setor privado e público federal, MST, partidos políticos nacionais, sindicatos e intelectuais.

A partir desta experiência optei por estudar na monografia a dinâmica de convergências e divergências entre o governo Lula e os partidos de esquerda no quadriênio 2003-2006. Algo que me chamou a atenção no decorrer dessa pesquisa foi a dimensão dos conflitos entre o PT e o governo Lula, levando em conta que o próprio partido do Presidente da República aparecia como potencial foco de atritos com o governo. Em função disso, decidi delimitar a dinâmica de conflitos entre esses agentes como objeto da dissertação. Restringi o objeto de estudo ao primeiro mandato da gestão por razões de ordem prática. Abordar os dois governos (2003-2010) no curto espaço de tempo do Mestrado talvez fosse uma tarefa inviável.

Essa investigação ocorreu com base em diversas fontes. As principais fontes de pesquisa foram notícias veiculadas na imprensa (*Folha de São Paulo* impresso e on-line), periódicos do PT e de suas tendências, *sites* vinculados aos personagens e instituições da pesquisa (PT e suas tendências, parlamentares), documentos partidários (resoluções, notas, manifestos), textos acadêmicos referentes ao assunto, revistas, pronunciamentos e entrevistas concedidos na imprensa, etc. Os dados provenientes dos jornais possibilitaram fazer um acompanhamento cotidiano do emaranhado de relações entre os agentes da pesquisa⁴.

Recorri à história do PT a fim de trazer à tona dados que proporcionassem a compreensão dos conflitos do Partido com o governo Lula. Retomar a trajetória da sigla permitiu observar as mudanças internas ocorridas nesta agremiação e o eventual impacto delas na postura do Partido diante do governo. Também busquei entender outros dois aspectos: a dinâmica de disputa entre as tendências internas do PT e o processo de inserção do Partido no Poder Executivo nacional. Além disso, observei as votações da bancada petista no Congresso, o mapeamento dos ministérios ocupados pelo Partido no governo Lula, a composição das instâncias do PT pelas tendências e a inserção desta agremiação nas mobilizações pró e contra governo.

Os dados recolhidos e analisados foram confrontados com o arcabouço teórico. Os quatro capítulos que compõem o presente trabalho manifestam em diferentes proporções as pistas teóricas responsáveis por auxiliar o entendimento dos conflitos entre o par PT-governo. Conceitos como *trade-off* eleitoral, “linha política”, “coalizão dominante” e outras ferramentas teóricas aparecem no texto conforme a necessidade de análise de cada capítulo.

No primeiro capítulo, há primordialmente a discussão em torno do “modelo originário” do PT. A importância de retomar o período de origem e formação do PT reside no

⁴ Os recortes dos jornais já estavam disponíveis no acervo do grupo de estudos do governo Lula, ligado ao LEPEN- UFC.

pressuposto de que o “modelo originário” diz muito sobre a trajetória da instituição e as formas de atuação desta nos diferentes ambientes organizacionais. Nessa perspectiva, dedico-me no início do capítulo a relatar os primeiros passos na construção do PT e os agentes sociais responsáveis pela formação desta sigla. Os diversos agentes sociais (sindicalistas, grupos remanescentes da luta armada contra ditadura, parlamentares egressos do MDB⁵, integrantes das CEBs⁶, intelectuais, etc.) agregaram ao “petismo” uma mescla de orientações: movimentismo, caráter extra-estatal, participacionismo e o *ethos* revolucionário.

Esses traços do PT das origens se fizeram presente na relação das gestões petistas com as seções locais do Partido durante o período de consolidação organizativa. Muitos atritos vieram à tona nas primeiras experiências governativas da sigla. A observação dessas experiências ajuda a estabelecer semelhanças com o contexto recente do governo Lula. Muitos dilemas, desafios e perspectivas de ação presentes na gestão Erundina (1989-1992) em São Paulo podem ser notados na gestão petista do governo federal.

As primeiras experiências governativas dos petistas suscitaram dilemas da seguinte envergadura: o governante do PT deve atender somente os setores da sociedade vinculados à sigla ou governar para toda a população? Qual o papel do Partido na administração? Diante de impasse entre administração e Partido, quem decide em última instância? Essas indagações receberam diferentes avaliações de acordo com o “lugar” de onde falavam os petistas.

Petistas encarregados de responsabilidades governamentais apresentam uma concepção distinta dos petistas inseridos primordialmente nas atividades partidárias. Os “petistas no governo” achavam que a gestão pública deveria atender o conjunto da população, enquanto os “petistas no partido” pressionavam por uma gestão voltada para os segmentos vinculados ao petismo. Os “petistas no governo” prezavam a autonomia da administração diante da organização partidária. Os “petistas no partido” cobravam a subordinação dos gestores às decisões da sigla e dos núcleos de base.

Esses impasses permearam as gestões petistas na década de 1980 e início dos anos 90. A inserção do Partido na esfera do Poder Executivo revelou os distintos incentivos para ação que movem petistas inseridos em cargos governamentais e petistas encarregados da direção partidária. Apesar dos vários casos de desavenças internas, as gestões petistas nas esferas municipais e estaduais renderam significativos aprendizados para o Partido. O petista

⁵ Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era o partido de oposição ao regime militar.

⁶ Comunidade Eclesial de Base (CEB). Consiste numa organização do movimento social vinculado à Igreja Católica, muito presente nas décadas de 1970-80 no Brasil.

Jorge Bittar (1992), por exemplo, afirmou que a sigla atribuiu importância às alianças políticas a partir das experiências governativas. A política de alianças é justamente o assunto central do capítulo dois. Mais especificamente, a guinada na política de alianças do PT.

O segundo capítulo contempla o processo de incessante inserção do Partido nas disputas eleitorais, tendo como consequência o *trade-off* eleitoral. Primeiramente, apresento esse conceito tendo como base a trajetória dos partidos socialistas da Europa Ocidental. Esses partidos mudaram de uma postura classista para uma universalista. O *trade-off* eleitoral traduz essa mudança de postura. Sob a luz desse conceito, examino as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 e as respectivas alianças nesses pleitos.

Essas três eleições presidenciais terminaram em derrota para os petistas. Em todas elas o candidato da sigla era Lula. Tais disputas manifestam as paulatinas mudanças no PT em torno dos seguintes aspectos: ampliação das alianças, diluição do conteúdo de classe, flexibilização do programa de governo e da plataforma partidária. O crescimento gradativo do PT nas esferas governativas municipais e estaduais, dentre outros fatores, teve implicações diretas no *trade-off* eleitoral petista. O Partido colecionava derrotas no pleito presidencial ao mesmo tempo em que multiplicava o número de prefeitos, parlamentares e governadores.

Essa situação se estendeu até o pleito presidencial de 2002, quando o Partido optou por uma guinada na política de alianças. Basta lembrar-se de José Alencar (à época, estava filiado no PL) no papel de “avalista” do candidato Lula. A parceria PT-PL expressou a consolidação do *trade-off* eleitoral petista. O *Lula lá*, de 1989, se transformou em *Lula light* na disputa de 2002. As raízes dessa aliança com o PL de José Alencar remontam ao processo de transformações internas no PT que tem início em 1989. A eleição de 2002 marca o fim desse ciclo no Partido. Por isso, abordo o pleito de 2002 separadamente.

O capítulo três contempla a campanha vitoriosa do candidato petista e a formação do governo decorrente do heterogêneo arco de alianças feito no segundo turno. A candidatura de Lula recebeu a adesão de onze siglas no segundo turno do pleito de 2002, constando nesse rol desde o PCB e PC do B até o PTB e PL. Sustentado nessa ampla e heterogênea aliança, Lula derrotou o candidato tucano com 61,27% dos votos válidos. Esse resultado possibilitou, pela primeira vez no país, a ascensão ao Poder Executivo nacional de um candidato oriundo da classe operária.

A grande expectativa da população em torno da vitória de Lula contrastava com o quadro sócio-econômico adverso no Brasil. Preocupado com as condições políticas de governabilidade, o então Presidente Lula compôs o governo com grande parte dos partidos que o apoiaram no segundo turno. Nas palavras de Vianna (2007), a gestão Lula era expressão

de um *condomínio entre contrários* porque o Estado abrigava todas as classes sociais e principais grupos de interesses.

A ampla e heterogênea coalizão governamental não tinha muitos representantes da esquerda petista⁷ nos cargos ministeriais. Dos vinte e um postos ministeriais concentrados na cota do PT, apenas três foram ocupados pelas tendências de esquerda. Isso contribuiu para consolidar uma relação de externalidade entre esse setor e os dirigentes governamentais. A pequena participação da esquerda petista no Poder Executivo desponta como aspecto de suma relevância para o entendimento dos conflitos entre PT e governo. Verificar a partilha dos cargos entre os próprios petistas e demais aliados constitui tarefa relevante para decifrar os dissensos entre o par PT-governo.

O quarto capítulo dispõe sobre as batalhas internas no PT. Tal capítulo retrata a dinâmica de conflitos entre PT e governo Lula, tomando como cenário principal as movimentações no Congresso Nacional. Descrevo as situações de conflitos entre petistas e governo no período correspondente ao primeiro mandato de Lula (2003-2006). Algumas situações destacadas no capítulo: atritos relacionados à manutenção da política macroeconômica; votação da PEC do sistema financeiro; votação da Reforma da Previdência; expulsão dos parlamentares petistas; origem do P-SOL a partir dos conflitos internos no PT; escândalo do “mensalão”; Processo de Eleições Diretas (PED) do PT em 2005 durante a crise do “mensalão”, etc.

A observação desses episódios evidencia os distintos incentivos de ação que norteiam as estratégias dos agentes políticos. Quando o Partido estava no papel de oposição, não havia grandes dilemas internos na hora de decidir as ações políticas. Na condição de oposição, dirigentes partidários e parlamentares atuavam sob uma cadeia de incentivos bastante equivalentes. Os próprios dirigentes do Partido cumpriam a função de parlamentar.

Os parâmetros de ação não obedecem à mesma lógica quando se inclui os petistas em cargos governamentais. Estes, ao assumirem postos no Poder Executivo nacional a partir de 2003, não podiam restringir as ações políticas à tarefa de denunciar, levantar bandeiras de luta, marcar posição e encaminhar reivindicações dos segmentos atrelados ao Partido. O papel de “ser governo” implica atribuições de responder e atender reivindicações, executar programa de governo, dar ouvidos a demandas de diversos segmentos sociais – inclusive

⁷ As expressões “esquerda do PT” e “tendências de esquerda” são bastante usadas pela imprensa e inclusive nas disputas internas do Partido. Recorro a essas denominações sem fazer alusão a um possível setor de direita dentro desta sigla. As referidas expressões servem mais para colocar à tona a divisão entre “radicais” e moderados no interior do PT. A tendência Articulação é um exemplo dos moderados.

aqueles com interesses contrapostos ao do projeto partidário –, formar maioria parlamentar, buscar condições de governabilidade, etc.

As tarefas associadas à função governativa extrapolam as responsabilidades pertinentes aos cargos parlamentares e de direção partidária. O Presidente da República e os ministros, personagens de maior visibilidade na esfera do governo federal, precisam falar para um público bem mais amplo do que as bases partidárias. A própria governabilidade da gestão está relacionada ao bom desempenho nas negociações com os diversos setores partidários e sociais. Muitas vezes, essas negociações acarretam a concessão de pontos importantes da “linha política”.

Por fim, restam alguns apontamentos sobre as considerações finais. A disputa entre esquerda petista e governo não se resume à velha disputa das tendências internas em torno da “linha política” partidária. Para além da disputa entre projetos e perspectivas ideológicas, os conflitos entre petistas e governo expressavam também os distintos parâmetros de ação que orientavam os agentes políticos. A esquerda petista e o grupo dominante no PT pautaram a relação com os dirigentes governamentais através de distintos parâmetros. As páginas finais deste trabalho enveredam por essa via de análise.

1. O PT DAS ORIGENS

1.1. MODELO ORIGINÁRIO DO PT

Segundo Couto, considerar a gênese dos partidos políticos “como um parâmetro para a análise dessas instituições é um procedimento recorrente na literatura de ciências sociais” (1995: 54). O exemplo mais ilustre desse procedimento talvez seja o caso da dicotomia estabelecida por Duverger (1970). Este autor faz a distinção entre os partidos de criação interna e os partidos de criação externa ao Parlamento. A partir dessa gênese vinculada ou desvinculada ao Parlamento, Duverger examina a trajetória do partido político sem perder de vista o “modelo originário” – origem e formação do partido. Panebianco é outro autor que reforça essa postura teórica de recorrer ao exame da formação partidária. Cito-o:

Um partido, como qualquer organização, é uma estrutura em movimento que sofre evoluções, que se modifica no tempo e que reage às mudanças externas, à modificação dos “ambientes” nos quais está inserido e atua. É possível afirmar que os fatores de maior incidência na ordem organizativa dos partidos, que explicam sua fisionomia e seu funcionamento, são a sua história organizativa (o seu passado) e as relações que ele estabelece com os seus inconstantes ambientes externos. (...) Os caracteres organizativos de um partido dependem, dentre outros fatores, da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características, mesmo depois de décadas. Toda organização traz consigo a marca das suas modalidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que “modelaram a organização” (PANEBIANCO, 2005: 91-3).

Essa longa citação expõe de forma clara o estreito vínculo entre a gênese do partido e a trajetória decorrente desse primeiro momento. Esse pressuposto do “modelo originário” traz para o presente estudo a importância de se conceber o PT a partir de toda sua trajetória. Afinal, as ações e reações do PT do século XXI não podem ser desvinculadas do contexto de fundação da sigla. Os traços e caracteres referentes ao período de formação partidária despontam com maior ou menor incidência nas movimentações do Partido nos inúmeros ambientes externos, mesmo que essas movimentações ocorram décadas depois da fundação. Por isso, faz-se necessário recorrer ao “modelo originário” para entender a dinâmica de conflitos do PT com o governo Lula. Nas linhas a seguir abordarei esse primeiro

momento de nascimento e consolidação da sigla com o objetivo de trazer à tona aspectos que ajudem a elucidar o PT contemporâneo.

O PT foi gestado na região do ABCD paulista durante a segunda metade da década de 1970. Neste período, intensas mobilizações sociais oriundas dessa região se espalharam pelo país entre 1978 e 1989. A região do ABCD paulista – formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema – concentrava as empresas automobilísticas multinacionais instaladas desde a década de 1950. Com cerca de 1,5 milhões de habitantes, o ABCD era conhecido como a “Detroit brasileira” (SINGER, 2001).

Na época, o sistema partidário brasileiro só permitia a existência de dois partidos: o governista (Aliança Nacional Renovadora – ARENA) e o oposicionista (Movimento Democrático Brasileiro – MDB). Contudo, em 1979, como parte da abertura “lenta, segura e gradual” prometida pelo regime militar, o governo enviou um projeto de reforma política para o Congresso. Esse projeto propunha a dissolução dos partidos existentes e abria a possibilidade da criação de novas agremiações. Nesse contexto, vários grupos afluem ao ABCD para discutir a construção de um novo partido. Setores progressistas da Igreja Católica, “novos sindicalistas”⁸, intelectuais, grupos remanescentes da luta armada e políticos filiados ao MDB se mobilizam no Movimento Pró-PT.

Mesmo com regras muito rígidas – como por exemplo a criação de diretórios em um quinto dos municípios de nove Estados –, os “novos sindicalistas” e demais setores envolvidos no projeto da nova sigla conseguiram cumprir os requisitos da legislação eleitoral. No dia 10 de fevereiro de 1980, numa reunião com cerca de mil pessoas no Colégio Sion (localizado no Estado de São Paulo), foi lançado o *Manifesto* de lançamento do PT e uma primeira versão do *Programa e Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores* (GADOTTI & PEREIRA, 1989: 50-1).

O Partido ficou no primeiro momento sob a hegemonia dos “novos sindicalistas” (SINGER, 2001). Tais sindicalistas eram expoentes dos setores mais modernos da indústria nacional: grandes empresas metalúrgicas, automobilísticas, petroleiras, etc. A atuação política deles privilegiava o *resguardo da autonomia da ação operária* (MENEGUELLO, 1989). Dentre os nomes de maior visibilidade no novo sindicalismo, destaca-se a figura de Luiz Inácio Lula da Silva. O papel de Lula no movimento sindical e na formação do PT é enfatizado por Keck:

⁸ Os operários das multinacionais do ABCD pertenciam, em boa parte, a uma geração que não tinha contato com a tradição de luta anterior ao regime militar e nem com os partidos a ela associados. Os líderes sindicais desse período receberam o nome de “novos sindicalistas”.

Lula não era o único líder envolvido na criação do PT que gozava de credibilidade nacional. (...) Entretanto, Lula foi a figura-chave para a criação do PT. Como primeiro líder operário responsável pelo desencadeamento de campanhas e greves que aumentaram o poder de todo o movimento sindical brasileiro, sua voz era a que se fazia necessário ouvir para dar legitimidade à formação de um partido (KECK, 1991: 94-5).

Diversos líderes sindicais acompanharam Lula na tarefa de construir o novo partido. A presença dos sindicalistas no PT pode ser atestada nos números da primeira Comissão Nacional Provisória (1979). Dos dezessete membros da Comissão, doze eram sindicalistas. Em termos percentuais, os sindicalistas ficaram com 70% dos cargos dessa Comissão Nacional; constava nesse órgão apenas um parlamentar (deputado federal Edson Khair). Intelectuais, representantes de movimentos sociais e parlamentares ganharam maior espaço nas instâncias de direção da sigla no decorrer da década de 1980. Cada um desses grupos levou para o PT valores, práticas e compreensões da realidade que se fundiram nas formulações e condutas da nova agremiação.

De acordo com Couto (1995), os sindicalistas agregaram ao PT:

(...) uma mescla de orientações que reunia o caráter *movimentista*, reivindicador de interesses; o caráter *extra-estatal*, presente na busca de autonomia e numa constante desconfiança dos políticos e das instituições; e o caráter *participativo*, decorrente da própria forma de organização dos sindicatos liderados pelos autênticos (grifos do autor) (COUTO, 1995: 62).

Os movimentos sociais reivindicativos, particularmente os de atuação nos espaços urbanos, acentuaram o aspecto “movimentista” dos sindicalistas. Os militantes católicos, por sua vez, intensificaram o *participacionismo* “plasmado de *comunitarismo* e *idealismo ético*”. Essas características da militância católica são oriundas da atuação nas CEBs, conforme constatação a seguir: “A lógica comunitária que prevalece nas CEBs e o seu idealismo ético conferem aos militantes católicos que ingressam no PT um maior radicalismo participativo. A extra-estatalidade presente nas outras organizações ganha cores fortes nesse caso” (COUTO, 1995: 66).

Os grupos da esquerda organizada, apesar da pouca expressão numérica, eram constituídos por quadros experientes e ativos. Essas organizações terminaram por ter função relevante na “vertebração” do Partido e ocuparam lugares de destaque no aparato administrativo dele (SINGER, 2001). A esquerda organizada trouxe para o PT o *ethos revolucionário*:

Negador da legitimidade das instituições representativas, propugnador da ditadura do proletariado e pouco afeito ao pluralismo, ele [*ethos revolucionário*] agrega alguns elementos autoritários à linha política do PT, na medida em que rejeita a legitimidade das instituições democráticas e dos representantes eleitos, por um lado, e do direito à participação e à integração política daqueles que não pertencem aos agrupamentos sociais que o “partido dos trabalhadores” busca representar, por outro (COUTO, 1995: 69).

Essa rejeição da “legitimidade das instituições democráticas e dos representantes eleitos” durante a fase de consolidação do PT prevaleceu nos círculos internos da sigla, apesar do ingresso de parlamentares no Partido. A princípio, apenas dois parlamentares⁹ entraram na sigla em 1979 e participaram da fundação da nova organização partidária. Durante o início da década de 1980, outros parlamentares egressos do MDB afluem para o PT.

Segundo Keck (1991), o “grosso da filiação dos parlamentares” ocorreu depois das eleições internas no MDB paulista – em meados de janeiro de 1980. A ala do MDB conhecida como “tendência popular” perdeu a disputa para direção da sigla e a partir daí alguns membros se sentiram “marginalizados da liderança do partido”. O resultado dessas eleições internas desencadeou o ingresso de seis deputados estaduais emedebistas no PT: Eduardo Suplicy, Irmã Passoni, Marco Aurélio Ribeiro, Geraldo Siqueira, João Batista Breda e Sérgio dos Santos.

Outros emedebistas da “tendência popular” também aderem ao PT no ano de 1980. Meneguello (1989) menciona os seguintes nomes: Aírton Soares, deputado federal pelo MDB de São Paulo; os irmãos Ademar Santillo e Henrique Santillo – deputado federal e senador pelo Estado de Goiás, respectivamente. José Eudes, deputado federal pelo Rio de Janeiro, engrossou a lista de adesões no período (KECK, 1991).

Apesar da presença desses parlamentares na composição do PT, a correlação de forças internas acabou por caracterizar a sigla como partido de origem externa ao Parlamento. O Partido, nas suas origens, orientava-se bem mais por uma lógica societária extra-estatal do que pela atuação intra-institucional. Essa preponderância da lógica de ação extra-estatal está vinculada aos seguintes fatores:

(1º) [os parlamentares] tiveram um peso menor nos primeiros momentos da agremiação em comparação às lideranças sindicais, dos movimentos e da esquerda organizada; (2º) desempenhavam um papel claramente subordinado a essas lideranças nos primeiros momentos do partido; (3º) ainda têm muitas dificuldades para uma atuação autônoma diante dessas lideranças (COUTO, 1995: 74).

⁹ Edson Khair (RJ) e Antônio Carlos de Oliveira (MS) – ambos eram deputados federais pelo MDB.

O “peso menor” dos parlamentares podia ser notado na subordinação deles ao Partido. Couto afirma o seguinte: “Estes [os parlamentares], por atuarem numa frente institucional, sujeitos a serem absorvidos pelo jogo institucional “burguês”, deveriam permanecer sob a vigilância constante do partido, prestando-lhe contas de todos os seus atos” (COUTO, 1995: 194). Ao invés de desfrutar privilégios dentro da organização partidária, o parlamentar petista era visto como um militante “igual a todos os demais”. O trabalho na esfera legislativa não rendia prerrogativas dentro do PT.

Os parlamentares se viram como bloco minoritário diante de sindicalistas, representantes de movimentos sociais, setores da esquerda organizada e intelectuais. Nessa queda de braços, prevaleceu a linha de atuação mais direcionada para os movimentos sociais. Pelo menos até o Partido se deparar com as primeiras vitórias eleitorais e dar início a um novo ciclo de debates internos. Em cada disputa os grupos componentes do Partido estabelecem distintas correlações de forças.

Esses grupos fundadores do PT se organizaram em torno de tendências internas para disputarem os rumos da sigla. O Partido reconheceu o direito de organizar tendências internas durante seu V Encontro Nacional (1987), definindo-as como “grupo de petistas que se agrega, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política” (PT, 1998: 357). Essas tendências internas, embora regulamentadas somente em 1987, estão presentes desde o marco zero no PT. Tais agrupamentos disputam a direção da sigla, divergem com relação aos rumos das administrações petistas e possuem graus diferenciados de inserção na arena institucional.

O número de tendências internas varia durante a trajetória do Partido. No decorrer dos anos, houve muitas rupturas, mudanças de nome, fusões e até expulsões de tendências¹⁰. A relação desses agrupamentos com o PT consiste num foco constante de tensões. Durante o processo inicial de formação da sigla, as diversas correntes políticas se posicionaram em dois blocos antagônicos em torno do debate sobre a institucionalização do Partido:

De um lado, situavam-se os sindicalistas, os intelectuais, os parlamentares e boa parte dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos, unidos em torno da concepção do PT como *sujeito legítimo de representação*, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional. (...) O segundo dos blocos internos definidos no momento inicial de organização do partido compôs-se da maior parte dos *grupos de esquerda*. Tais grupos, fundados em forte doutrinário, mobilizavam-se em torno da transformação do PT em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano ou mesmo condenando o

¹⁰ Basta lembrar-se da Causa Operária e da Convergência Socialista. A primeira foi expulsa do PT em 1991, dando origem posteriormente ao PCO. A Convergência Socialista teve a expulsão consumada em 1992, formando logo depois o PSTU. Os registros do PSTU e do PCO datam, respectivamente, de 1994 e 1997.

processo de institucionalização partidária (grifos da autora) (MENEGUELLO, 1989: 70-2).

Os “grupos de esquerda” mantinham com a direção do PT uma relação permeada de conflitos. Afinal, os agrupamentos oriundos das organizações clandestinas de esquerda viviam um dilema quanto à atuação dentro do Partido. Alguns grupos entendiam a sigla como um “partido estratégico” e por isso assumiam o formato de tendência interna para fortalecer o PT. Outros grupos preferiram trilhar um caminho próprio dentro da sigla a fim de ganhar força para criação do “verdadeiro partido revolucionário” – atuavam como “partidos dentro do partido” (COUTO, 1995).

Apesar das desavenças internas, esses grupos deram sua contribuição – em diferentes proporções – para fundação e consolidação da sigla. A influência marxista presente no PT é exemplo disso. O Partido recebeu, entre 1979 e 1981, o ingresso de uma porção de grupos de orientação leninista: Ação Popular (AP), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), sobreviventes da Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Revolucionário Comunista (PRC) e outros.

Grupos e lideranças trotskistas – como a Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS), Organização Socialista Internacionalista (OSI) e Paulo Skromov (presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo) – também afluem à sigla. Segundo Singer, coube aos trotskistas o papel de veículo “para que chegasse até o ABCD a descoberta teórica de Marx de que o movimento operário teria um papel político central na evolução do capitalismo” (2001: 20).

Para Couto, os agrupamentos de esquerda exerceram uma significativa influência na formação das convicções ideológicas partidárias. Nas palavras do referido autor:

A pouca clareza das outras lideranças do PT quanto ao que se entendia por socialismo e democracia, fator presente desde seus momentos iniciais, fez com que o partido se mostrasse suscetível à influência ideológica dos agrupamentos de esquerda. Dessa forma, uma ideologia de coloração marxista-leninista acabou por permear o partido (COUTO, 1995: 69).

O PT foi permeado pela “ideologia de coloração marxista-leninista”, porém nunca se apresentou como marxista. Na primeira década de vida do Partido, percebe-se uma clara influência dessa ideologia. Por exemplo, o internacionalismo proletário teorizado por Marx aparece no *Manifesto* de lançamento da sigla: “O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. Durante a década de 1980, essa influência marxista

manifestou-se também no caráter classista das demais formulações programáticas da sigla, na condução das campanhas e nas alianças eleitorais.

É bom frisar que o PT não se apresentou como partido operário mesmo nas suas origens. Como o próprio nome sugere, é um partido bem mais amplo quanto aqueles que deseja representar. O conceito de “trabalhador” no *ethos* petista ganha contornos mais largos. Desde bóias-frias até professores e profissionais liberais compõem o leque de categorias profissionais que se encaixam no conceito de “trabalhador”. Na *Carta de Princípios* (1979), por exemplo, são colocados os setores que o Partido propunha defender:

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 54).

A *Carta de Princípios* reconhece o operariado como “vanguarda” da classe trabalhadora e mostra alguns outros setores que podem se unir ao operário na luta política. O Partido propugnava que a união desses segmentos tinha o objetivo de suplantando o “domínio político exercido pela burguesia” no comando do Estado. A resolução a seguir do V Encontro Nacional (1987) da sigla expressa isso:

28. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço (PT, 1998: 312).

Conforme o trecho citado, os trabalhadores devem tornar-se a classe dominante do Estado e colocar o poder político a seu serviço. Embora a palavra “ditadura” não apareça nessa resolução, Singer (2001) afirma que a idéia expressa pelo PT no V Encontro Nacional (1987) “é pouco adequada à essência da democracia representativa”. Acabar com o “domínio político” da burguesia é uma afirmação que dá margem a interpretações de viés antidemocrático, pois implica pôr fim a alternância no comando do Estado. Para Singer (*ibid*), a “alternância no poder é condição para a existência da democracia”.

No decorrer dos anos, o PT transitou da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma profunda transformação social denominada, nos documentos internos, de “Revolução Democrática”. Sem abdicar do termo “revolução”, o PT

enveredou por novos rumos na formulação programática. A expressão “Revolução Democrática” sinalizava as transformações internas do Partido. Singer fez o seguinte comentário acerca dessa expressão: “Ao adjetivar de democrática a transformação pretendida, o PT faz questão de frisar os compromissos assumidos com a democracia. Ao manter o termo “revolução”, faz uma ponte com o próprio passado” (2001: 39).

A porta para esta mudança de pensamento foi aberta pelo I Congresso Nacional (1991) do Partido e aprofundada pelo II Congresso Nacional (1999). É no contexto do I Congresso Nacional (1991) que surge a expressão “Revolução Democrática” e esta posteriormente se torna o nome do programa de reformas que o PT planeja para o Brasil. A “Revolução Democrática” pregada pelo Partido seria realizada em duas etapas: (1º) haveria reformas profundas capazes de isolar as elites e reduzir seu poder de manobra; (2º) a partir destas reformas seria aberto o caminho para construção da sociedade socialista.

Definir o socialismo petista não é uma tarefa fácil. O caráter relativamente aberto da plataforma programática serve para evitar cisões das várias tendências internas. De qualquer forma, no I Congresso Nacional (1991) arriscaram-se algumas definições sobre o tema. No plano econômico, o socialismo petista seria uma combinação de planejamento estatal com um “mercado orientado socialmente”. No plano político, a idéia é criar mecanismos de participação popular direta que funcionariam junto com as instituições representativas. No que toca à propriedade privada, a posição do PT é privilegiar a propriedade social, mas sem eliminar, por decreto, a propriedade privada. O Partido admite um processo que leve à superação da preponderância do mercado, das instituições representativas e da propriedade privada. Depois desse I Congresso (1991) o socialismo deixou de ganhar grande atenção nos debates internos.

O socialismo não voltou a ser discutido depois de 1991, e, na prática, a partir de 1995 a Revolução Democrática virou o nome do programa de reformas que o PT quer para o Brasil, ainda que o socialismo se mantenha “como uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo”, como decidiu o congresso de 1999 (SINGER, 2001: 43).

Após as derrotas nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, as atenções do PT foram direcionadas para a primeira fase da “Revolução Democrática”. A preocupação maior do Partido passou a girar em torno da discussão de tarefas imediatas de governo; detalhar uma proposta de “nova política econômica” a ser adotada caso o PT chegasse ao poder.

As características do “modelo originário” petista discutidas nessa primeira parte do capítulo renderam um significativo número de pesquisas acerca desta agremiação.

Conforme Leal (2005), os estudos sobre a origem do PT têm em comum a perspectiva de destacar a novidade desta sigla no cenário nacional. Leal chama esse eixo temático de “estudos da diferença petista”, pois salientavam as especificidades da nova agremiação diante dos demais partidos. Exemplo desses estudos reside na obra de Keck. Esta autora afirmou que seu livro¹¹ “é um estudo de uma anomalia” (1991: 13) por considerar o PT uma instituição diferenciada no país. Nas palavras da autora:

Afirmo que o Partido dos Trabalhadores constitui um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; segunda, porque procurou ser um partido internamente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação (KECK, 1991: 271).

A “inovação” representada pelo surgimento do PT também foi notada por Meneguello (1989). Observando o Partido do ponto de vista organizacional, a referida autora atesta uma série de fatores que fazem dessa sigla a primeira agremiação de massas criada no Brasil. Meneguello se apóia no modelo teórico de Duverger (1970) para verificar a dimensão da “novidade petista” diante de três aspectos: origem, organização e proposta. A autora nos apresenta as seguintes considerações:

Nesse sentido, segundo a concepção de Duverger, *a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil*: o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia “integralista” de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas eleitorais, edição de boletins e jornal etc.). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (grifos da autora) (MENEGUELLO, 1989: 36).

Esses traços do “modelo originário” petista estiveram no centro dos conflitos e dilemas enfrentados pelo Partido durante as primeiras experiências governativas. A próxima seção do presente capítulo trata justamente dos conflitos entre as gestões petistas e seções locais do Partido durante a fase de consolidação organizativa. Algumas semelhanças podem

¹¹ KECK, Margaret E. *PT-A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

ser notadas entre as dinâmicas de atritos das experiências governativas anteriores e o caso do governo Lula (2003-2006).

1.2. CONFLITOS ENTRE PT E GESTÕES PETISTAS

Muitos eleitores e cidadãos que acompanham o noticiário da política nacional ficaram surpresos com a dimensão dos conflitos entre PT e governo Lula. Afinal, o próprio partido do Presidente da República era responsável por significativa parte das críticas ao andamento das políticas governamentais. Contudo, não é de agora o histórico de atritos entre as gestões petistas e suas bases partidárias. Já existem diversos trabalhos acadêmicos acerca desses episódios, relatando experiências das gestões petistas nas esferas municipal e estadual. A experiência do governo Lula é mais um capítulo dessa novela de atritos. Todavia, é um capítulo com enredos de suma importância para o entendimento do PT do século XXI.

Vários autores e testemunhas convergem na compreensão de que os conflitos entre o par Partido-Poder Executivo se tornaram fator recorrente nas administrações petistas das décadas de 1980-90. Singer (2001), Couto (1995), Keck (1991) e Bittar (1992) são alguns dos que acompanharam de perto as tensões das experiências governativas da sigla. Contudo, os petistas inseridos em cargos executivos não foram os únicos a terem algum tipo de empecilho na relação com os dirigentes partidários. Parlamentares petistas também encabeçaram agudas divergências com o Partido no início dos anos 1980.

Nas eleições de 1982 despontam os primeiros petistas eleitos para cargos legislativos e executivos, trazendo à tona os “conflitos sobre os papéis adequados à organização partidária e aos representantes eleitos” (KECK, 1991). Na esfera executiva, emergem os atritos entre a gestão municipal e o Diretório local da sigla na única cidade administrada pelo PT (Diadema). Na esfera legislativa, os petistas eleitos para o período 1983-87 também tiveram dificuldades na relação com os dirigentes partidários.

O PT elegeu apenas oito deputados federais no âmbito do Congresso Nacional. Esse pequeno grupo de parlamentares entrou em conflito com a direção nacional do PT em diversas situações durante a legislatura 1983-87. Dois casos ganharam maior evidência nesse período: (1) decisão sobre o valor da contribuição financeira do parlamentar para o Partido e (2) participação dos parlamentares petistas no Colégio Eleitoral em 1985 para eleição do

Presidente da República. Estas duas questões terminaram com a decisão dos dirigentes partidários se sobrepondo a dos parlamentares.

Com relação à contribuição financeira, os estatutos do PT exigiam que os petistas eleitos concedessem 40% do salário ao Partido. Tal porcentagem era bastante elevada quando se compara com os 3% cobrado pelas outras siglas naquele período. Alguns deputados federais pediram a redução da porcentagem cobrada, tendo em vista os gastos com viagens e moradia em Brasília. Para os dirigentes partidários, sobretudo aqueles “líderes petistas da classe trabalhadora, parecia inconcebível que os salários do Congresso não fossem mais que suficientes para as necessidades dos dois lados” (KECK, 1991).

O impasse sobre o valor da contribuição financeira se tornou um problema pequeno diante das divergências internas no PT acerca da participação no Colégio Eleitoral. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira¹², as mobilizações foram direcionadas para eleição indireta do Presidente da República no Colégio Eleitoral. Os dirigentes partidários petistas se opuseram a participação dos deputados federais na votação indireta para Presidente. Alguns parlamentares insistiram em votar no candidato de oposição (Tancredo Neves) ao regime militar, contrariando a decisão do Partido. Os argumentos de ambos os lados foram esses:

Os que eram a favor do comparecimento no Colégio Eleitoral alegavam que a não-participação levaria a mais um pacto da elite, excluindo os trabalhadores da política e marginalizando o PT, num momento em que as bases do partido estavam comparecendo em massa aos comícios pró-Tancredo. Quisessem ou não, diziam eles, a opção existente era entre Tancredo e Maluf. Os que eram a favor de boicotar o Colégio Eleitoral argumentavam que a Aliança Democrática [PMDB e Frente Liberal] havia cinicamente utilizado a mobilização popular para impor o seu candidato (KECK, 1991: 252).

A posição dos dirigentes partidários prevaleceu nas pré-convenções do PT. Nessas circunstâncias, faltava então decidir o que seria feito com os parlamentares dispostos a comparecer ao Colégio Eleitoral – Bete Mendes (SP), Aírton Soares (SP) e José Eudes (RJ). Durante reunião do Diretório Nacional, foi decidido por votação o pedido para que os deputados dissidentes renunciassem. Outros parlamentares intercederam em favor dos dissidentes, mas mesmo assim as renúncias ocorreram.

¹² Proposta de emenda constitucional formulada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), em 1984, cujo objetivo era restabelecer as eleições diretas para Presidente da República. No dia 25 de abril de 1984 a proposta de emenda foi à votação. 298 deputados votaram a favor, 65 contra e três se abstiveram; 112 deputados não compareceram ao plenário. Para que fosse aprovada e encaminhada para o Senado, eram necessários pelo menos 320 votos a favor – mais de 2/3 dos deputados federais.

Na avaliação de Keck (1991), o aspecto central para entender os conflitos entre dirigentes partidários e parlamentares petistas na legislatura 1983-87 reside no fato de que os “porta-vozes mais conhecidos e mais legítimos do partido não ocupavam cargos eletivos nesse período”. As principais lideranças responsáveis pela fundação do PT concorreram aos cargos executivos na eleição de 1982 e não tiveram êxito, com exceção para o pleito de Diadema.

Dos oito petistas eleitos em 1982 para Câmara Federal, quatro eram parlamentares oriundos do MDB – Eduardo Suplicy (SP), Irmã Passoni (SP), Aírton Soares (SP) e José Eudes (RJ). Apenas dois vinham do movimento sindical – Djalma Bom (SP) e Luiz Dulci (MG) –, uma era atriz – Bete Mendes (SP) – e outro atuava como líder das organizações de esquerda – José Genoíno (SP). Vale ressaltar que os parlamentares não desfrutavam de grande força dentro do PT no período de formação da sigla. Os sindicalistas manifestavam desconfiança com o ingresso de parlamentares na sigla, temendo que estes não pudessem “representar o desejo dos trabalhadores” (KECK, *ibid*).

A bancada federal do PT na legislatura seguinte (1987-91) convergiu para uma crescente identidade entre parlamentares e dirigentes partidários. A cisão entre esses dois grupos começa a se dissipar, pois os próprios dirigentes do Partido passaram a cumprir a função de parlamentares. Dentre os dezesseis deputados federais eleitos em 1986, incluíam-se nomes como Lula, Olívio Dutra (à época, era presidente nacional do PT) e vários outros líderes petistas oriundos do movimento sindical. Keck chama a atenção para esse aspecto:

As tensões entre os parlamentares e a organização do partido dissiparam-se com essa mudança na composição da delegação petista ao Congresso. Se examinarmos os vinte membros e suplentes da Comissão Executiva Nacional [do PT], eleitos em dezembro de 1987, cinco eram deputados federais, dois eram ex-deputados federais e dois eram deputados estaduais. Lula, como líder natural do partido, e Olívio Dutra, como seu presidente, em geral pronunciavam-se a partir de Brasília (KECK, 1991: 255-6).

Como os dirigentes partidários começaram a acumular a função de parlamentar no final dos anos 1980, houve uma redução significativa nos conflitos entre Partido e representantes legislativos. O mesmo não ocorreu na relação entre dirigentes partidários e petistas eleitos para cargos executivos. Muitas administrações petistas foram marcadas pela permanente disputa com os dirigentes partidários em virtude das indefinições sobre o papel do Partido diante dos representantes eleitos. Havia uma acentuada pressão dos dirigentes partidários para definir os rumos das gestões petistas, à revelia inclusive das decisões dos dirigentes governamentais. Keck destaca a seguir o grau das tensões entre as partes:

A aplicação de noções comparáveis de representação e de responsabilidade política no caso dos petistas em posições executivas é inerentemente problemática: um prefeito tem de lidar com um eleitorado muito mais amplo do que o setor perante o qual o PT se considera primariamente responsável; deve negociar com uma gama mais ampla de poderosos atores sociais e políticos, e muitas vezes deve fazer concessões em questões que alguns membros do partido consideram negociáveis, a fim de garantir sua sobrevivência e sua capacidade de agir em outras questões. (...) Assim, os prefeitos percebem a necessidade de flexibilidade e autonomia em relação ao partido, e o partido – mesmo reconhecendo essa necessidade – tende a buscar um controle maior. Essas tensões parecem ser inerentes à estrutura da relação entre os prefeitos e o partido (KECK, 1991: 260-1).

Outros autores também confirmam as constantes tensões oriundas da relação entre gestores petistas e seções locais do Partido. De acordo com Singer, “as dificuldades que o PT costuma enfrentar em suas administrações provêm mais do *front* interno do que do externo” (2001: 78). O *front* interno mencionado anteriormente consiste no funcionalismo público e no próprio PT. O funcionalismo público – setor no qual o Partido conta com sólidos laços – cria a expectativa de que os governantes petistas concedam “rapidamente” aumentos salariais à categoria. No caso de não ceder, os respectivos sindicatos, em geral vinculados à CUT, se posicionam de forma hostil ao governante do PT. Com relação ao segundo *front* interno, Singer diz o seguinte:

A segunda fonte de dor de cabeça para o administrador do PT é que, no conflito com os movimentos reivindicativos, de funcionários e outros, a seção local do partido pode, muitas vezes, não ser solidária com o governante petista. Isso cria a impressão, na opinião pública, de que o partido não deixa que o seu próprio governo funcione (SINGER, 2001: 79).

Os conflitos entre Partido e Poder Executivo vieram à tona na primeira cidade administrada pelo PT, dando uma amostra dos problemas decorrentes do *front* interno. Essa agremiação conquistou apenas duas prefeituras em seu primeiro pleito (1982): Diadema, no ABCD paulista, e Santa Quitéria, localizada no Maranhão. Em Santa Quitéria, o prefeito deixou o PT logo depois de ser eleito. Só restou então a cidade de Diadema, um dos berços de nascimento da sigla.

À época, intelectuais petistas da capital paulista destacaram a importância de fazer uma boa gestão em Diadema (1983-1988) para proporcionar uma imagem positiva do PT no âmbito nacional. Essas expectativas não se concretizaram: “Por muitas razões, tanto internas quanto externas ao partido, o PT não conseguiu, inicialmente, criar a administração-modelo que muitos petistas esperavam” (KECK, 1991: 228).

Em Diadema, o primeiro conflito entre a prefeitura e o Diretório Municipal do PT ocorreu por conta das nomeações para os cargos de chefe dos diversos Departamentos do Poder Público¹³. O Prefeito Gílson Menezes e o Diretório Municipal travaram uma disputa para decidir quem seria o responsável pelas nomeações. Após uma reunião do Partido local, decidiu-se por votação “dar ao prefeito completa liberdade de escolher o pessoal administrativo de sua confiança, negando conseqüentemente ao partido local um papel decisivo, ou mesmo deliberativo, no assunto” (KECK, 1991: 233).

O desfecho desse episódio provocou o rompimento do PT de Diadema com a gestão municipal, gerando acusações de ambas as partes. Os integrantes do Diretório Municipal acusaram Gílson Menezes de ter manipulado a reunião. Em contrapartida, o Prefeito recém-eleito denunciou os líderes locais do PT de “quererem manter a discussão dentro de um grupo fechado e recusou-se a colaborar com os outros membros que não compartilhavam sua posição” (KECK, 1991: 233).

O Diretório Municipal e os vereadores petistas alinhados com a posição do Diretório, mesmo depois de decorrido alguns meses da administração Gílson Menezes, continuaram exigindo o direito de nomear os responsáveis para os principais cargos do Poder Executivo. Além disso, eles queriam também que “as decisões administrativas [da gestão municipal] fossem primeiro submetidos à aprovação da bancada do PT na Câmara; ao Diretório e a representantes dos quinze núcleos do partido” (KECK, 1991: 241-2). Diante desse impasse, somente dois vereadores petistas se colocaram em favor do Prefeito.

O grupo à frente do Diretório Municipal do PT não era o mesmo que comandava a prefeitura. Conforme Couto (1995), as instâncias de direção da sigla em Diadema eram controladas pelas correntes mais à esquerda no espectro partidário, enquanto o primeiro escalão da prefeitura foi composto basicamente por petistas pertencentes a outros agrupamentos e por militantes de “fora” – petistas oriundos da capital paulista e de outras cidades.

Após quatro meses do início da gestão Gílson Menezes, houve eleição interna no Partido para o Diretório¹⁴. A chapa apoiada pelo Prefeito perdeu a disputa. Os petistas eleitos para direção da sigla pertenciam à Causa Operária, a uma fração da Liberdade e Luta, ao

¹³ Tais cargos consistem na chefia do Departamento de Planejamento, do Departamento de Saúde, do Departamento de Programas Culturais, etc. Esses Departamentos correspondem ao que chamamos hoje de Secretarias (Secretaria de Saúde, Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, etc).

¹⁴ Gílson Menezes assumiu o cargo de Prefeito no dia 1º de fevereiro de 1986. A eleição para o Diretório Municipal ocorreu no dia 12 de junho de 1983.

Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e outros grupos. Esses grupos internos contavam com representantes na Câmara Municipal.

Outro problema no *front* interno enfrentado pelo Prefeito Gílson Menezes diz respeito à fidelidade dos vereadores petistas às suas respectivas tendências. Como se não bastasse o fato da gestão não dispor de maioria absoluta na Câmara Municipal, os próprios vereadores do PT “também foram intransigentes em suas relações com o prefeito” (KECK, 1991: 232). A Câmara era composta por dezessete vereadores, dos quais seis eram petistas. Desses seis vereadores, apenas um apoiava de forma consistente as decisões do Poder Executivo. Quatro vereadores “condenavam qualquer medida que, segundo eles, cheirasse a conciliação” (KECK, 1991: 232).

Manuel Boni (da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário) e Ivo Ribeiro (do grupo Ação Operária) fizeram parte do grupo de vereadores petistas desafetos do Prefeito. O vereador Ivo Ribeiro chegou ao ponto de solicitar do PT a expulsão do chefe do Poder Executivo, conforme expressa nas palavras a seguir: “O Gílson Menezes comporta-se como o pior dos patrões. Defendi sua exclusão do partido em 1983 e continuo na luta para mostrar à cúpula partidária regional a verdade dos fatos. Mas eles não acreditam, acham que estamos a ver fantasmas, e enquanto isso o PT vai se desmoronando” (RIBEIRO apud LIMA, 1986).

O vereador Manuel Boni também não poupou críticas ao comentar a gestão municipal. Este parlamentar reforçava a postura de que a gestão petista deveria ser voltada para os segmentos vinculados ao Partido. Cito-o: “Para mim, não é o PT que eu quero. (...) Vou dizer em linguagem aceitável o que penso do prefeito: ele tinha tudo para sair-se bem, mas aceitou a pressão da burguesia e se adaptou a ela. Ele quis administrar com todo o mundo e deixou de ter compromissos com os trabalhadores” (BONI apud LIMA, 1986).

Gílson Menezes, por sua vez, interpretava a atitude oposicionista dos vereadores do próprio partido como “coisa de ala radical, da Ação Operária” (LIMA, 1986). O Prefeito contava com o apoio do Diretório Estadual de São Paulo diante dessa disputa com alguns vereadores petistas e o Diretório Municipal. Para Keck (1991), os laços de lealdade pessoal entre os líderes sindicais pesaram a favor de Gílson nos conflitos locais. Lula (Presidente Nacional do PT à época), Devanir Ribeiro (Presidente do Diretório Estadual de São Paulo no período 1983-84) e Gílson Menezes (Prefeito de Diadema no período 1983-88) atuaram juntos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema no final da década de 1970. Estiveram juntos também na fundação do PT.

As tensões entre administração municipal e PT local só diminuíram significativamente em 1985, depois de ocorrerem as eleições para o Diretório Municipal e

após a demissão do chefe de gabinete do Prefeito. Dessa vez, quem venceu o pleito para o Diretório Municipal foi a chapa favorável à administração de Gílson Menezes. Isto fez com que diminuísse a pressão exercida pelo Partido local sobre o Poder Executivo. Quanto à demissão do chefe de gabinete, há bastante tempo que o Diretório cobrava tal decisão. O então chefe de gabinete – Juracy Magalhães – era tido como responsável pelas práticas clientelistas e autoritárias por parte da gestão.

O pano de fundo de todo esse emaranhado de conflitos entre PT e administração municipal consiste nas indefinições quanto ao “papel do partido local em relação à prefeitura” (KECK, 1991: 241). Como a gestão Gílson Menezes era a primeira experiência governativa do PT, não havia uma jurisdição clara nesta agremiação tratando das responsabilidades distintas dos petistas em cargos governamentais e dos petistas nas instâncias partidárias. Partido e prefeito travaram uma queda de braço para decidir quem tomaria as decisões em última instância. Enquanto o prefeito Gílson buscava uma maior flexibilidade e autonomia diante do Partido, este se esforçava para deter um controle maior sobre os rumos da gestão municipal.

Partido e administração divergiam também com relação ao “problema da responsabilidade perante o eleitorado” (KECK, 1991: 261-2). O governante do PT deve atender às demandas dos setores representados pela sigla ou dar conta das demandas de um eleitorado mais amplo? Partido e administração respondiam esta pergunta de maneira distinta. Enquanto o prefeito Gílson Menezes defendia uma gestão voltada para “toda a população”, o Diretório Municipal se posicionava por uma gestão direcionada para os segmentos vinculados ao Partido. Os petistas à frente da máquina partidária não consideravam devidamente as razões daqueles que falavam a partir dos postos governamentais. Estes se viam diante da necessidade de dialogar com setores sociais para além daqueles representados pelo Partido.

Por mais que o PT local relutasse em negociar com setores da classe dominante, a função governamental levou os petistas encarregados do Poder Executivo a travarem algum tipo de diálogo com empresários, grandes proprietários de terra, banqueiros, etc. Isto não significa, contudo, que a gestão Gílson Menezes debandou para o lado dos patrões simplesmente porque houve diálogo entre ambos. A função governamental condiciona os petistas a negociarem com os adversários, apesar da intransigência dos dirigentes partidários.

A experiência governativa de Diadema, apesar da dimensão dos atritos entre Partido e Poder Executivo, teve como desfecho a vitória do candidato petista para o cargo de prefeito no pleito de 1988. Tal resultado não se repetiu no caso de Fortaleza – primeira capital estadual administrada pelo PT. Tamanha foi a ruptura entre organização partidária e

administração municipal que a prefeita acabou expulsa da sigla no decorrer da gestão. Maria Luiza Fontenelle elegeu-se prefeita de Fortaleza em 1985 e foi expulsa do PT em 1988.

A gestão Maria Luiza (1986-1989) passou por agudos problemas de ordem financeira, conforme relata Souza (2004):

Já antes da posse, Maria Luiza Fontenelle chamava a atenção para a sonegação de impostos e a falência dos instrumentos de cobrança, o número alarmante de devedores do IPTU, a existência de uma dívida total de 500 bilhões de cruzeiros e 80 bilhões a serem pagos já no primeiro mês de governo. Além do mais, 70% do orçamento estava comprometido com a folha de pagamento do funcionalismo e o salário deste estava atrasado entre 3 a 6 meses, mais de um terço dos recursos do Fundo de Participação do Município (FPM) estavam retidos pelo Banco do Brasil para saldar as dívidas dos governos anteriores etc (SOUZA, 2004: 320-1).

Além dessas dificuldades administrativas, havia também o fato da Prefeita não dispor de ampla base de apoio na Câmara Municipal. A gestão Maria Luiza contava apenas com o apoio de um vereador do PSB (irmão da Prefeita) e mantinha alguns contatos com o PDT. O PT não tinha nenhum parlamentar na Câmara Municipal de Fortaleza. Os partidos adversários, por sua vez, adotaram uma postura de “ferrenha oposição” ao governo petista. Para se ter uma idéia, o vereador do PC do B (Chico Lopes) pediu o *impeachment* da Prefeita logo no primeiro mês da gestão (SOUZA, 2004).

Essas primeiras experiências governativas do PT foram mais importantes pelo aprendizado proporcionado à sigla do que pelos eventuais êxitos na condução do aparelho estatal. Keck diz o seguinte: “As grandes esperanças de que houvesse uma administração municipal exemplar em Diadema e Fortaleza foram destruídas, mas as lições resultantes foram valiosas” (1991: 270). Essas “lições” das quais Keck se refere diz respeito à “formulação de regras partidárias quanto à formação e ao comportamento dessas correntes [internas]” (ibid: 270). O Partido queria evitar novos atritos de ordem interna: “Todos reconheciam que as lutas entre seitas políticas que haviam ocorrido em Diadema e Fortaleza não poderiam se repetir” (idem: 261).

Normatizar a atuação dos grupos internos da sigla era apenas um dos passos para evitar novas desavenças entre a organização partidária e o Poder Executivo. O aspecto central pendente residia no amadurecimento da relação partido e administração: definir o papel de cada um nas atividades de governo. Com a intenção de sanar esse impasse, o PT nacional emitiu uma resolução na qual reconhecia “que as administrações municipais não poderiam ser vistas como instrumentos de organização do partido, mas deveriam responder a um eleitorado mais amplo” (KECK, 1991: 245). Os eleitos para cargos municipais deviam fidelidade às

linhas gerais do programa partidário, mas não deviam ser reféns de uma “subordinação diária” aos ditames do Partido (idem: 262). Tal posicionamento do PT nacional, amadurecido a partir das experiências de Diadema e Fortaleza, visava nortear a ação dos governantes petistas eleitos em 1988.

Os petistas conquistaram trinta e seis municípios no pleito de 1988 (SINGER, 2001). Esse número de cidades somava um contingente de 15 milhões de pessoas – equivalente a 10% da população brasileira (BITTAR, 1992). Nessa safra de prefeituras, estavam inclusas importantes cidades como São Paulo, Porto Alegre e Vitória. O caso de São Paulo é um bom exemplo de que muitas das tensões entre Partido e governantes ocorridas em Fortaleza e Diadema se repetiram nas gestões petistas do período 1989-92. A proporção dos conflitos entre a gestão municipal e o PT paulista contribuiu para que o Partido perdesse o pleito municipal de 1992.

A vitória de Luiza Erundina para prefeitura paulista causou uma enorme euforia entre os petistas, muito embora os componentes dos órgãos de direção da sigla não participassem dessa euforia. A preocupação dos dirigentes petistas começava pela reduzida base de apoio: “As lideranças sabiam que boa parte do apoio que haviam recebido era circunstancial” (COUTO, 1995: 261). Outro problema era o caos administrativo e financeiro no qual se encontrava a máquina pública, conforme atestam os autores a seguir:

Os petistas teriam de enfrentar uma herança de problemas, deixada pelo prefeito Jânio Quadros: providências administrativas não encaminhadas, alocações irregulares e/ou ineficientes de funcionários, equipamentos públicos deteriorados, estoques zerados, contratos vencidos sem prorrogação, fornecedores não pagos se recusando a continuar provendo a Prefeitura, salários e tarifas de ônibus corroídos pela inflação, uma estrutura tributária deficiente, o maior déficit orçamentário da história de São Paulo e assim por diante (COUTO, 1995: 119).

Quando Erundina assumiu a prefeitura, a cidade estava falida. Tinha uma dívida de cerca de um bilhão de dólares e devia mais de US\$ 1,5 milhão em pagamentos atrasados; os estoques de produtos de primeira necessidade estavam a zero; os edifícios públicos (escolas, hospitais etc.) e o equipamento (ônibus, por exemplo) estavam necessitando urgentemente de reparos; a administração Jânio Quadros havia deixado a cidade com dezenas de obras públicas inacabadas, de alto custo e de utilidade duvidosa (KECK, 1991: 262-3).

As dificuldades enfrentadas pela gestão Luiza Erundina não paravam por aí. Havia também os obstáculos oriundos do *front* interno: atritos entre gestão municipal e PT local. Às vésperas da eleição para Prefeitura de São Paulo, havia cerca de dez grupos organizados dentro do Partido local: Articulação, Partido Popular e Socialismo (PPS), Partido Revolucionário Comunista (PRC), Democracia Socialista (DS), O Trabalho, PT na Capital

(PT Vivo) ¹⁵, Convergência Socialista, Movimento Comunista Revolucionário (MCR), Contratempo e independentes (COUTO, 1995).

A tendência majoritária do PT da capital paulista era a Articulação. Esta apoiou, nas prévias internas, o então deputado federal Plínio de Arruda Sampaio para ser o candidato petista no pleito municipal de 1988. Luiza Erundina recebeu o apoio das correntes situadas mais à esquerda e de setores moderados dissidentes da Articulação. A tabela a seguir, extraída da obra de Couto (1995), expõe os grupos apoiadores de cada pré-candidato:

APOIO ÀS PRÉ-CANDIDATURAS	
Plínio de Arruda Sampaio	Luiza Erundina de Souza
<p>Grupos Apoiadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Setores Hegemônicos da Articulação em São Paulo •Direção Nacional do Partido (Lula/Articulação Nacional) •Maioria dos setores da Igreja •Independentes 	<p>Grupos Apoiadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> •PPS •PRC •DS •O Trabalho •Convergência Socialista •PT na Capital (PT Vivo) •MCR •Contratempo •Setores Minoritários da Articulação •Minoria dos Setores da Igreja •Independentes

À primeira vista, a expressiva quantidade de tendências em favor de Erundina poderia indicar uma vitória fácil da candidata. Contudo, o grande número de tendências apoiadoras da petista não era “por si só significativo” em virtude do peso menor delas em comparação com a Articulação. A força deste grupo se expressava nos encontros internos do Partido. Segundo Couto (1995), a Articulação costumava obter 55% dos votos nos encontros partidários.

No dia 12 de junho de 1988, ocorreu a prévia interna para indicar o candidato petista. Dessa vez, a força da Articulação não resultou em votos suficientes para obter a

¹⁵ O grupo PT na Capital mudou o nome para PT Vivo. Era constituído por petistas de certa projeção dentro da sigla em virtude da formação profissional. Tal grupo se tornou a base do “núcleo duro” da gestão Erundina (COUTO, 1995).

maioria interna. Luiza Erundina obteve 55,9% dos votos válidos, enquanto Plínio de Arruda Sampaio alcançou 44,1%. A coesão das tendências minoritárias e as dissidências no grupo dirigente da sigla foram cruciais na vitória de Erundina.

As prévias entre Plínio de Arruda Sampaio e Luiza Erundina não expressavam apenas as distintas concepções ideológicas sobre o “modo petista de governar”. O embate entre os pré-candidatos petistas “encarnou uma luta maior, de disputa pelo poder no partido, travada entre a corrente majoritária, a Articulação, e diversas correntes minoritárias, a maioria das quais situada à sua esquerda” (COUTO, 1995: 111). Plínio representava o setor dominante do PT na capital paulista, enquanto Erundina recebeu o apoio daqueles que faziam oposição a tal setor. Além das divergências de caráter ideológico, estava em jogo também uma disputa pelo controle do Partido.

O embate das prévias gerou desavenças na campanha da sigla: “(...) a derrota do grupo dirigente do PT paulistano na prévia interna teve como consequência imediata o pouco empenho deste grupo na campanha eleitoral, ao menos no que se refere à participação das lideranças na sua organização” (COUTO, 1995: 121). Tendo em vista o afastamento da direção partidária com relação à campanha para prefeitura, Erundina montou o comitê eleitoral basicamente com os grupos internos que a apoiaram nas prévias.

Apesar dessa divisão interna no Partido, Luiza Erundina venceu o pleito municipal com uma diferença de mais de 5% dos votos com relação ao candidato Paulo Maluf (PDS) – este era o grande favorito nas pesquisas eleitorais. Para surpresa até mesmo dos petistas, a candidata mais do que dobrou o percentual de votos nos últimos quinze dias de campanha. No final de outubro, a pesquisa do Datafolha indicava Erundina com menos de 15% das intenções de voto. No dia da eleição, 15 de novembro, a petista venceu com 29,84% dos votos¹⁶. A coligação da candidata Erundina, cujo nome era *Partidos do Povo*, contava com apenas três siglas: o próprio PT, o PC do B e o PCB.

A cisão entre os petistas, decorrentes das prévias internas, acaba se refletindo na formação da equipe de governo. A corrente majoritária no Diretório Municipal não foi contemplada na distribuição de cargos do Poder Executivo na mesma proporção dos agrupamentos mais à esquerda. Partido e Poder Executivo ficaram sob comando de diferentes grupos internos. O PT municipal estava sob direção da Articulação (detinha 55% dos representantes do Diretório Municipal), enquanto a gestão Erundina tinha como “núcleo duro” o grupo PT Vivo.

¹⁶ Não houve segundo turno nas eleições municipais de 1988, inclusive nas grandes cidades.

A restrita participação da Articulação no Poder Executivo provocou “uma relação de externalidade entre a direção partidária e o núcleo central do governo” (COUTO, 1995: 130). O fato do grupo dirigente do PT local não se sentir devidamente representado na gestão Erundina contribuiu para reduzir o senso de co-responsabilidade do Partido com os governantes municipais. Dirigentes partidários e governamentais orientavam a maneira de agir por meio de distintos incentivos:

Ao primeiro [Partido], as responsabilidades governativas deixavam de ser uma questão presente cotidianamente; aos segundos [governantes], as questões mais estritamente “politizáveis”, que diziam respeito à criação de “fatos políticos”, à tomada de posição em questões mais gerais etc., deixavam de ser uma preocupação imediata e sempre presente. Não se tratava apenas da existência de distintas ordens de incentivos para os que estavam “no partido” e para os que estavam “no governo”, mas sim da inexistência de uma vinculação entre ambas as cadeias de incentivos e os militantes inseridos num e noutro ambiente organizacional (COUTO, 1995: 131-2).

A “inexistência de uma vinculação” mais substantiva entre dirigentes partidários e governamentais se mostrou crucial para desencadear os conflitos entre PT e Prefeitura. A relativa exclusão do setor dirigente do Partido provocou reações contra os “petistas no governo”. Couto destaca a seguir a conturbada relação:

Alijados do processo de formação do secretariado e vendo-se depois impossibilitados de influir nos rumos da gestão, os dirigentes municipais do partido reagiram. Essa reação se manifestava de diversas maneiras, indo desde pequenos atritos, volta e meia noticiados pela imprensa, até mesmo a veementes manifestações de lado a lado (COUTO, 1995: 136).

A reação dos dirigentes municipais se manifestou também nas eleições internas da sigla. Após quatro meses do início da gestão Erundina, houve eleição para o Diretório Municipal¹⁷. O “candidato da prefeita” para presidência do Diretório era Hélio Bicudo. Este petista contou ainda com a contribuição das tendências internas que apoiaram Erundina nas prévias. O grupo dirigente da sigla lançou o nome de Rui Falcão para presidir o Partido local. Tal disputa foi uma reedição do embate das prévias. Dessa vez, o setor majoritário da sigla não perdeu o pleito. Rui Falcão foi eleito presidente do Diretório Municipal para o período 1989-1992. Na condição de novo presidente do PT municipal, Rui Falcão assumiu papel de destaque nos atritos com a gestão Erundina.

Partido e administração se colocaram em lados opostos em diversas situações. Algumas delas são exemplares: diante da exigência feita pela sigla de que o Poder Executivo

¹⁷ Luiza Erundina assumiu o cargo de Prefeita no dia 1º de janeiro de 1989. A eleição pra o Diretório Municipal ocorreu em maio de 1989.

não aumentasse as tarifas de ônibus; na discussão sob a forma como a prefeita Erundina deveria lidar com funcionários públicos grevistas; no papel reclamado pelo Partido na nomeação ou demissão de membros da equipe governamental; no apoio da sigla aos movimentos grevistas e outros episódios. Na avaliação de Couto, esses atritos foram conseqüências da cisão entre dirigentes partidários e dirigentes governamentais. Ambos os grupos estavam submetidos a “dinâmicas organizacionais específicas”, cada qual com uma motivação distinta para agir. Nas palavras do próprio autor:

(...) aqueles que se encontravam no comando do partido não tinham tarefas governamentais; aqueles que lideravam o governo não tinham tarefas de direção partidária. Tal divisão fez com que uns e outros estivessem submetidos a *dinâmicas organizacionais específicas* e proporcionadoras de distintos incentivos para a ação; um curso de ação racional para o dirigente partidário em sua luta por maior poder na organização freqüentemente se opunha ao curso de ação racional para o governante na execução de suas tarefas no ambiente governamental (grifos meus) (COUTO, 1995: 149).

Os distintos incentivos diante dos quais estavam submetidos os “petistas no governo” e os “petistas no partido” aparecem de forma clara no episódio da greve do setor de transporte. Faltando poucos meses para as eleições municipais de 1992, motoristas e cobradores de ônibus decidem fazer greve liderados por um sindicato filiado à CUT. Havia ocorrido uma redução de recursos nos cofres da Prefeitura e por isso a gestão Erundina se recusava a conceder o aumento pretendido pelo sindicato da categoria. A administração municipal considerava inviável atender à reivindicação salarial sem que tivesse de aumentar o valor das passagens.

A direção municipal do PT se posicionou favorável ao movimento grevista: “O partido entendia que seus governantes deveriam agir no sentido de reforçar os movimentos de trabalhadores, ainda que estes entrassem em choque com sua própria gestão” (COUTO, 1995: 163). Enquanto os “petistas no governo” não queriam conceder o reajuste salarial solicitado a fim de evitar o aumento das tarifas de ônibus às vésperas da eleição municipal, os “petistas no partido” preferiram se manter alinhados com os princípios de incentivar a mobilização e organização da classe trabalhadora.

Nas resoluções do Diretório Municipal do PT, as críticas à gestão Erundina ganhavam o tom de denúncias de desvio da “linha política” partidária. Para os dirigentes municipais do Partido, as decisões do Poder Executivo não atendiam aos objetivos de inverter “prioridades em favor da população carente”. Os “petistas no partido” acusavam a gestão municipal de ter cedido ao “administrativismo” na condução da máquina pública. Isto

significava que os aspectos jurídicos e técnicos da gestão pública preponderavam sobre os aspectos políticos na condução do governo.

Essas acusações de viés ideológico escondiam outro aspecto dessa disputa entre PT e Prefeitura. Refiro-me à queda de braços para decidir os rumos da gestão municipal. A Articulação manteve o predomínio nas instâncias de direção da sigla a partir da vitória de Rui Falcão (em maio de 1989) para presidir o Diretório Municipal. Restava aos petistas dessa tendência pressionar a gestão Erundina a fim de obter mais espaço no Poder Executivo. Por trás das denúncias recíprocas entre “petistas no partido” e “petistas no governo”, havia a “disputa pelo poder” para decidir os rumos do Partido e do governo municipal.

Mais do que simplesmente fiscalizar o cumprimento do programa petista pelos membros do partido em cargos governamentais, especialmente a prefeita, o que tínhamos era efetivamente uma situação em que o que estava em jogo era uma *disputa pelo poder* no interior do partido e na condução do governo. Era natural que nessa disputa, envolvendo o predomínio interno no PT municipal (e, em decorrência, no partido como um todo) e o controle sobre as ações de governo na cidade, cada parte buscasse assegurar a preservação/ampliação de seu respectivo campo de ação, ocasionando atritos inevitáveis entre ambas (grifos do autor) (COUTO, 1995: 137-8).

A “disputa pelo poder no interior do partido e na condução do governo” foi resultado da cisão entre dirigentes partidários e dirigentes governamentais. O grupo majoritário na direção da sigla é preterido da equipe de governo, tendo em vista que esse grupo recebeu uma parcela de cargos bastante inferior ao seu peso no interior da agremiação. Tratava-se de uma “exclusão relativa”, pois o setor majoritário do Partido foi sub-representado na composição do primeiro escalão da Prefeita.

A gestão Erundina optou também por uma segunda exclusão. Refiro-me à relação do governo municipal com o Poder Legislativo: os vereadores de oposição foram excluídos do processo de negociação com o Poder Executivo. Essa estratégia de interação do governo municipal com o próprio PT e com os parlamentares de oposição rendeu um grande número de atritos, alguns dos quais já relatei aqui com relação ao *front* interno.

Quanto à interação com o Poder Legislativo, o quadro na Câmara Municipal era desfavorável aos aliados da Prefeita Erundina. A bancada da situação somava 19 vereadores dentre um total de 53 – isto significava 35,85% dos votos. Apesar disso, a Prefeita descartou “de imediato a possibilidade de realizar qualquer coligação com outros partidos que não aqueles presentes na coligação eleitoral” (COUTO, 1995: 201). O Partido iniciou a gestão considerando seriamente a hipótese de pressionar constantemente os vereadores através da

mobilização popular. Por trás dessa postura de “pouca afeição” ao recurso da negociação com o Legislativo estava a desconfiança do PT pelas instituições representativas (COUTO, 1995).

Couto apontou quatro aspectos que contribuíram para a formação dessa desconfiança pelo Poder Legislativo e demais instituições representativas: (1º) o fato dos parlamentares não disporem de “peso” significativo no interior do Partido em seu “período genético”; (2º) a existência de uma cultura política de desprezo pelas instituições representativas, tidas como “burguesas” ou “elitistas”; (3º) os parlamentares não contaram com um ambiente de socialização política propício para desfrutar de poder efetivo como representantes; (4º) esses parlamentares estavam imbuídos de um *ethos* que privilegia formas de democracia direta e ou participativa com relação a mecanismos de representação institucional (ibidem: 75-6).

Esse *ethos* voltado para uma lógica societária extra-estatal teve reflexos na interação dos dirigentes governamentais com os parlamentares municipais. A postura inicial da gestão Erundina na relação com os vereadores era de estabelecer um “processo de negociação pontual”, ou seja, cada matéria legislativa seria negociada de forma específica com a Câmara Municipal. Segundo Couto, tal padrão interativo revelou-se uma estratégia parcialmente bem-sucedida. O Poder Executivo municipal pôde negociar com os vereadores de forma “desprovida de elementos fisiológicos e clientelistas” (ibid: 247). Em contrapartida, essa “negociação pontual” colocava o governo Erundina numa situação de incerteza quanto ao desfecho das votações.

Muito embora a situação tenha aprovado iniciativas importantes, como já mostrei (orçamentos e municipalização), em nenhum momento verificou-se a consolidação de uma maioria que propiciasse ao Executivo um mínimo de segurança no que se refere à aprovação de suas políticas. (...) O quadro majoritário, portanto, era de uma oposição que eventualmente se dividia e negociava, mas de uma forma tal que aqueles que apoiavam num dado momento deixavam de fazê-lo no instante seguinte (COUTO, 1995: 226).

Essa postura da gestão municipal de governar sustentada numa minoria parlamentar estava calcada na idéia de que o Partido teria força o suficiente para mobilizar os movimentos sociais sempre que necessário nas votações da Câmara. Assim, a falta de sustentação no Poder Legislativo seria compensada pelo apoio dos setores organizados da sociedade – pois estes pressionariam os vereadores para aprovar as matérias do Poder Executivo.

Na prática, esse padrão interativo revelou alguns problemas. Primeiro, a limitada capacidade mobilizadora da sigla. Nem sempre os petistas conseguiam mobilizar um

contingente significativo. Segundo, a ocupação das galerias da Câmara fazia com que os parlamentares de oposição se recusassem a votar sob pressão. Além do mais, os vereadores opositoristas sabiam que as pessoas presentes nas galerias pertenciam às bases eleitorais petistas.

A partir do terceiro ano da gestão Erundina, se tornou mais forte entre os “petistas governantes” a convicção de que era necessário ter forjado uma coalizão de governo. Essa mudança de convicção veio tarde demais, pois a divisão situação-oposição já estava cristalizada. O acúmulo de derrotas na Câmara e o quadro de incerteza em cada votação levaram os “petistas no governo” a rever o padrão interativo com o Poder Legislativo, muito embora fosse tarde demais para angariar aliados. O importante aqui é frisar a mudança de postura dos petistas pertencentes ao núcleo de governo. No decorrer da experiência administrativa, os “petistas no governo” passaram a flexibilizar suas posições:

Com o passar do tempo a estratégia foi se modificando, pois a própria experiência demonstrava que não era possível manter o conflito como lógica de ação, e era arriscado fiar-se unicamente em negociações pontuais baseadas na formação de maiorias eventuais, sobretudo no último ano de gestão. Era preciso negociar, e para isso era preciso ceder, tanto em termos de participação no governo como em termos de flexibilização de posições (COUTO, 1995: 247).

Os petistas da capital paulista não foram os únicos a rever as convicções políticas. Guardada as devidas peculiaridades de cada caso, as experiências governativas das 36 cidades conquistadas pelo PT em 1988 trouxeram novas perspectivas para o debate interno da sigla. Segundo Bittar (1992), as administrações municipais petistas do quadriênio 1989-92 mostraram ao Partido a importância das alianças políticas em três aspectos: assegurar as condições de governabilidade, executar ações políticas e vencer eleições. Foi necessário que setores do Partido se inserissem nas atividades institucionais de governo para que os petistas atribuíssem maior importância ao papel das coalizões. Couto destaca as repercussões dessas gestões municipais no interior do PT:

A partir de sua experiência nas prefeituras conquistadas na safra de 1988, o PT abriu-se cada vez mais à necessidade de coalizões governativas, o que se manifestava na disposição do partido a concorrer já nas eleições coligado com outros partidos, num leque de alianças mais amplo do que aquele circunscrito pelos PCs e pelo PV. Assim como as crises de relacionamento entre partido e governantes foram algo presente em praticamente todas as prefeituras petistas, também a percepção da necessidade de ampliar as alianças foi um fenômeno generalizado (COUTO, 1995: 249).

Esse impulso para ampliar as alianças teve repercussões eleitorais significativas durante a década de 1990. Nas eleições municipais de 1992, o Partido venceu em quatro capitais (Porto Alegre, Belo Horizonte, Goiânia e Rio Branco) e outras 49 cidades. Somente em 1994 tem-se a vitória dos primeiros candidatos petistas aos governos estaduais: o PT teve êxito no Espírito Santo e no Distrito Federal. A cada eleição o Partido ampliava o número de prefeitos, vereadores, deputados, senadores e governadores.

Singer traça um paralelo das dinâmicas de crescimento da sigla nas décadas de 1980 e 1990: “O espaço percorrido pelo PT na década de 80 foi de partido pequeno a médio” (2001: 59). Na década seguinte, a sigla se consolidou nas cidades grandes e médias. A eleição municipal de 2000 proporcionou ao PT a oportunidade de dirigir 187 cidades – nas quais viviam 17,5% da população nacional. Dentre essas cidades, estavam inclusas as seguintes capitais: Porto Alegre, São Paulo, Recife, Aracaju e Belém. A dificuldade maior residia em vencer eleições nas pequenas cidades, ou seja, com até 10 mil eleitores. Singer chama a atenção para esse fato: “(...) no plano local o caminho percorrido pelo PT na década de 90 mostra uma linha ascendente que, entretanto, avança com vagar para o interior” (ibid: 63).

A dinâmica de crescimento gradativo do PT nos âmbitos municipal e estadual não seguiu o mesmo ritmo na corrida presidencial. O Partido esperou 23 anos para dirigir o Poder Executivo nacional. Foram três derrotas consecutivas nas eleições presidenciais pós regime militar (1989, 1994 e 1998). Em todas elas o candidato da sigla era Lula. O êxito na corrida presidencial veio somente em 2002, depois de uma guinada na política de alianças do PT. Outros fatores também contribuíram para vitória de Lula: *Carta ao Povo Brasileiro*, desgaste do governo tucano, postura mais flexível do candidato petista, etc. O importante aqui é frisar o seguinte: o PT, vencedor das eleições presidenciais 2002, é bem diferente daquele que exercia as primeiras experiências administrativas nos anos de 1980.

O PT vencedor das eleições 2002 decidiu montar uma coalizão de apoio ao governo Lula a partir de “uma ampla base parlamentar com um conjunto de partidos de menor densidade política e eleitoral sem prévios compromissos (salvo no caso dos partidos também de esquerda com programa de mudança)” (VIANNA, 2005: 19). Essa opção de coalizão ampla difere largamente da estratégia adotada pelos petistas na primeira oportunidade de administrar a cidade de São Paulo. A linha política adotada no início da gestão Erundina, “pouca afeita à negociação e considerando desnecessário contar com uma maioria parlamentar”, prezou pela mobilização social como estratégia interativa com a oposição: caso os vereadores colaborassem com o Poder Executivo, nada ocorreria; negando-se a colaborar, seriam submetidos à pressão popular (COUTO, 1995: 246-7).

Essa mudança de estratégia do PT da década de 1980 para o Partido vencedor das eleições presidenciais 2002 deve ser vista como resultado de um processo de transformações gradativas na sigla. Um conceito importante para entender esse processo consiste no *trade-off* eleitoral. A seguir, me dedicarei a discutir as implicações do *trade-off* eleitoral no caso do PT.

2. TRADE-OFF ELEITORAL PETISTA

2.1. TRADE-OFF ELEITORAL

Durante o longo período de oposição no âmbito federal (1980-2002), os petistas foram adotando novas estratégias que favoreceram a vitória de Lula na disputa presidencial. Dentre as ações executadas nesse sentido, a composição da aliança eleitoral foi de suma importância para o êxito do PT em 2002. A aliança restrita da eleição de 1989 deu lugar à parceria com o PL de José Alencar. Contudo, tal guinada na política de alianças não ocorreu de forma imediata. O PT perdeu três eleições presidenciais (1989, 1994 e 1998) antes de obter a primeira vitória no âmbito nacional.

O processo gradativo de ampliação das alianças do PT no decorrer dos pleitos presidenciais evidencia parte das mudanças internas ocorridas nesta sigla. O conceito de *trade-off* eleitoral contribui para compreensão dessas transformações no *ethos* petista – diluição do conteúdo de classe, flexibilização do programa partidário e ampliação das alianças. É importante acrescentar também que os conflitos entre PT e governo Lula estão estritamente vinculados à composição das alianças. Por causa disso, recorro ao conceito do *trade-off* eleitoral para analisar a participação do PT nas eleições presidenciais.

Nas próximas linhas, tomarei as reflexões de Przeworski para apresentar o conceito de *trade-off* eleitoral. Antes de enveredar pela discussão desse conceito e nas implicações dele para o PT, preocupo-me em contextualizar a inserção dos partidos socialistas europeus na disputa eleitoral e o impacto dessa inserção no processo do *trade-off*. Essa contextualização facilita a compreensão do conceito.

Em meados do século XIX, os socialistas do continente europeu tinham a intenção de construir uma “sociedade de produtores associados em completa independência com relação ao mundo burguês” (PRZEWORSKI, 1989: 19). Esses produtores trabalhariam em oficinas e fábricas, cooperando como consumidores e administrando as próprias atividades. Esses socialistas não contavam, entretanto, com o advento das instituições políticas burguesas e a possibilidade de nelas ingressar através do sufrágio universal. Com a emergência desse direito político, colocou-se a necessidade de “escolher entre táticas insurrecionais ou parlamentaristas” (idem: 28). A postura de independência quanto ao mundo burguês acabou

sendo deixada de lado para se pensar no primeiro dilema: fazer uso ou não das instituições políticas em busca do poder. Nas palavras de Przeworski:

Mesmo se a ação política fosse verdadeiramente ineficaz em ocasionar a reforma social, as novas instituições políticas, uma vez estabelecidas, tinham de ser tratadas ou como um inimigo ou como um instrumento em potencial. A escolha passou a ser entre ação “direta” e ação “política”: um confronto direto entre o mundo dos trabalhadores e o mundo do capital ou uma luta via instituições políticas (PRZEWORSKI, 1989: 20).

Os anarquistas e alguns setores socialistas rejeitaram de forma veemente a inserção na arena eleitoral com receio de perderem o norte da luta revolucionária: “O que temiam e afirmavam era não só ser a ação política desnecessária e ineficaz mas também que qualquer participação em instituições burguesas, independentemente da finalidade e da forma, destruiria o próprio movimento pelo socialismo” (PRZEWORSKI, 1989: 20). A posição deles pautava-se na concepção de que o jogo eleitoral contaminaria a “pureza revolucionária” e não servia para missão de conscientização do proletariado.

A corrente defensora da abstenção na disputa eleitoral perdeu apoio na Primeira Internacional após 1873 e então vários partidos políticos foram criados para viabilizar a inserção institucional. No entanto, a atuação das siglas socialistas no jogo eleitoral se deu de forma ambivalente no primeiro momento. Essa ambivalência ocorria em virtude das dúvidas quanto ao compromisso da burguesia em respeitar as regras do regime democrático no caso de uma “vitória eleitoral do socialismo”. Przeworski formula a questão nos seguintes termos: “Se os socialistas usassem a instituição do voto – estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo – para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, não iria a burguesia reverter aos meios ilegais para defender seus interesses?” (idem: 21).

Apesar das dúvidas, os socialistas se dispuseram a participar da disputa por votos com base nas seguintes intenções: (1) usar as eleições apenas como veículo de organização e agitação da classe operária – o pleito eleitoral serviria como indicador do grau de “maturidade” dessa classe social; (2) alcançar o socialismo por meio das eleições. Este segundo eixo pressupunha a tarefa inicial de educar os trabalhadores para votar como classe e através do voto ideológico percorrer o caminho para sociedade socialista. Nesta perspectiva, a superação do capitalismo seria feita por reformas graduais e cumulativas em favor dos trabalhadores.

A crença de que era possível alcançar o socialismo por meio das urnas estava ancorada na idéia de “proletarização” crescente da população. Przeworski expressa essa convicção dos socialistas com as seguintes palavras:

O desenvolvimento da produção fabril e a conseqüente concentração do capital e da terra conduziram rapidamente à proletarização de profissionais especializados, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários agrícolas. (...) Esse aumento do número de pessoas que vendiam sua força de trabalho em troca de salário não era acidental, temporário ou reversível; era considerado uma característica necessária do desenvolvimento capitalista. Por conseguinte, era apenas uma questão de tempo que quase todos, “exceto um punhado de exploradores”, se tornassem proletários. O socialismo seria do interesse quase geral, e a esmagadora maioria das pessoas expressaria nas urnas sua disposição para o socialismo (PRZEWORSKI, 1989: 31).

Esse prognóstico não se confirmou na prática. O proletariado “não era e jamais se tornou uma maioria numérica dos membros votantes de nenhuma sociedade” (PRZEWORSKI, 1989: 37-8). Como o operariado era minoria no eleitorado, os partidos socialistas se viram impelidos a buscar apoio fora da classe operária caso quisessem ocupar governos. As siglas que decidiram competir por voto de “aliados naturais” estenderam o discurso de apelo para maioria da população. Isto provocou uma diminuição do componente de mobilização do operariado como classe social, pois os partidos passaram a se referir aos operários como “as massas”, “o povo”, “cidadãos” e outras expressões. Nessas condições, as agremiações socialistas procuraram aumentar seu apoio fora da classe operária e, ao mesmo tempo, reduziram a capacidade de mobilizar essa classe social.

A decisão de organizar e efetivar os anseios do operariado no campo das instituições eleitorais trouxe profundas conseqüências para atuação dos partidos socialistas. O sucesso eleitoral desses partidos dependia do recrutamento do maior numero possível de votantes, independente de qual classe social eles façam parte. Esse recrutamento requer um apelo eleitoral amplo e flexibilização dos posicionamentos a fim de obter o apoio de vários setores da sociedade. Em contrapartida, a busca de votos por todos os lados leva a uma diluição da organização do operariado como classe social. Diante desse quadro, os socialistas tiveram de enfrentar mais um dilema:

Os líderes de partidos baseados na classe operária devem escolher entre um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral às custas de uma diluição de sua orientação de classe. Essa é a alternativa que se apresenta a partidos socialistas, social-democratas, trabalhistas, comunistas e outros pela combinação específica da estrutura de classes e das instituições políticas nas sociedades capitalistas democráticas (PRZEWORSKI, 1989: 125).

O que se viu foi a busca de apoio fora da classe operária tão logo a perspectiva de vitória apareceu como algo real para os socialistas. Por volta de 1890, os socialistas entraram na competição por votos na maioria dos países da Europa ocidental. Acabou por acontecer uma mudança de foco por parte do movimento ao entrar na competição institucional. A necessidade de fazer alianças com setores para além do operariado teve implicações nos pontos programáticos que passaram a ser mais amplos a fim de acomodar interesses diversos. A própria organização dos operários como classe sofreu mudanças. Essa era a razão pela qual se suscitava tanta controvérsia a participação nas eleições: “(...) o próprio ato de “tomar parte” nesse sistema específico molda o movimento pelo socialismo e sua relação com os operários enquanto classe” (PRZEWORSKI, 1989: 26).

O *trade-off* eleitoral se refere a esse fenômeno vivido pelos partidos socialistas na Europa ao mudarem de um caráter classista para um universalista. O *trade-off* eleitoral traduz o deslocamento dos partidos de esquerda que optam pela extensão das bases de apoio para além dos segmentos operários do discurso “original”. As implicações desta estratégia consistem na mudança das posições políticas do partido e na abertura das alianças. Diversos partidos socialistas estenderam o apelo eleitoral às classes médias em detrimento da organização da classe operária.

Diferentemente dos partidos socialistas europeus do século XIX, o PT não viveu o dilema de resistir ou não ao “canto de sereia” das eleições. Tal sigla participou do jogo eleitoral desde o primeiro momento, muito embora houvesse restrições internas ao tipo de envolvimento do Partido com as eleições. Singer (2001) diz o seguinte acerca deste ponto:

O PT nunca hesitou em disputar eleições. Ao contrário, como já foi visto aqui [na obra *O PT*], quando Lula se engaja na criação de um partido, em 1978, o vê como um instrumento para enviar trabalhadores ao Congresso, em Brasília. A decisão de participar das instituições veio antes da ideologia. Não foi, contudo, uma decisão isenta de tensões. Os grupos de esquerda presentes na criação do partido sempre procuraram contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais (SINGER, 2001: 48-9).

O dilema petista não se configurava em torno da participação ou não em eleições, pois o grupo majoritário da sigla era favorável aos esforços de inserção do PT no quadro político-institucional. A discussão interna envolvia os objetivos da sigla na atividade eleitoral: o PT disputaria eleições com qual finalidade? O *Manifesto* de fundação afirmava que as eleições e atividades parlamentares deveriam ser subordinadas “ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”. Nessa perspectiva, a tarefa de mobilização dos trabalhadores se sobrepõe às atividades eleitorais.

Logo no seu primeiro pleito (1982), o PT conseguiu apresentar-se em 23 das 25 unidades da federação – porém não obteve grandes resultados. O Partido, em 1982, era um agrupamento desconhecido para maioria dos votantes. Não elegeu nenhum dos 22 governadores, nenhum senador, 08 deputados federais, 12 deputados estaduais, conquistou duas prefeituras¹⁸ e elegeu 117 vereadores. O melhor desempenho foi o de Lula, que alcançou 10% dos votos válidos para governador de São Paulo. O PT apareceu como um agrupamento paulista, pois seis dos oitos deputados federais foram eleitos neste Estado.

Essa intensa atuação do PT na sua primeira eleição é devida mais ao fato de atender a cláusula de barreira vigente na legislação eleitoral da época: deveria obter 5% dos votos exigidos por lei, sendo 3% deles divididos em nove Estados da federação. As agremiações que não atingissem essa meta teriam o registro cassado. Para sorte do Partido, uma emenda constitucional determinou que tal porcentagem de votos não fosse exigida nessa eleição de 1982.

Apesar do significativo número de candidatos petistas, inexistia na época uma postura de atuação eminentemente institucional. Havia uma grande preocupação entre os petistas de contrabalancear as ações eleitorais e as ações junto aos movimentos sociais. No PT das origens predomina a visão instrumental das eleições, como bem podemos perceber nesta fala de Lula na ocasião da 1º Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores:

Vamos concorrer às próximas eleições [de 1982] e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, *não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido*. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas *nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas*: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo (grifos meus) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 112-3)¹⁹.

A visão instrumental das eleições caracteriza-se pela importância atribuída à participação em si e não aos resultados da disputa. As disputas eleitorais são vistas como instrumentos que alimentariam as lutas imediatas por melhoria das condições de vida da classe trabalhadora ou pela conquista e preservação dos direitos sociais. Outro fator que ganha destaque nesta perspectiva é a possibilidade de usar as eleições para atuar abertamente na propaganda do ideário político a fim de organizar e mobilizar os trabalhadores. Como a

¹⁸ Diadema, no ABCD paulista, e Santa Quitéria, localizada no Maranhão.

¹⁹ Trecho de discurso proferido em setembro de 1981 na cidade de Brasília. Lula desempenhava a função de presidente nacional do PT.

conquista do poder não é o objetivo imediato, a disputa por postos parlamentares adquire preferência por serem estes espaços de debate e não de exercício da “gerência do capitalismo”.

Essa visão instrumental manifesta-se nas eleições de 1982. O PT fazia uma propaganda orientada por bordões tais como “Trabalhador Vota em Trabalhador” e “Vote no Três Que o Resto é Burguês”²⁰. A perspectiva de defesa de classe é bastante presente tanto no programa partidário quanto na condução das campanhas. O Partido se propunha construir uma “sociedade sem explorados e sem exploradores”, lutar contra os “interesses do grande capital nacional e internacional”, colocar os postos executivos do poder público a serviço da organização da classe trabalhadora, fazer do Parlamento um espaço de ressonância dos anseios populares e outras finalidades. Quanto às coligações, o PT tomou a resolução de lançar candidaturas “em faixa própria e preservando a sua independência política”²¹ – o que significava não fazer alianças.

2.2. PT NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A postura classista do PT nas eleições mantém-se durante a década de 1980, inclusive no pleito presidencial de 1989. Depois de longos anos sem eleição direta para Presidente da República por causa do regime militar, o povo vai às urnas nesse ano e coloca o candidato petista (Lula) no segundo turno. Lula obtém 47% dos votos válidos neste turno e perde para Collor de Mello (PRN). Tal pleito pode ser encarado como o marco da hegemonia eleitoral petista no campo dos partidos ligados aos movimentos sociais. Uma consequência desta expressiva votação foi a ênfase maior que o Partido adotou na atividade eleitoral. O I Congresso Nacional (1991) incluiu a ocupação dos cargos políticos na disputa pela hegemonia:

120. Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 505).

²⁰ À época, o número de referência do PT nas eleições era o três e não o conhecido treze dos últimos pleitos.

²¹ Resolução de 1981, cujo nome é “Eleições”, aprovada no 1º Encontro Nacional do PT.

O pleito de 1989 foi a prova de que o PT detinha chances reais de ser um partido governante. Diante desta possibilidade, mudanças internas foram desencadeadas no sentido de auxiliar o Partido no alcance do poder político via eleições. O PT passou gradativamente a adotar posturas mais maleáveis e amplas, seja nas alianças ou nos pontos programáticos. Essas mudanças no PT não constituem um caso singular, tendo em vista o processo vivido por muitos partidos socialistas na Europa Ocidental. Afirma Przeworski: “Os partidos socialistas buscaram apoio fora da classe operária assim que a perspectiva de vitória eleitoral tornou-se real, e deste então continuaram a oscilar entre a procura de aliados e a ênfase no operariado” (1989: 40).

A primeira campanha presidencial de Lula (1989) teve um conteúdo de classe bem maior do que as posteriores. Os adesivos usados na campanha de 1989 continham frases como “Trabalhador vota em trabalhador”, “PT: o partido sem patrões” e “Lula: um compromisso de classe”. O PT e Lula faziam um discurso no qual se vinculavam a uma classe social, disseminando ainda a idéia de que os adversários representavam outra classe²². A fala de Lula mencionada a seguir é emblemática acerca deste ponto: *É preciso uma mudança radical. A luta é pra já. No dia 15 de novembro vamos pôr a classe trabalhadora para governar o país* (Programa eleitoral de 02 de outubro de 1989).

Nessa eleição o PT contou com o apoio do PC do B e do PSB na formação da *Frente Brasil Popular*. Por pressões dessas duas siglas aliadas, José Paulo Bisol (PSB) é cotado para ocupar o posto de vice na chapa de Lula. Diante da ameaça de ruptura da *Frente Brasil Popular*, a cúpula petista majoritariamente decidiu aceitar a composição Lula-Bisol. Essa proposta foi aprovada pelo Diretório Nacional do PT, por 44 votos favoráveis contra 16. A *Frente Brasil Popular* superou o candidato Leonel Brizola (PDT) com uma pequena diferença de 0,6% dos votos no primeiro turno, possibilitando o segundo turno entre Lula e Collor.

Conforme Pilagallo (2006), o único traço em comum dos candidatos Collor e Lula consistia na ênfase em “crucificar” o governo Sarney. Collor, por sua vez, “além de denunciar as mazelas de Sarney”, se esforçava para aparecer como o “anti-Lula”. Isto porque havia diversos setores da sociedade preocupados com a possibilidade de Lula agravar a instabilidade econômica e social do país. Muitos votaram em Collor mais por temer a vitória

²² Esses adesivos foram usados na campanha presidencial de 1989, mas não apareceram nas campanhas posteriores. Nesta eleição Lula se apresentou como representante dos trabalhadores e disseminava a idéia de que Collor era o candidato “dos banqueiros, dos usineiros, dos latifundiários”.

de Lula do que por simpatizar com o candidato do PRN. A população temia uma situação de “baderna” no caso de ascensão do petista à Presidência da República.

Havia o medo de um calote das dívidas interna e externa. Acreditava-se igualmente em fuga do capital estrangeiro. A classe média mostrava-se insegura quanto ao futuro da poupança, que, dizia-se, seria confiscada. Os que não tinham idéia precisa do que poderia ocorrer sob [o governo] Lula falavam genericamente em “baderna” (PILAGALLO, 2006: 44).

Collor aproveitou-se do preconceito de classe contra Lula e, ao mesmo tempo, dirigiu seu discurso para os “descamisados”. O programa eleitoral de Collor de Mello (PRN) apresentava um tom universalista – mesmo enfatizando que os pobres estavam ao seu lado –, enquanto o programa de Lula seguia com um discurso classista. Collor soube ecoar seu apelo para o grande contingente dos desfavorecidos: “Embora aglutinasse a direita, Collor não se apresentava como o conservador tradicional. Ao contrário, atacava as oligarquias e apelava aos que se encontravam na base da pirâmide social, os “descamisados”, como ele os chamava” (PILAGALLO, 2006: 44).

O candidato Lula tentava passar para o eleitor a imagem de uma sociedade dividida em classes e assim estruturada de acordo com interesses particulares. Lula mostrava a figura de Collor como representante da “elite”, “dos empresários” e termos congêneres. Esse discurso guarda semelhanças com as reflexões de Przeworski (1989). Este autor aponta que as principais visões concorrentes da sociedade num sistema capitalista são a de classe e a universalista, sendo ambas as ideologias racionalizadoras de interesses. Cito-o:

As reivindicações dos operários como uma classe são particularistas, e quando os mesmos se organizam em uma classe, procuram impor a toda a sociedade a imagem de uma sociedade dividida em classes, cada qual dotada de interesses particulares. Especificamente, para legitimar suas reivindicações, os operários devem mostrar que os capitalistas também constituem uma classe, cujos interesses são igualmente particulares e opostos aos das outras classes. (...) As ideologias burguesas não enfatizam seus interesses específicos; propõem a imagem de uma sociedade universalista e sem classes, composta de cidadãos-indivíduos, cujos interesses encontram-se basicamente em harmonia (idem: 124).

Ambas as ideologias apontadas por Przeworski estiveram presentes e em disputa na campanha presidencial de 1989. Lula e Collor assumiam, respectivamente, as visões de classe e universalista. Lula se colocava na ocasião como representante de uma classe social com interesses opostos ao do empresariado. Essa visão classista no discurso do PT vai gradativamente perdendo espaço nas campanhas presidenciais posteriores. Tal mudança já aparece no pleito presidencial de 1994.

O bom desempenho de Lula em 1989 somado com o *impeachment* de Collor, em setembro de 1992, parecia anunciar uma vitória certa do PT em 1994. As pesquisas de junho deste ano apontavam Lula com mais de 40% das intenções de voto, ficando com uma larga vantagem em relação ao segundo colocado (Fernando Henrique Cardoso- PSDB). A perspectiva promissora de ocupar o governo federal teve implicações na resolução da política de alianças, estimulando a ampliação destas:

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória, e também o cumprimento do programa transformador, exige uma *composição partidária mais ampla* que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PC do B, o PC e o PSTU (grifos meus) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 568)²³.

Ampliar o arco de alianças foi apenas uma das medidas tomadas para facilitar o êxito eleitoral. O PT cuidou também de modificar o discurso. De acordo com Silva Jr. (2005), o discurso classista do candidato Lula de fomentar a organização dos trabalhadores contra a classe dominante vai perdendo espaço para a idéia da “competência técnica” nas campanhas de 1994 e 1998. O programa eleitoral do PT na televisão expressa a dimensão das mudanças no *ethos* petista:

Em 1994 pode-se notar na mensagem de TV uma mudança significativa, já que Lula procura dialogar com os empresários. Seu discurso busca abertamente o apoio de muitos deles para a campanha eleitoral e começa a dizer que, para governar o país, é preciso “competência”. A idéia de auto-gestão, forte em 1989, desaparece dos programas eleitorais de 1994. Embora o discurso classista ainda persista, já se faz visível a tentativa de combinar os seus conceitos com referências típicas das técnicas de gestão. O discurso de 1994 é mantido em 1998 especificamente nesta área temática. A diferença dos programas de 1998 para os de 1994 é que os empresários que apóiam Lula são apresentados na televisão declarando os motivos de seu apoio ao candidato petista (SILVA Jr., 2005: 81).

Lula disputou o pleito presidencial de 1994 com a coligação *Frente Brasil Popular pela Cidadania*, composta por PT, PSB, PC do B, PPS, PV e PSTU²⁴. José Paulo Bisol seria novamente o candidato à vice de Lula, no entanto as denúncias da imprensa de que Bisol teria apresentado emendas ao orçamento com valores superestimados para favorecer a própria fazenda levaram o PPS, PV e PSTU a exigir renúncia do suposto vice. A “crise Bisol” prolongou-se e o PT terminou por substituí-lo por Aloizio Mercadante (PT).

²³ Resolução aprovada no 8º Encontro Nacional do PT realizado em junho de 1993. O documento no qual se encontra a resolução se chama “O Momento Político”.

²⁴ O PSTU apoiou criticamente a candidatura Lula, defendendo o nome de Osmarino Amâncio como vice e reivindicando que o MST assumisse essa proposta. O PSTU defendia o voto em Lula, mas sem assumir compromisso algum com o programa de governo do candidato (OZAÍ, 2001).

A candidatura Lula sofre o primeiro revés nas pesquisas em julho, quando o Plano Real começa a surtir efeitos. A inflação caiu de mais de 50% para menos de 7% ao mês. Paralelo a isso, o candidato do governo ultrapassou Lula pela primeira vez nas pesquisas. Daí em diante o tucano Fernando Henrique Cardoso (PSDB) acentuou o processo de ascensão nas pesquisas. A aprovação do Real se expressou em votos para o “pai” da nova moeda.

O Plano Real surtiu efeitos num momento crucial da campanha para vitória dos tucanos: “O sucesso do Real tirou o discurso de Lula. Se elogiasse o plano, inflaria ainda mais a candidatura tucana. Se o criticasse, levaria o eleitor a concluir que, uma vez eleito, mudaria o plano que ele, eleitor, tinha aprovado” (PILAGALLO, 2006: 73). Diante desse quadro de sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu no primeiro turno com 54,27% dos votos. Mesmo assim, a candidatura Lula teve um crescimento quanto ao primeiro turno de 1989: foi de 17% para 27,04% dos votos válidos.

Essa disputa entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) marca o início de uma polarização no quadro político nacional que perdura até os dias de hoje. Desde 1994, PT e PSDB encabeçam as duas grandes coalizões responsáveis por liderarem a corrida por votos nos pleitos nacionais²⁵. Segundo Nicolau (2005), essas duas siglas desenvolveram uma “vocação presidencial” ao disputarem com candidaturas próprias todas as eleições presidenciais desde a redemocratização. A participação nos pleitos forçou esses dois partidos a formularem propostas para o país, a criarem redes mais orgânicas com o mundo intelectual e a engendrarem processos decisórios mais centralizados no plano nacional. As duas siglas conseguiram tirar proveito da participação na corrida presidencial, conforme indica Nicolau:

É importante lembrar ainda que em cada eleição presidencial os partidos que concorrem mobilizam seus técnicos para a elaboração de um programa de governo, tarefa que acaba contribuindo para que o partido seja obrigado a apresentar uma convergência mínima em termos programáticos. Certamente o PT e o PSDB acabaram beneficiando-se da dinâmica da competição presidencial para tornarem-se os mais programáticos entre os maiores partidos brasileiros (NICOLAU, 2003: 15).

O caráter programático das duas siglas (PT e PSDB) está estreitamente relacionado aos vínculos com os “técnicos” e a capacidade destes formularem estratégias de crescimento. PT e PSDB abrigam muitos “quadros” que despontam no centro da disputa pela hegemonia da formulação econômica mais adequada para o país. Petistas e tucanos são vinculados, respectivamente, aos “protecionistas” e “interdependentistas”. Estes dois grupos

²⁵ A força do PT nos pleitos presidenciais remonta a 1989, quando Lula supera os candidatos do PSDB (Mário Covas) e PDT (Leonel Brizola) na disputa pela vaga do segundo turno.

nortearam o debate nas décadas de 1980-90 acerca do “capitalismo brasileiro, reorganização industrial e o papel do estado na nova economia mundial” (ABU-EL-HAJ, 2007: 04).

Os protecionistas colocam “a nacionalidade da empresa como a premissa básica da política industrial” (ABU-EL-HAJ, 2007: 06). O fortalecimento da empresa privada nacional frente às multinacionais aparece como eixo desse projeto. O Estado ofereceria ajuda mediante ajuste da política macroeconômica, incentivos fiscais e política comercial para que o empresariado local pudesse conservar vantagens diante dos competidores estrangeiros. Esses ajustes em favor da empresa nacional viabilizariam “a elevação da produtividade, melhoras da competitividade e preservação dos empregos sem necessariamente recorrer a uma abertura maior do capital externo” (ABU-EL-HAJ, *ibid*: 05).

O projeto dos interdependentistas, por sua vez, prioriza a “produtividade como o fator primordial do desenvolvimento interno”, independente da nacionalidade da empresa (ABU-EL-HAJ, *ibid*: 06). Os dois fatores decisivos na “endogeneização” do progresso técnico seriam a abertura comercial e a atração de investimentos. Tal grupo defendia a viabilidade de políticas econômicas internas que moldassem os fluxos de investimentos diretos. Na perspectiva deles, os países em desenvolvimento poderiam canalizar Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) para setores essenciais acarretando a transferência de tecnologia para elevar a competitividade geral da economia (FRANCO apud ABU-EL-HAJ, *ibid*: 06).

Os “interdependentistas”, articulados “em torno do PSDB e particularmente de Fernando Henrique Cardoso”, foram responsáveis pelo programa de governo do candidato Mário Covas nas eleições de 1989 – primeira eleição direta para Presidente da República depois de 21 anos de regime militar. Na eleição seguinte (1994), o próprio Fernando Henrique Cardoso é eleito Presidente e então os “interdependentistas” têm a chance de executar o projeto que vinham amadurecendo desde a década de 1980.

Quatro anos após a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tem-se uma nova edição do embate ente tucanos e petistas. A eleição presidencial de 1998 acaba se tornando um desdobramento da anterior tanto no resultado quanto na condução da campanha de Lula. Desta vez, tendo Leonel Brizola (PDT) como vice, o candidato petista adquire 31,71% dos votos válidos²⁶. A coligação *União do Povo Muda Brasil* foi composta por PT, PDT, PSB, PC do B e PCB. O então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) consegue o feito de ser eleito no primeiro turno novamente – obtém 53,06% dos votos. Lula é

²⁶ Leonel Brizola foi candidato a Presidente da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas eleições de 1989 e 1994. O posto de vice na chapa de Lula ocupado por Brizola no pleito de 1998 é interpretado por Singer (2001) como um indício da hegemonia petista no campo das esquerdas.

apresentado na campanha como alguém defensor dos mais necessitados e dotado de competência administrativa. O discurso do candidato assume preferência pelos mais pobres, porém já não há um predomínio da idéia do confronto de classes.

A experiência da campanha de 1998 contribui para aprofundar a política de alianças que seria ratificada quatro anos mais tarde. O 11º Encontro Nacional do PT (1997) toma como resolução, por exemplo, a aliança com partidos para além do “campo democrático-popular”. Apesar das resoluções tiradas no sentido de permitir alianças cada vez mais amplas em 1994 e 1998, não vemos na prática coligação tão heterogênea nas campanhas de Lula durante a década de 1990. Vai ser na quarta tentativa de conquistar o governo federal que o PT e Lula colocam na ordem do dia a parceria com o Partido Liberal (PL) do empresário José Alencar.

Durante o II Congresso Nacional (1999) o PT expôs o desejo de não querer ser “eterno partido de oposição”. O fim a ser perseguido era a ocupação do governo federal e o meio utilizado – um deles na verdade – acabou sendo a aliança com José Alencar (PL). Diante do temor de amargar mais uma derrota eleitoral, o PT e Lula fizeram as movimentações no sentido de garantir a vitória nas urnas. Lula afirmou ser candidato somente com a condição do PT contratar Duda Mendonça para cumprir a função de marqueteiro. Duda Mendonça mudou significativamente a propaganda eleitoral do PT:

Desde que o publicitário assumiu o *marketing* pessoal de Lula, um ano antes da eleição [de 2002], uma regra que Duda Mendonça impôs a Lula foi o uso obrigatório de terno em qualquer evento público. Mas também houve uma preocupação, não menos relevante, de fazer com que o eleitor acreditasse que o uso do paletó e da gravata, da barba bem cortada e dos sorrisos constantes era uma opção pessoal de Lula e não uma imposição do *marketing* (grifos do autor) (SILVA Jr., 2005: 14-5).

A famosa e polêmica *Carta ao Povo Brasileiro* foi outro recurso utilizado para facilitar a vitória nas urnas. Acerca deste documento Silva Jr. afirma o seguinte:

Lula ignora todas as diretrizes [do 12º Encontro Nacional do PT], aprovadas pelo partido, e anuncia um documento que ele denomina de “Carta ao Povo Brasileiro”. O texto prega exatamente o oposto do que as diretrizes do PT recomendavam. Assinado pelo candidato em 22/06/2002, mas não submetido ao PT, o documento afirma que o superávit primário será preservado o tempo que for necessário e que os juros altos só poderiam ser reduzidos depois de superada a vulnerabilidade externa. Além disso, o texto dá destaque especial ao anúncio de que todos os contratos com os credores externos seriam cumpridos (SILVA Jr., *ibid*: 79).

Lula participou diretamente das conversações que levaram à formação da aliança com José Alencar do PL. A coligação presidencial de 2002 em torno do PT tinha como

parceiros: PL, PC do B, PMN e PCB. A presença do empresário José Alencar como vice de Lula marcou uma guinada na política de alianças do PT. Essa aliança com o PL nas eleições 2002 deve ser vista como resultado de um processo de transformações gradativas que remonta ao primeiro pleito presidencial (1989). A eleição de 1989 desencadeou no PT o processo do *trade-off* eleitoral, ou seja, o Partido saiu de uma condição de caráter classista para adotar um discurso universalista. Depois de 1989 se inicia o processo que culmina na aliança com o PL em 2002 e a vitória na eleição presidencial.

O pleito de 1989 coincide com outro aspecto importante que influencia a guinada na política de alianças do PT: as experiências governativas nas prefeituras conquistadas nas eleições de 1988. Segundo Couto, o PT abriu-se cada vez mais à necessidade de coalizões governativas a partir da experiência nessas prefeituras conquistadas em 1988 (COUTO, 1995: 249). Um aspecto demonstrativo dessa nova disposição do Partido consistia no esforço de ampliar o leque de alianças para as eleições estaduais de 1990. Essa iniciativa de propor alianças é de significativa importância quando levamos em conta a trajetória do PT acerca deste ponto. Conforme Keck (1991), a primeira iniciativa do PT de colaborar numa frente única com outros partidos ocorreu no movimento pelas *Diretas Já*.

Durante a década de 1990 o Partido multiplica o número de prefeituras e passa também por experiências de governo no Executivo estadual. Assim como nos casos das prefeituras conquistadas em 1988, as experiências governativas posteriores e em maior número contribuíram para progressiva ampliação das alianças nas diversas esferas da federação. A plataforma programática também não ficou imune ao processo de inserção institucional da sigla. O PT, que antes se orientava bem mais por uma lógica societária extra-estatal, adentra pelas veredas da atuação intra-institucional. A aliança com o PL no âmbito nacional talvez seja o caso mais emblemático dessa atenção maior que o PT passou a dedicar à esfera institucional da política.

Vale destacar que essas transformações internas não ocorreram de forma pacífica. Muitas disputas e desavenças se deram internamente até ganhar forma o *trade-off* eleitoral petista. Mas isto não significa nenhuma novidade no campo político, pois disputas no interior de partidos políticos constituem algo recorrente. No caso do PT, os embates são protagonizados pelo Campo Majoritário e pelas “tendências de esquerda”. Esses dois grupos disputam os cargos de direção da sigla e as possibilidades de darem os rumos de atuação do

Partido – isto inclui a formulação programática, o tipo de alianças eleitorais e coalizões governativas²⁷, a definição das prioridades na disputa política parlamentar, etc.

O Campo Majoritário foi formado em 1995 pelas tendências moderadas do PT a fim de obter o comando da sigla, isolando os “30% que votam com a esquerda” nos Congressos e Encontros internos (SINGER, 2001). Nos termos de Panebianco (2005), o Campo Majoritário representa a “coalizão dominante” da sigla. Essa expressão atenta para “conformação mais complexa da estrutura do poder” no âmbito da direção partidária. O comando do partido não se resume a único líder, por mais que ele pareça “dispor de um poder quase absoluto sobre a organização”.

Segundo Panebianco (ibid), o líder “deve, na maioria das vezes, negociar com outros agentes organizativos; ele está no centro de uma coalizão de forças internas do partido, com as quais deve, ao menos numa certa medida, estabelecer acordos”. Diante desse quadro, o líder (ou os líderes) do Campo Majoritário é levado a negociar com os setores da esquerda petista. A orientação partidária e as estratégias de atuação resultam das negociações internas entre esses agentes.

As “tendências de esquerda”, responsáveis pela oposição interna à “coalizão dominante”, representam a “elite minoritária” da sigla. Esse setor consiste na “área potencial de risco para os líderes do partido”. Isso porque é dessa área que podem surgir os futuros líderes do partido num contexto de crise. Basicamente, as organizações e lideranças remanescentes da luta armada foram os responsáveis pela composição das “tendências de esquerda”²⁸.

A correlação de forças internas favorável ao Campo Majoritário está relacionada com a história de formação do PT. O Campo Majoritário foi composto pelos “novos sindicalistas” do ABCD paulista. Esses sindicalistas foram os grandes responsáveis pelo movimento de construção da sigla nos fins da década de 1970. As organizações e lideranças remanescentes da luta armada também participaram das mobilizações de construção do PT, porém não tinham a mesma capacidade de mobilização dos “novos sindicalistas”. Uma prova

²⁷ Schmitt entende “coalizões” como “(...) associações entre partidos na sustentação ou oposição congressional ao governo”. A coalizão se distingue conceitualmente da “coligação” e da “aliança”. Estes dois últimos expressam o acordo partidário nas eleições. O termo coligação é preferido ao termo aliança quando se trata do período pós-1985, baseando-se no próprio Código Eleitoral. Os Códigos de 1950 e 1965 traziam o termo “aliança”, enquanto o de 1985 usa o termo “coligação” (SCHMITT, 2005: 12).

²⁸ Convém destacar que vários militantes saíram das “tendências de esquerda” e ingressaram no Campo Majoritário no decorrer dos embates internos. Talvez o exemplo mais ilustre dessa mudança de posicionamento seja o caso de José Genoíno. Este integrava o Partido Revolucionário Comunista (PRC) até 1989, quando então ocorre a dissolução dessa organização e a mudança de posicionamento de Genoíno em prol dos moderados.

dessa desigualdade de forças reside nos números da primeira comissão provisória do Partido: 60% dos cargos ficaram com os sindicalistas.

O Campo Majoritário manteve-se à frente da sigla durante toda a trajetória do Partido. Vale lembrar que essa “coalizão dominante” não reside num único grupo estritamente homogêneo. O Campo Majoritário é resultado de um processo de alianças e acordos entre distintas tendências, dentre as quais se destaca a Articulação. A importância dessa tendência na trajetória do PT é destacada por Ozaí da Silva:

Tendência majoritária, a Articulação (ART) é a face do PT. Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a ART é a principal responsável pela práxis petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido. Não é exagero afirmar que a evolução do PT se confunde com sua trajetória (SILVA, 2003).

O papel central da Articulação rendeu ao Campo Majoritário uma grande vantagem na correlação de forças internas dentro do Partido. Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais 2002, tal grupo se consolidou como “núcleo duro” do governo. O PT ficou com 60% dos cargos com *status* de ministério e o Campo Majoritário foi o maior beneficiado dessa partilha de postos ministeriais. A hegemonia desse setor dentro da sigla se transportou para esfera governamental. A correlação de forças no interior do Partido se repetiu no governo e as “tendências de esquerda” continuaram como força minoritária.

Nesse quadro, o Campo Majoritário foi o principal responsável por levar a cabo as escolhas que consolidaram o processo do *trade-off* eleitoral petista. Diante do dilema de ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe e condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral à custa da diluição de seu conteúdo de classe, o PT decidiu pela segunda opção. O Partido venceu a disputa presidencial de 2002, porém abdicou de uma postura classista.

No próximo capítulo analiso o significado e as implicações do pleito de 2002 para compreender as escolhas do PT na condição de governo. O significado da aliança com o empresário José Alencar em 2002 (à época do PL) revela muito sobre o PT do século XXI. Na condição de governo, o Partido deu prosseguimento à composição de alianças amplas, extrapolando a parceria para além da classe trabalhadora. Os conflitos dos petistas com a gestão federal remontam a essa aliança com o PL.

3. ELEIÇÕES 2002 E FORMAÇÃO DO GOVERNO LULA

3.1. PARCERIA LULA-JOSÉ ALENCAR NAS ELEIÇÕES 2002

O PT, nos seus primeiros documentos de fundação, definia-se como um *Partido sem Patrões*. Para surpresa de muitos, o padrão dessa vez estava do lado do trabalhador no pleito de 2002. Em aliança com José Alencar (PL), pela primeira vez um partido que se reivindicava dos trabalhadores – com um candidato oriundo da classe operária – venceu as eleições presidenciais no Brasil.

A parceria PT-PL foi efetivada à custa de conflitos internos entre as tendências petistas. Setores mais à esquerda dentro do PT eram contrários a tal aliança. Leal descreve as consequências da polêmica parceria:

Nunca tendo integrado o arco de alianças do PT, o PL era historicamente encarado como adversário, por serem ambos os partidos filiados a distintas tradições ideológicas e por terem notórias divergências de concepções e práticas. A efetivação da aliança [PT e PL] chocou parte da opinião pública e revoltou numerosos setores do próprio partido, gerando efeitos, como a renúncia de candidatos ao governo de estados (por exemplo, Heloísa Helena, em Alagoas); a intervenção na chapa proporcional do PT mineiro, obrigado a dividir espaço com candidatos do PL; e constrangimentos por todo o país (LEAL, 2005: 68).

Essa aliança com José Alencar é resultado de um processo de transformações internas que tem início em 1989. No intervalo entre a eleição presidencial de 1989 e a de 2002 o PT viveu um processo de diluição das referências classistas. A parceria com o PL representou o fim de um ciclo para o PT, pois esta sigla promoveu uma guinada na política de alianças e, ao mesmo tempo, saiu da condição de oposição no âmbito federal.

A brusca mudança na política de alianças ocorreu num cenário de muitas especulações quanto à capacidade governativa do PT. Afinal, às vésperas da eleição de 2002, empresários, banqueiros e analistas de risco internacionais se diziam preocupados com a “governabilidade” e política macroeconômica do futuro governo brasileiro, especialmente se o eleito fosse Lula.

Durante entrevista à *Folha Online*, o então presidente da FEBRABAN²⁹ – Gabriel Jorge Ferreira – declarou que sua preocupação com relação às eleições era a maneira de

²⁹ FEBRABAN significa Federação Brasileira de Associações de Bancos.

reduzir os juros e “a política de alianças para assegurar a governabilidade” (SOUZA, 2002). Na revista *Veja*, de 22 de maio de 2002, a reportagem de capa abordava o temor dos empresários com a possibilidade de Lula ser eleito. Segundo a matéria, o “mercado” se abalava a cada subida do candidato nas pesquisas: “Entre o empresariado, a maioria se diz preocupada em como o PT vai tratar da dívida externa, da taxa de juros e do equilíbrio das contas públicas” (SECCO & LIMA, 2002).

Essa idéia era generalizada em meio ao empresariado e investidores. Em matéria da *Folha Online*, datada de 08 de junho de 2002, o investidor George Soros afirmou que o Brasil tinha duas escolhas: José Serra ou o caos. Na avaliação de Soros, se Lula vencesse as eleições, os mercados mundiais, achando que o petista daria um calote, se preveniriam contra essa possibilidade. Ao assumir, Lula enfrentaria uma situação tão adversa que não restaria outra escolha senão efetivamente dar o calote (ROSSI, 2002).

Cerca de um mês depois dessa entrevista, Lula lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*. A partir da divulgação desse documento, o então candidato passou a ser mais bem visto pelo empresariado. Ainda assim, alguns investidores expressavam receio diante do eventual governo petista:

A diretora de risco soberano para América Latina da S&P Jane Eddy disse que apesar de o candidato à Presidência do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ter assumido publicamente o compromisso de manutenção da meta de superávit primário e da inflação, ainda há uma desconfiança de como o partido agirá quando estiver no poder. A analista de risco soberano para Brasil da agência de classificação de risco Standard & Poor's Helena Hessel disse hoje que a principal preocupação da agência com uma possível vitória do PT nas eleições presidenciais é com a “governabilidade”. (...) Em teleconferência realizada hoje, Hessel destacou o fato de Lula não ter experiência administrativa como motivo de preocupação. Hessel ressaltou ainda a possibilidade do PT não obter apoio suficiente no Congresso para realizar todas as reformas necessárias (COTTA, 2002).

Nesse cenário de 2002, “muitos temiam” que Lula tentasse, no novo governo, um retorno ao modelo de intervenção do Estado na economia nos moldes da estratégia de substituição de importações (BACHA; BONELLI, 2005: 167). Esse modelo de substituição de importações emerge no país no governo Kubitschek (1956-60) e perdura até os anos 1980. Segundo Franco (1999), os pilares desse modelo consistem no binômio “inflação & proteção”. A inflação e os *déficits* fiscais apareciam como mecanismos para viabilizar, através da poupança forçada, a sustentação de elevados níveis de investimento público. Quanto à proteção, os governos buscavam elevar a segurança e rentabilidade dos investimentos privados mediante proteção, controles de preços, de salários e de créditos.

Esse modelo de industrialização marcado pelo binômio “inflação & proteção” cai em desuso nos anos 1990. O Plano Real abriu caminho no governo FHC (1995-2002) para um “desvio radical do modelo estatizante de substituição de importações que prevaleceu no regime militar” (BACHA; BONELLI, 2005: 167). Esse Plano, que a princípio parecia uma política restrita ao controle inflacionário, evoluiu durante dois mandatos presidenciais (1995-2002) para um dos mais ambiciosos projetos de reestruturação do capitalismo brasileiro desde a década de 1930 (VIANNA apud ABU-EL-HAJ, 2007).

O binômio “inflação & proteção” deu lugar a combinação “abertura e estabilização” durante a década de 1990. O governo FHC (1995-2002) buscou implementar essa combinação mediante inserção do país no processo de globalização; deslocamento do impulso do crescimento para o setor privado; esforço de atração do capital estrangeiro e privatizações. Para Franco (1999), o eixo central desse projeto residia na “aceleração da taxa de crescimento da produtividade” através do aprofundamento do processo de abertura. Por abertura entende-se a “des-repressão dos coeficientes de importação” (FRANCO, *ibid*: 44).

Essa estratégia de integração competitiva no mercado mundial implementada pelos “interdependentistas” no governo FHC se contrapunha ao projeto dos petistas. Os investidores tinham receio da possibilidade de Lula estancar esse processo de abertura do país. A dimensão da desconfiança dos setores especulativos com o então candidato Lula pode ser percebida nas reações do “mercado” ao desempenho do petista nas pesquisas eleitorais. O fato de Lula liderar as pesquisas das eleições 2002 aparecia como um dos fatores “que motivaram as fugas de capitais, as crises cambiais, as perdas de reservas, a elevações da taxa de juros e a manutenção de uma taxa de crescimento medíocre” (SICSÚ *et al*, 2007: 519)³⁰.

A fim de sinalizar para empresários e investidores que a candidatura Lula não representava “ameaça” para os credores internos e externos, a cúpula petista resolveu buscar um “avalista” para cumprir a função de vice. O papel de José Alencar era justamente “acalmar” o empresariado desconfiado das pretensões de Lula.

Empresário milionário do setor têxtil, dono de 11 fábricas, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e ex-vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Alencar, 71, já tem papel definido na campanha: o de “avalista” de Lula junto a investidores e empresários. Confirmar o senador na vaga de vice tornou-se fundamental para o sucesso da candidatura de Lula, de acordo com análise da cúpula petista. (...) Na campanha, ele diz que procurará “mostrar” aos empresários as intenções de Lula, dando como garantia seu exemplo pessoal: “Como

³⁰ Os outros fatores apontados por Sicsú *et al* que contribuíram para formação desse quadro de pequeno crescimento “foram as crises do México, da Rússia, dos países asiáticos, da Argentina, os atentados de 11 de setembro de 2001, as fraudes Enron/Anthur-Andersen (...)” (*ibid*: 519).

empresário, tenho de pensar a longo prazo, e a garantia de estabilidade e mudança responsável é o Lula” (ZANINI, 2002a).

A dupla Lula-José Alencar obtém 46,44% da votação válida no primeiro turno e 61,27% no segundo turno. Pela terceira vez consecutiva a eleição ficou polarizada pelas candidaturas do PT e do PSDB. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT) disputaram no primeiro turno o posto de Presidente da República. Na eleição de 2002 houve segundo turno entre José Serra (PSDB) e Lula (PT). A candidatura de Lula recebeu o apoio de vasto leque de forças políticas no segundo turno: PT, PL, PC do B, PMN, PCB, PSB, PPS, PDT, PTB, PV e setores do PMDB³¹.

Para César Benjamin (2002), transformar Lula num candidato em que todos os atores relevantes – da FIESP ao MST, do Citibank ao PCdoB – possam reconhecer-se um pouco consistiu na estratégia do PT, executada com grande coerência. Essa ampla aliança eleitoral, contudo, padece de uma contradição intrínseca: quanto mais intensas são as articulações de bastidores e mais amplas as alianças, menos autenticidade, clareza e capacidade de mobilização têm o candidato (BENJAMIN, *ibid*).

As causas motivadoras dessa aliança foram bastante debatidas. Para Coutinho (2002), foi a desfavorável conjuntura internacional associada com outros fatores menos essenciais que motivou a política de alianças do PT na campanha de 2002. O êxito eleitoral da sigla ocorreu num contexto bem adverso tanto no âmbito internacional quanto nacional. No quadro internacional havia um refluxo das forças de esquerda em todas as vertentes: nos Estados Unidos e na Europa predominavam governos conservadores, enquanto na América Latina a situação da esquerda também não era favorável. Somado a isto havia também a vulnerabilidade externa diante da qual obriga o governo Lula a “negociar” as metas desejadas. O “mercado” também estava desfavorável às manobras do novo governo (COUTINHO, *ibid*).

No âmbito nacional, as dificuldades residiam nas privatizações e na reforma do Estado, ambas realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Estas medidas do governo Cardoso desativaram muitos instrumentos necessários para implementar o “novo modelo econômico” prometido por Lula na campanha. Esse “novo modelo econômico” proposto priorizava a produção em detrimento da especulação financeira. Por isso Coutinho considerou “natural e correto” o fato do PT ter buscado uma interlocução com a burguesia industrial, formando aliança com o empresário José Alencar.

³¹ O PSTU declarou voto crítico em Lula e o PCO se posicionou pelo voto nulo.

Machado (2004) vai buscar no próprio PT as causas motivadoras da aliança com o PL de José Alencar. O resultado eleitoral de 1989 desencadeia o processo responsável pela aliança do PT com o PL no ano de 2002. Os fatores a seguir impulsionaram a progressiva integração do PT à ordem: (1) crise do campo da esquerda provocada pelo desmoronamento da União Soviética; (2) ofensiva neoliberal no mundo e inclusive no Brasil; (3) crescimento da inserção institucional do PT desde 1988 e (4) o debilitamento do movimento social constituidor do Partido (MACHADO, *ibid*).

O autor menciona também a avaliação feita por Lula e o círculo dirigente partidário mais próximo dele (Campo Majoritário) acerca da derrota eleitoral de 1989. Tal grupo atribuiu a um suposto excesso de radicalismo a causa da derrota. Assim, bastava adquirir um tom moderado que os setores empresariais, proprietários de terra e camadas mais abastadas das classes médias deixariam a rejeição de lado. O resultado concreto disso foi a ampliação das alianças e propostas em cada disputa eleitoral. Prevalencia a crença entre alguns dirigentes petistas do aspecto fundamental de uma aliança desse porte (PT-PL) para ganhar as eleições e até mesmo governar. Diz Machado (2004): “Ganhar a confiança do grande capital foi o objetivo central da imposição da aliança com o PL, e já era uma preocupação antiga de Lula e de outros dirigentes”.

Apesar da guinada na política de alianças e das concessões programáticas em favor de grandes grupos econômicos, a candidatura de Lula ainda assim conseguiu agregar boa parte das esquerdas. Pelo fato de Lula assumir vínculos com as elites nas eleições 2002 e ainda assim agregar vários setores das esquerdas, Benjamin (2002) considerou o petista um enigma sem condições de ser decifrado no momento daquelas eleições presidenciais. O referido autor perguntou se Lula seria Fausto, Maquiavel ou Riobaldo?

Se ganhar a eleição [de 2002] e honrar as garantias que vem dando aos poderosos, Lula será Fausto, o personagem de Goethe que vendeu a alma ao diabo e obteve com isso o que sempre almejava. Se ganhar e conseguir virar o jogo, mostrando-se fiel aos setores populares que sempre o apoiaram, terá realizado uma impressionante operação política, digna de Maquiavel, que poderá mudar a história do Brasil. Se perder a eleição – em um segundo turno com José Serra, por exemplo – por ter sido abandonado pelas elites que vem tentando cativar com tanta paz e amor, lembrará Riobaldo Tatarana. Ao entrar para o cangaço, o antológico narrador de *Grande sertão: veredas* também vendeu a alma ao diabo. Comportou-se sempre de acordo com o pacto. No fim da vida, porém, perplexo e solitário, descobriu que o diabo não a havia comprado. Fausto, Maquiavel ou Riobaldo. O futuro dirá qual foi o papel de Lula na história contemporânea do Brasil (BENJAMIN, 2002).

O “enigma Lula” já nos apresenta elementos mais concretos para sua elucidação. Lula não só ganhou a eleição de 2002 como também garantiu a reeleição quatro anos mais

tarde. Ao invés de qualquer medida no sentido de descuidar do controle da inflação ou de promover calote aos credores internos e externos, o governo, sob a direção do PT, tratou com rigor o problema da dívida pública – *superávit* primário elevado, combinação de juros altos com dólar desvalorizado, altos tributos, disciplina fiscal e metas de inflação. Outrora o candidato mais temido pelos “mercados”, Lula disputou a reeleição em 2006 defendendo os resultados do governo mais “ortodoxo” na economia desde a redemocratização do país (PATU, 2006: A12).

A política macroeconômica implementada pelo governo não contou com o apoio unânime dos petistas. Durante toda a gestão (2003-2006), setores do PT pressionaram de diversas formas a reorientação desse modelo macroeconômico. Conflitos de outra ordem também fizeram parte da relação entre PT e governo Lula. A escolha de alguns ministros gerou os primeiros atritos internos no PT na condição de “partido de governo”. Sem a aprovação das tendências da esquerda petista, empresários e executivos vinculados aos segmentos combatidos pelo Partido foram convidados para integrar a gestão. Partidos políticos sem afinidade ideológica com o PT também compuseram o primeiro escalão do governo.

O próximo passo para compreensão dos conflitos consiste na observação das articulações para composição do governo Lula (2003-2006) após o pleito de 2002. Pretendo observar os agentes partidários e setores sociais que foram inseridos no rol de ministérios. A coalizão de apoio ao governo foi composta a partir das siglas e setores da sociedade que apoiaram Lula no pleito de 2002. O primeiro escalão do Poder Executivo incluía desde o PC do B até o PL e PTB.

A ampla e heterogênea coalizão governamental não tinha muitos representantes da esquerda petista nos cargos ministeriais. A representatividade desse setor na Câmara Federal saltou de 12 deputados para 28 nas eleições 2002 (ZORZAN, 2002). Esse aumento no número de parlamentares da esquerda petista no Congresso Nacional não se refletiu em termos de ministérios.

A pequena participação desse setor no Poder Executivo desponta como aspecto de suma relevância para o entendimento dos conflitos entre PT e governo. A composição do Poder Executivo privilegiou os integrantes do Campo Majoritário, gerando descontentamento nos setores da esquerda petista. Verificar a partilha dos cargos entre os próprios petistas e demais aliados constitui a próxima tarefa para decifrar os dissensos entre o par PT-governo.

3.2. FORMAÇÃO DO GOVERNO LULA

O simbolismo representado pelo êxito de um ex-operário fez da vitória de Lula algo nunca visto antes na história política do Brasil³². Numa matéria da *Folha Online* (2002a) que comenta o resultado da apuração, Lula é apontado como “primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular”. O passado do candidato eleito e sua trajetória política incrementam o conteúdo das matérias acerca do pleito presidencial.

No campo intelectual esse fato político também não passou despercebido. Coutinho (2002) ressaltou não só o simbolismo representado pelo êxito de um ex-operário e retirante nordestino numa eleição presidencial, mas também o fortalecimento de uma das mais importantes instituições da sociedade civil – o Partido dos Trabalhadores (PT). O referido autor concebeu a eleição de Lula como a maior vitória política da esquerda no país, sobretudo porque esta se deu em estreita ligação com o crescimento e fortalecimento do PT: “o único partido brasileiro de esquerda a se tornar efetivamente um partido de massas, não só por dispor de uma forte e crescente presença nas instituições, mas também por contar, desde suas origens, com um sólido vínculo com os movimentos sociais” (COUTINHO, 2002). Coutinho cumpre a importante tarefa de destacar o papel do Partido nesta vitória:

Para além do extraordinário simbolismo representado pela vitória de um ex-operário numa eleição presidencial, simbolismo tantas vezes ressaltado, cabe sobretudo lembrar que esta vitória – longe de ser o mero triunfo de um líder carismático, messiânico, como alguns sociólogos apressados o têm definido – foi a vitória de um projeto político, representado sobretudo por um partido [o PT] que soube crescer nos quadros de um processo de democratização do qual foi, de resto, um dos maiores protagonistas (parênteses meus) (COUTINHO, 2002).

Esse êxito eleitoral do projeto petista gerou grandes expectativas junto aos eleitores, movimentos sociais, intelectuais e outros setores³³. Contudo, a euforia da população ia na contramão do contexto econômico do país. As vésperas de iniciar o novo governo, César

³² Cerca de 200 mil pessoas compareceram em Brasília para acompanhar a posse de Lula no dia 1º de janeiro de 2003. Muitos dos participantes que vieram de diversas partes do Brasil passaram a noite do *réveillon* na Esplanada dos Ministérios na expectativa de conseguir um bom lugar para os momentos da posse.

³³ A pesquisa Sensus encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) atestou o otimismo dos brasileiros diante do governo que iniciaria no ano de 2003. Essa pesquisa, realizada entre 1º e 5 de novembro de 2002, constatou o seguinte: 76,1% dos entrevistados apostavam que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva faria um governo diferente e melhor do que o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Benjamin (2002) descrevia o quadro nacional com números pessimistas quanto ao futuro do Brasil: havia o maior índice de desemprego registrado, massa salarial em queda livre há mais de um ano, crescimento da economia oscilando em torno de zero, taxa de juros entre as duas ou três maiores do mundo, dívida interna líquida de R\$ 800 milhões, desnacionalização da base produtiva, diminuição das exportações e pagamentos previstos aos credores internacionais numa média de US\$ 100 milhões por semana (BENJAMIN, 2002).

Diante desse quadro de grandes expectativas da população e de condições desfavoráveis ao novo governo, tem início as conversações para composição da coalizão governamental. As articulações ocorrem logo após a apuração do segundo turno e duram até os últimos dias de dezembro. A principal polêmica nesse intervalo entre o momento pós segundo turno e o início do governo foi a indicação de Henrique Meirelles – ex-presidente mundial do BankBoston e, à época da sugestão, deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás – para presidência do Banco Central.

Parlamentares do próprio PT, partido majoritário no governo Lula, mostraram insatisfação com o nome de Meirelles para o referido cargo. A fim de evitar o problema do PT se “dividir logo na primeira votação” na condição de partido governante, os dirigentes petistas trataram de fechar questão no dia 16 de dezembro pelo voto favorável a Meirelles. No dia 17, ocorreu o episódio de um acordo entre a direção do Partido e a senadora Heloísa Helena. Ela aceitou se ausentar da sabatina e votação do nome de Henrique Meirelles na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, cedendo a vaga para José Eduardo Dutra (PT-SE). A senadora justificava sua posição contrária afirmando que Meirelles “serviu aos interesses financeiros internacionais” – referência ao período na presidência do BankBoston.

A preocupação dos dirigentes petistas com a postura de Heloísa Helena estava relacionada bem mais com a repercussão negativa em torno da dissidência no próprio partido do Presidente da República recém-eleito do que com a possibilidade de não obter os votos necessários para aprovar o nome de Meirelles. Na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, composta por 27 integrantes, a sabatina terminou com 21 votos a favor e 5 contra. No dia seguinte a sabatina, o nome de Meirelles foi aprovado no plenário do Senado com a seguinte votação: 39 a favor, 12 contra e uma abstenção. Tanto no Plenário quanto na Comissão de Assuntos Econômicos, a votação ocorreu de forma secreta.

Concomitante a esse primeiro desafio de indicar e aprovar o novo presidente do Banco Central, os dirigentes petistas articulavam a formação da coalizão governamental. O PMDB se tornou o grande alvo dos petistas na busca de aliados durante os meses antecedentes ao início do governo. O significativo número de parlamentares e governadores

eleitos pelo PMDB foi a razão de Lula ordenar o diálogo com essa sigla tendo em vista garantir a governabilidade da gestão. Zanini (2002b) relata que dentro do PT era voz corrente, mesmo antes do segundo turno, atrair o PMDB para órbita do futuro governo. Com os resultados do segundo turno esse sentimento de aproximação aumentou.

O surpreendente desempenho do PMDB em Estados importantes no segundo turno elevou o partido à condição de alvo prioritário do PT na busca de uma base sólida de sustentação para Luiz Inácio Lula da Silva. A ordem do presidente eleito aos dirigentes petistas é deflagrar uma operação imediata de cortejo aos peemedebistas. (...) O objetivo mínimo do PT é ter uma relação amistosa com os peemedebistas, mas o sonho de Lula é atrair o PMDB formalmente para sua base no Congresso. O PMDB terá 74 deputados federais e 19 senadores (ZANINI, 2002b).

Durante o pleito presidencial o PMDB estava formalmente aliado com o PSDB, contudo havia setores naquele partido apoiando outros candidatos. No segundo turno, o mapa do PMDB ficou delineado da seguinte forma: 70% dos ocupantes de cargos de direção apoiaram Serra e 30% optaram por Lula. As conversas entre PT e PMDB após as eleições se arrastaram até o dia 20 de dezembro de 2002 quando então o presidente do PMDB, Michel Temer, lança nota afirmando que o seu partido não iria ocupar cargos no novo governo. Partiu dos petistas a intenção de não implementar o acordo – este previa a entrega de dois ministérios aos peemedebistas.

A imprensa destacou quatro fatores que levaram Lula ao impasse no acordo: (1) temor de “manchar” a formação da equipe ministerial devido à má imagem de alguns setores do PMDB envolvidos com corrupção; (2) fortalecer o grupo lulista no interior do PMDB e enfraquecer a ala que optou por José Serra; (3) como só no segundo semestre de 2003 haveria votações que demandam quórum maior, então teria tempo para ajudar a ala lulista a ganhar espaço no PMDB para se tornar maioria e atrair dissidentes peemedebistas a siglas aliadas; (4) Lula avaliou que dois ministérios para o PMDB seria muito e talvez ineficaz em virtude da falta de unidade deste partido (ALENCAR, 2002).

O desfecho do ano de 2002 acabou com a formação do governo Lula sem a presença do PMDB nos ministérios. PT e PMDB estabelecem acordo para eleição das Presidências do Senado e da Câmara, decidindo que o primeiro partido ficaria com o cargo na Câmara e o segundo teria a Presidência do Senado. Dessa maneira a maior bancada na Câmara, a do PT, e no Senado, a do PMDB, assumiriam as Presidências. Nos cargos do primeiro escalão do governo (os ministérios) o PT ocupou uma quantidade significativa de vagas:

Hoje [29/05/2003], o PT tem 20 titulares dos 35 cargos com status de ministros – 24 ministérios, cinco secretarias especiais com status de ministérios e seis cargos na Presidência da República cujos ocupantes também têm status de ministro, incluindo o próprio Dirceu. Além do PT, ocupam ministérios os seguintes partidos: PL, PDT, PSB, PPS, PV, PTB e PC do B, com uma vaga cada um (ULHÔA, 2003).

Alguns ministérios foram preenchidos por pessoas sem filiação partidária. Por exemplo: os empresários Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan³⁴ ocuparam, respectivamente, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento. Ricci (2005) chama a atenção para o fato de que os empresários convocados para compor o governo não tinham relação com os segmentos empresariais mais progressistas ou mesmo vínculos com as plataformas das lideranças dos pequenos e microempresários, segmento que Lula buscou ampliar desde as eleições de 1994. Organizações mais progressistas como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o Instituto Ethos e a oposição empresarial à direção da FIESP foram preteridos do Poder Executivo.

A composição heterogênea dos ministérios, do ponto de vista de origem de classe e de partido político, reflete o arco de alianças feito pelo PT no segundo turno das eleições 2002. Oito partidos que apoiaram Lula no pleito eleitoral assumiram cargos no primeiro escalão do governo – PT, PL, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PTB. O PMN e o PCB, partidos componentes da coligação vencedora desde o primeiro turno, não ocuparam ministérios; mesmo assim permaneceram na base aliada. No Congresso, Lula contava ainda com os votos de setores do PMDB e da maioria da bancada do PP³⁵.

O rol de ministérios ficou distribuído de acordo com a seguinte tabela:

³⁴ À época, Furlan presidia o Conselho de Administração da Sadia e era vice-presidente da FIESP. Rodrigues era vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina e defensor do agronegócio.

³⁵ O PP (Partido Progressista), ex-PPB e descendente direto da Arena (Aliança Renovadora Nacional), sigla que deu sustentação ao regime militar (1964-1985), anunciou a adesão formal à base de apoio do presidente Lula em maio de 2003. Para aderir ao governo, os congressistas do PP mantiveram várias indicações feitas para cargos federais de segundo e terceiro escalões durante os anos de Fernando Henrique Cardoso. Maiores informações sobre a adesão do PP ao governo Lula podem ser vistas na *Folha Online* do dia 16 de maio de 2003.

Tabela 1 - Nomeação ministerial por partido

Partido	Quantidade de Ministérios
PT	21
Sem filiação partidária	7
PL	1
PSB	1
PDT	1
PC do B	1
PPS	1
PTB	1
PV	1
TOTAL	35

Fonte: *Folha Online* (Arquivos Folha) e (Especial Governo Lula). Disponíveis em:

<http://fws.uol.com.br/folio.cgi/ministro.nfo/query=*/doc/{1,0,0,0}/hit_headings/hit_only?>.

Acesso em: 01 jun. 2006 (Arquivos Folha);

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2006 (Especial Governo Lula, 2002b).

Nota-se a quantidade significativa de ministérios concentrados pelo PT, ocasionando uma divisão desproporcional dos cargos de primeiro escalão entre os aliados. Coube ao PT um total de vinte e um postos ministeriais num universo de trinta e cinco, ficando então com 60% desse total. Essa situação guarda semelhança com apenas dois momentos na história do Brasil republicano: governo Dutra (1946-51) e o governo Sarney (1985-90). No primeiro caso, o PSD detinha cerca de 50% dos postos ministeriais; no início do governo Sarney, o PMDB teve mais de 70% dos postos³⁶.

A primeira formação do ministério do governo Lula não seguiu a risca o critério da divisão dos cargos conforme a quantidade de cadeiras parlamentares das siglas aliadas. Com exceção do PT, as demais siglas receberam cada uma apenas um ministério. O PTB, que possuía 41 deputados federais, e o PV, com seis, ficaram com a mesma cota ministerial. A quantidade de ministros sem filiação partidária era de 20%. A soma desse número de indicações não partidárias com o total de ministros do PT equivalia a 80% dos cargos

³⁶ Os dados sobre a ocupação dos ministérios nas gestões de Dutra e Sarney foram extraídos da seguinte referência: ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ministeriais. Isso significa que 4/5 do primeiro escalão do Poder Executivo estava sob controle do PT e de técnicos.

A tabela a seguir mostra a proporção de cadeiras parlamentares de cada partido na Câmara Federal e o número de ministérios de cada sigla.

Tabela 2 - Bancadas partidárias e peso ministerial

PARTIDO	BANCADA³⁷	%	Nº DE MINISTÉRIOS	%
PT	91	17,74%	21	60%
PFL	76	14,81%	-	-
PMDB	70	13,65%	-	-
PSDB	63	12,28%	-	-
PPB	43	8,38%	-	-
PTB	41	7,99%	1	2,8%
PL	34	6,63%	1	2,8%
PSB	28	5,46%	1	2,8%
PDT	18	3,51%	1	2,8%
PPS	21	4,09%	1	2,8%
PC do B	12	2,34%	1	2,8%
PRONA	6	1,17%	-	-
PV	6	1,17%	1	2,8%
PMN	2	0,39%	-	-
PSC	1	0,2%	-	-
PSL	1	0,2%	-	-
Sem filiação partidária	-	-	7	20%
TOTAL	513	100%	35	100%

Essa concentração de cargos ministeriais na cota do PT caracteriza uma “coalizão concentrada”. Isto significa que um único partido detém o controle de grande parte dos

³⁷ Considerei como “bancada” apenas o número de parlamentares da Câmara Federal, seguindo o exemplo da literatura que trata desse assunto (caso de Meneguello [1998]).

ministérios. Conforme Abranches (1988), a “coalizão concentrada” representa uma “faca de dois gumes”. Por um lado, confere ao Presidente da República maior autonomia em relação aos partidos menores da coalizão governativa. Por outro lado, obriga o governante a manter sólidos laços com o partido majoritário da coalizão.

No caso do partido majoritário ser heterogêneo do ponto de vista interno e regional, desponta-se alguns riscos para o chefe do Poder Executivo. Nas palavras do próprio Abranches: “(...) a autoridade presidencial é confrontada pelas lideranças regionais e de facções intrapartidárias. Mas o risco maior, neste caso, adviria de um rompimento do partido com o presidente, deixando-o apenas com o bloco de partidos minoritários da aliança” (ABRANCHES, 1988: 26).

O PT, sigla majoritária da coalizão governativa, não se enquadra nesse perfil de partido político controlado por “caciques” regionais. As divisões intrapartidárias no PT são reflexos das disputas entre tendências internas. As lideranças do Partido vinculadas às tendências internas majoritárias agiram de forma alinhada com o governo, evitando o confronto com o Presidente da República. O mesmo não ocorreu com as lideranças das tendências minoritárias. Parlamentares da esquerda petista confrontaram o governo em diversas situações. Dentre as insatisfações com o Poder Executivo, constava a reclamação por cargos no primeiro escalão do governo.

Embora o PT dirigisse a maioria dos ministérios, havia setores da sigla descontentes com a divisão desses postos governamentais. O número de 60% dos cargos ministeriais nas mãos dos petistas revelou dois aspectos da correlação de forças internas no Partido: (1) hegemonia das alas moderadas e (2) dos militantes do Estado de São Paulo. Os paulistas obtiveram sete cargos com *status* de ministério, sendo que alguns desses postos são dos mais cobiçados pelos partidos. O Ministério da Fazenda (no âmbito da economia), a Casa Civil (no âmbito da articulação política) e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (no âmbito das políticas sociais) foram alguns dos postos estratégicos ocupados por representantes do PT paulista.

Os gaúchos vêm em seguida com cinco cargos ministeriais. Os Estados de Minas Gerais e Bahia ficaram com dois cargos cada um. Os outros Estados que entraram na cota petista tiveram apenas um ministério. A região Norte foi representada somente pelo Estado do Acre, ocupando o Ministério do Meio Ambiente. A região Nordeste teve dois cargos com o PT baiano e um com os petistas de Pernambuco. Em termos regionais, os Estados do Sul e Sudeste concentraram 76% dos vinte e um cargos ministeriais encabeçados pelo PT.

Quanto ao eixo intrapartidário, prevaleceu a força política da tendência Articulação e dos militantes independentes. Os petistas das alas moderadas se ocuparam dos ministérios mais importantes. Couberam às tendências de esquerda somente a Secretaria Nacional de Pesca, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Cidades. A tendência Articulação de Esquerda se encarregou da Secretaria Nacional de Pesca, enquanto a Democracia Socialista (DS) ocupou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Cidades.

O grupo majoritário no PT também se tornou o setor majoritário dentro do governo Lula. Tal situação contrasta com as experiências governativas relatadas anteriormente – gestões petistas em Diadema e São Paulo. Em Diadema, os grupos mais à esquerda controlavam o Diretório Municipal do Partido ao passo que a Prefeitura estava sob direção de outro grupo interno. Na capital paulista, as tendências de esquerda ocuparam grande parte dos cargos da Prefeitura, enquanto os integrantes da Articulação detinham o comando do Diretório local.

Em ambos os casos (Diadema e São Paulo), o grupo majoritário no Partido não desfrutava de grande participação no governo municipal. Isto contribuiu para ocasionar disputas entre dirigentes partidários e governamentais em torno dos rumos das gestões petistas. Os dirigentes partidários buscavam a todo custo estabelecer meios de controlar a administração municipal. Em contrapartida, os petistas inseridos em cargos executivos agiam com o objetivo de obter maior autonomia diante do Partido.

A cisão entre dirigentes partidários e dirigentes governamentais não ocorreu na composição do governo Lula. O “núcleo duro” do governo federal era o mesmo que conduzia o Diretório Nacional do PT. Os integrantes da Articulação formavam o grupo dirigente do governo e do Partido, tendo em vista que detinham a maior parte dos cargos ministeriais e dos postos das instâncias partidárias. Além da expressiva quantidade de postos de comando, a Articulação ocupava cargos de destaque tanto na esfera governamental quanto na partidária.

Os setores da esquerda petista, por sua vez, não tiveram a mesma vinculação estreita com o governo Lula. Nota-se uma participação restrita das tendências de esquerda na composição do primeiro escalão do governo, apesar das reivindicações desse setor por mais espaço no Poder Executivo. Raul Pont, da tendência Democracia Socialista (DS), expôs as cobranças da esquerda petista durante o processo de formação do governo:

"Não aceito que o Campo Majoritário [ala moderada da qual fazem parte, entre outros, Lula e o presidente nacional da sigla, José Dirceu] indique o governo. O partido quer continuar sendo ouvido", declarou Pont. "O governo tem de sair de um

processo de maioria e de consenso. O partido como um todo deve estar no governo e nós somos o partido." (parênteses da autora) (ZORZAN, 2002).

A pressão feita por Raul Pont e por outros membros da esquerda petista não resultou num número razoável de cargos ministeriais. A reduzida participação das tendências de esquerda no primeiro escalão do governo caracterizou uma cisão entre os setores minoritários da sigla e a gestão Lula. Isto provocou reações contrárias da esquerda petista que perduraram durante todo o governo. A princípio, as queixas tratavam claramente da ocupação do Poder Executivo. Depois, ganharam um tom mais ideológico e programático.

Diante da condição de membros minoritários da equipe governamental, restou aos militantes da esquerda petista o papel de denunciar a conduta das alas moderadas à frente do governo e da direção partidária. Mais adiante analiso os conflitos entre os petistas e o governo Lula. Convém destacar, nesse momento, a relação de externalidade entre as tendências de esquerda e os dirigentes governamentais.

Os dirigentes petistas optaram pela “exclusão relativa” das tendências de esquerda na esfera do governo. Essa “exclusão relativa” começou na formação da equipe de transição e se estendeu na composição dos ministérios. Dos cinquenta e um membros da equipe de transição, apenas um pertencia às fileiras da esquerda petista. Arno Augustin, da Democracia Socialista (DS), foi o único convidado da esquerda petista para fazer parte do grupo que conduziu a transição entre o governo tucano e a gestão Lula. Essa situação perdurou na equipe ministerial.

A pequena representatividade da esquerda petista nos órgãos ministeriais gerou uma relação de distanciamento desse setor partidário com os rumos da gestão federal. Isso porque as decisões centrais da arena governamental não passavam pelas mãos dos representantes da esquerda petista. De acordo com Ricci, o “núcleo duro” do governo – “assim denominado pela sua pouca porosidade política” (2005: 36) – era composto pelos ministros José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz Gushiken, Luiz Dulci e o próprio Presidente Lula. Todos esses nomes pertencem à tendência Articulação.

A predominância das alas moderadas do PT no primeiro escalão do governo não foi a única característica marcante desse momento inicial da gestão Lula. Outro aspecto também se sobressaiu: a heterogeneidade de forças políticas, inclusive com interesses opostos, atuando no Estado. O caráter heterogêneo da aliança de apoio a Lula remonta ao período eleitoral. Com a vitória no pleito de 2002, a cúpula petista dá prosseguimento à composição de uma coalizão ampla e heterogênea. Na condição de coordenador político da equipe de

transição, em fins do ano de 2002, José Dirceu falou aos empresários do Rio de Janeiro que o governo Lula seria parceiro do empresariado nacional:

O futuro ministro-chefe da Casa Civil, deputado José Dirceu (SP), disse ontem [13/12/2002] que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende construir uma *aliança com o empresariado nacional* para governar o país e que a escolha do deputado tucano e ex-banqueiro Henrique Meirelles (GO) para o Banco Central é uma consequência dessa estratégia. (...) Aos empresários, José Dirceu lembrou que o vice de Lula, senador José Alencar (PL), dono da Coteminas, também foi escolhido com a mesma intenção de costurar um *governo de consenso*, ou como disse, de buscar um “pacto social” entre entidades sindicais e empresariais (grifos meus) (MELO, 2002).

O “governo de consenso” pretendido por José Dirceu ganhou de Vianna (2007) a alcunha de “Estado de compromisso”. Para o referido autor, o PT inovou na política ao instituir o “Estado como um lugar de condomínio aberto a todas as classes e principais grupos de interesses” (2007: 50). Forças sociais contraditórias entre si foram levadas para composição do governo. Ao invés do lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, há um Estado que se apresenta como lugar de todos os interesses. As forças sociais e segmentos que se opõem na sociedade levam suas disputas para esfera do Estado.

O caráter do governo como *condomínio entre contrários* encontra sua expressão paradigmática nas relações entre o capitalismo agrário e os trabalhadores do campo, aí incluindo o MST, ambos ocupando, pelas suas representações, posições fortes na administração. Os duros e constantes conflitos que os envolvem, no terreno da sociedade civil, em torno de questões que vão da propriedade da terra ao uso de transgênicos na agricultura, não têm impedido a permanência dos seus representantes no governo. (...) A mesma relação com idênticas consequências, se reitera no caso das lideranças empresariais e sindicais com assento em ministérios, em litígio aberto na sociedade civil no que se refere a questões previdenciárias, da legislação trabalhista e da sindical (grifos meus) (VIANNA, 2007: 50-1).

Vianna (2005) também discutiu as possibilidades de coalizão cabíveis ao governo Lula. De acordo com este autor, a principal ambição da agenda de campanha petista enfrentaria sérios obstáculos. Esta ambição consistia em atenuar os constrangimentos impostos pelo sistema financeiro nacional e internacional às atividades produtivas, permitindo crescimento econômico com inclusão social de setores marginalizados da população (VIANNA, 2005: 19). A insuficiente representação do PT no Congresso Nacional e a alta legitimidade popular do tema da estabilidade monetária são alguns dos obstáculos apontados pelo autor. Diante desse quadro, Vianna afirma que cabia ao governo Lula optar por uma alternativa dentre três possíveis:

(...) 1. estabelecer uma aliança com um partido social e politicamente expressivo em torno de um programa-mínimo comum; 2. governar com forças próprias e aliados seguros à esquerda do espectro partidário em torno de uma agenda factível para essa base parlamentar, negociada ponto a ponto com os demais partidos e suportada, sempre que possível, por movimentos e instituições da sociedade civil; 3. compor uma ampla base parlamentar com um conjunto de partidos de menor densidade política e eleitoral sem prévios compromissos (salvo no caso dos partidos também de esquerda com programa de mudança) (VIANNA, 2005: 19).

A terceira opção prevaleceu no governo Lula. Tal caminho implicava o loteamento da máquina estatal entre os partidos aliados, dentre os quais alguns partidos de clientela treinados em extrair recursos públicos para servirem a interesses particularistas e às suas campanhas eleitorais. A alternativa escolhida significava também que o governo não recorreria à mobilização da sociedade civil para realizar a agenda de campanha e que sua política obedeceria aos limites demarcados pela heterogênea base de sustentação parlamentar (VIANNA, 2005).

O petista José Dirceu, numa entrevista a revista *Caros Amigos* (2006), justificou a aliança do governo Lula com pequenos partidos da direita (PL, PP e PTB) argumentando a necessidade de formar maioria no Congresso Nacional. Esses três partidos, diz o petista, são pequenas siglas da direita que não tem hegemonia no processo político do país. A direita hegemônica no Brasil, aquela que governa e dirige o processo político, é representada pelo PSDB e DEM – partidos de oposição ao governo Lula.

As alianças feitas pelo PT, continua Dirceu, possibilitam uma maioria para governar, mas não para aprovar projetos “de caráter de esquerda, seja no campo da moral e do comportamento, seja no campo social, seja no da economia, você não passa de 120 votos na Câmara e de 23, 24 no Senado. Por que aí vira classe contra classe, política de esquerda e direita” (2006: 40). Para Dirceu, o governo Lula se caracteriza como de centro-esquerda porque as condições do Brasil não permitem uma gestão só de esquerda.

O *slogan* do governo – *Brasil, um país de todos* – reflete bem o sentimento conciliatório na composição do bloco governista. O petista Tarso Genro³⁸ (2004) afirma que o governo de Lula nega-se a criar condições para o rompimento da aliança responsável pela vitória nas eleições 2002, pois entende que o isolamento só vai causar problemas. Nega-se também a promover a aceleração da luta de interesses. O governo deseja forjar um acordo com sentido policlassista ao invés de exacerbar a luta de classes.

³⁸ Comandou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no primeiro ano da gestão Lula. No início de 2004, assumiu o Ministério da Educação. Em 2005, saiu do ministério para presidir o PT. Em 2006, Genro ocupou a pasta do Ministério das Relações Institucionais. No dia 16 de março de 2007, tomou posse como novo ministro da Justiça, cargo no qual permaneceu até 10 de fevereiro de 2010. Deixou o cargo para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul.

Conforme o referido petista, o objetivo é possibilitar uma situação de transição negociada para um modelo de desenvolvimento de produção, emprego e distribuição de renda capaz de substituir o domínio do capital financeiro globalizado. A promoção das mudanças é buscada de forma cautelosa através da via processual – políticas do Estado que levem ao crescimento com distribuição de renda. O governo Lula procura viabilizar as mudanças sem o risco do caos.

A presença de representantes de diversas classes sociais e de partidos com feições distintas no Poder Executivo corrobora essa perspectiva de conciliação de classes. De acordo com Genro (2004), o governo Lula está apoiado num amplo rol de partidos heterogêneos cuja unidade é expressa em dois pontos: crescimento e manutenção da democracia política. O amplo leque de forças é justificado por Genro para viabilizar politicamente o governo.

Nota-se que os petistas José Dirceu e Tarso Genro justificaram o heterogêneo arco de alianças como consequência da governabilidade. Os tradicionais aliados do PT no Congresso Nacional durante o período de oposição – PC do B, PDT, PSB e PPS – não tinham uma quantidade expressiva de parlamentares para dar sustentação ao governo Lula. Nessas circunstâncias, a cúpula petista recorreu ao apoio de siglas que costumavam se posicionar contra a plataforma programática do PT.

A composição do novo governo com um amplo leque de partidos políticos proporcionou ônus e bônus. Por um lado, a larga base de apoio do governo possibilitava uma maioria de votos no Congresso Nacional capaz de aprovar os projetos do Poder Executivo. Por outro lado, a heterogeneidade dessa base aliada dificultava para o próprio governo o andamento de projetos mais controversos.

A diversidade de concepções na base aliada se manifestava no acolhimento a determinadas políticas governamentais. Nem todos os setores do governo eram favoráveis à autonomia do Banco Central, ao projeto de reforma da previdência, à manutenção da política macroeconômica herdada da gestão FHC, etc. Setores do próprio PT foram veementes críticos dessas referidas políticas governamentais. Em algumas situações, os petistas apareceram como os principais contrapontos da gestão federal.

Na próxima seção do presente texto me dedicarei a abordar os principais atritos entre PT e governo Lula (2003-2006). Acompanhar o desenrolar da gestão permite observar os focos de conflitos que emergiram na primeira experiência petista de governo na esfera nacional. A expulsão dos parlamentares petistas, votação da PEC do sistema financeiro, dissidências no PT durante as denúncias do mensalão e outras situações ocorridas durante o

quadriênio 2003-2006 expressam o descompasso entre dirigentes governamentais e petistas vinculados aos setores minoritários da sigla.

4. DINÂMICA DE CONFLITOS ENTRE PT E GOVERNO LULA

Organizações partidárias, como o PT, imersas por um bom tempo no papel de oposição têm uma perspectiva de ação diferente das linhas de ação de partidos governistas. Em outros termos, as siglas habituadas à função governativa detêm uma lógica de atuação voltada para execução da “política positiva”. Enquanto isso, as siglas que nunca assumem a função governativa pautam suas ações pela “política negativa”³⁹. A “política positiva” caracteriza-se por responder às demandas da sociedade; os partidos fazem isso assumindo uma co-responsabilidade de governo com o Poder Executivo. A “política negativa” tem suas ações pautadas em denunciar, levantar bandeiras de luta, marcar posição e encaminhar reivindicações.

Isso não significa dizer que há uma correlação na qual todos os partidos eminentemente de oposição são desprovidos de uma lógica governante. Partidos que nasceram e se mantiveram um longo tempo fora do aparato estatal podem exercer uma “política positiva” na primeira oportunidade à frente do Estado. Contudo, apenas a inserção no aparato estatal não é fator suficiente para deflagrar a lógica governante nas siglas de oposição. Outros fatores se mostram necessários, começando pela própria orientação prévia da instituição.

Partidos interessados somente na pilhagem do Estado ou então aqueles preocupados apenas com a manutenção da “pureza” ideológica são grandes candidatos a não desenvolverem a lógica governante. Mesmo diante da possibilidade de participar da esfera estatal, organizações de tais tipos não se inclinariam para “política positiva” porque estão desprovidos de uma orientação prévia deflagradora da função governativa.

De acordo com Panebianco, a lógica governante não vigora nos partidos oposicionistas “se não estiverem presentes nem o desafio ambiental nem as precondições internas” (2005: 474). O “desafio ambiental” reside no estímulo externo que age como catalisador, acelerando as modificações internas da estrutura organizacional (PANEBIANCO, 2005). A eleição de Lula para o cargo de Presidente da República em 2002 configura-se como “desafio ambiental” para uma sigla como o PT, portadora de características eminentemente oposicionistas. O Partido, habituado a uma lógica de exercício da “política negativa”, se insere no ambiente governamental e logo se vê pressionado para atender diversas demandas

³⁹ Weber (1985) movimenta as expressões “política negativa” e “política positiva” para discutir a situação do Parlamento alemão no período bismarckiano.

de diferentes setores. Assumir a Presidência da República consistiu num catalisador de grandes proporções para deflagrar no PT uma lógica governante.

Depois de vinte e três anos (1980-2002) agindo no Congresso Nacional conforme os padrões da “política negativa”, com o início do novo governo os líderes petistas se vêem diante da condição de responder às demandas concretas da população. A partir de 2003, o exercício das críticas e reivindicações cede lugar às novas exigências inerentes ao papel de “ser governo”. O PT assumiu, pela primeira vez, a responsabilidade de gerir o governo federal e com isso novos parâmetros de ação se colocaram no rol das estratégias políticas da sigla.

A inserção do PT na esfera governamental e as ações decorrentes da nova função implicaram numa série de atritos internos. Petistas ocupantes de cargos governamentais se viram como alvo de críticas até mesmo de colegas do mesmo partido. Os “petistas no governo” protagonizaram diversas disputas com os petistas situados no Congresso Nacional e nas instâncias partidárias, embora haja exceções de cada lado.

Petistas inseridos na esfera governamental passaram a guiar suas ações políticas movidos por parâmetros distintos daqueles petistas que atuavam a partir das instâncias partidárias e dos postos parlamentares. De um lado, os “petistas no governo” agiam rodeados por um leque de restrições oriundas do heterogêneo arco de alianças e das pressões de diversos setores organizados da sociedade (banqueiros, empresários, latifundiários, etc.). Do outro lado, os petistas situados nas instâncias partidárias e no Congresso Nacional atuavam a partir de parâmetros de ação associados substancialmente aos interesses das bases partidárias. Os distintos parâmetros entraram em choque algumas vezes, fazendo com que parlamentares petistas votassem contra as orientações do governo a fim de atender às reivindicações dos movimentos sociais vinculados a sigla.

Situações desse tipo também ocorreram nas experiências governativas do PT no âmbito municipal. Nos casos relatados anteriormente, Diadema e São Paulo, pode-se perceber claramente os conflitos decorrentes das distintas orientações que guiavam “petistas no governo” e “petistas no partido”. Tanto em Diadema quanto em São Paulo, dirigentes partidários travaram uma forte disputa com dirigentes governamentais em questões relativas ao papel da organização partidária nos rumos das administrações municipais. Partido e Poder Executivo divergiam largamente acerca de vários aspectos, evidenciando o contraste de parâmetros que moviam os petistas nas diferentes esferas.

Os conflitos ocorridos nas gestões de Diadema e de São Paulo ganharam grandes proporções por causa, dentre outras coisas, da cisão entre Partido e administração municipal. Não houve uma vinculação substancial dos dirigentes partidários com os dirigentes

governamentais. Tal situação se repetiu apenas em parte durante o governo Lula, pois somente as tendências de esquerda não foram integradas de maneira mais incisiva ao Poder Executivo. O setor majoritário do PT nacional tornou-se o “núcleo duro” do governo Lula, enquanto o grupo minoritário sofreu uma “exclusão relativa” dos cargos ministeriais. As tendências de esquerda foram atendidas com um pequeno número de cargos no primeiro escalão do governo.

Em diversas situações, a esquerda petista se colocou bem mais como setor de oposição do que aliada do governo Lula. Isto contrariava o histórico de forte unidade de ação que caracterizou o PT nas décadas de 1980-90. Durante o longo período de oposição, tudo confluía para atuação disciplinada e conjunta do PT nas denúncias contra os governos federais em vigor. Não havia diferenças agudas nos parâmetros de ação dos petistas. Todos estes se uniam sob a bandeira de denúncia dos governos “neoliberais”. A situação muda completamente quando o Partido passa a ocupar a função governativa no âmbito federal, pois com isso tem que responder a inúmeras demandas à custa muitas vezes da renúncia dos princípios programáticos. A chegada da sigla ao governo federal impõe novos parâmetros de ação.

4.1. APRENDENDO A “SER GOVERNO”

Como vimos, dentre os partidos componentes da base aliada, o PT foi quem teve o maior número de cargos no governo e também apareceu como a força política de maior expressão no Congresso. Coube ao PT a condução do governo Lula, tendo pela primeira vez os ônus e bônus da experiência de “ser governo” no âmbito federal.

Já no primeiro ano de gestão, apesar da grande popularidade de Lula, muitos conflitos vieram à tona na relação entre o PT e o governo. O que sobressai no debate político durante o ano de 2003 é a fórmula macroeconômica implementada pelo governo e o projeto das reformas previdenciária e tributária. Como não havia qualquer pretensão de ruptura com os contratos vigentes por parte do governo (basta lembrar da polêmica “Carta ao Povo Brasileiro”, de 2002), o caminho que restava para superar o delicado momento de vulnerabilidade consistia na execução de uma política econômica dentro dos marcos estabelecidos nos contratos com os credores internos e externos.

A manutenção dos pilares da política macroeconômica recebeu distintas interpretações de Singer (2009) e Vianna (2005). Para Singer (2009), o governo Lula deu continuidade aos pilares da gestão econômica – metas de inflação, câmbio flutuante e *superávit* nas contas públicas – em função de uma “decisão política e ideológica”. Na perspectiva desse autor, o objetivo do governo com essa decisão política era alcançar a “manutenção da ordem” na economia do país. Nas palavras do próprio Singer:

A elevação do superávit primário para 4,25% do PIB, a concessão de independência operacional ao Banco Central, que teve à sua frente um deputado federal eleito pelo PSDB com autonomia para determinar a taxa de juros, e a inexistência de controle sobre a entrada e a saída de capitais foram o modo encontrado para assegurar um elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem (SINGER, 2009: 96-7).

A contragosto de setores do PT, o governo Lula lançou mão do “pacote FHC” para conter qualquer avanço da inflação e manter sob controle as contas do país. Segundo Singer (ibid), o caminho ortodoxo trilhado pelo governo estabelecia um “hiato” em relação ao próprio PT e “em troca criava uma ponte *ideológica* com os mais pobres”. O benefício aos mais pobres estava relacionado à manutenção da estabilidade nas relações econômicas, impedindo eventuais penalidades no custo de vida das camadas mais desfavorecidas.

Conforme Singer (ibid), a gestão petista tinha receio de que qualquer mudança na macroeconomia provocasse “reação do capital” a ponto de gerar instabilidade econômica e prejuízos aos “excluídos das relações econômicas formais”. O “núcleo duro” do governo optou por se afastar da “linha política” do PT, aversa ao receituário ortodoxo, a fim de garantir condições de governabilidade junto aos investidores e especuladores.

O diferencial da agenda de governo petista, afirma Singer (ibid), foi ter ido além da plataforma econômica ortodoxa. Em compatibilidade com a manutenção da ordem nas relações econômicas, a gestão do Presidente Lula atendeu aos setores mais pobres da população com ações de fortalecimento do mercado interno. Conforme Singer, um “completo programa de classe” estava em jogo nas políticas governamentais:

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe* (grifos do autor) (SINGER, 2009: 98).

A “classe” de que fala Singer nesse trecho consiste no “subproletariado”, ou seja, aqueles que vendem a força de trabalho por um preço muito abaixo do necessário para

garantir “condições normais” de vida. O “subproletariado” é mais propriamente uma fração de classe do que uma classe social organizada em condições de reivindicar direitos. Na avaliação de Singer, o “pulo do gato de Lula” foi ter se utilizado da plataforma ortodoxa para criar condições de inserção do “subproletariado” no mercado de consumo.

Vianna (2005), por sua vez, acredita que a aceitação da política macroeconômica pelo governo petista era de caráter “instrumental”. Cito-o:

Na verdade, o acolhimento pelo governo Lula da política macroeconômica do governo anterior não significou, de fato, uma súbita adesão doutrinária à agenda neoliberal. Foi uma aceitação instrumental, que deveria neutralizar as elites econômicas, em especial as do mundo das finanças, e apartá-las de prováveis rivais na sucessão de 2006. Nessa operação, garantia-se uma ampla coalizão entre as elites favoráveis ao governo, sem a contrapartida política de um efetivo condomínio da maioria dos cargos estratégicos da administração pública, ocupados em sua grande maioria por quadros do PT e, em escala menor, por indicações da base aliada (VIANNA, 2005: 21).

Nessa perspectiva, a “aceitação instrumental” da política macroeconômica sinalizava uma trégua do governo com as elites do “mundo das finanças”. Essa trégua implicou numa “linha de continuidade com a política econômico-financeira do governo anterior” (VIANNA, 2007), mesmo tendo o PT como sigla majoritária do governo. A “continuidade” verificada por Vianna levou o autor a falar numa convergência “em matéria substantiva” dos rivais PT e PSDB, “tal como indicado nas votações estratégicas das reformas da Previdência, do Judiciário e Tributária, e na aprovação da lei das parcerias público-privadas” (2005: 21).

O trato mais cuidadoso por parte dos partidos e governo ao debate econômico se deve a “alta legitimidade popular do tema da estabilidade monetária, recomendando prudência nas relações com o sistema financeiro” (VIANNA, 2005: 19). Em busca da estabilidade, o governo Lula não poupou esforços na retenção do recurso público, provocando cortes nos investimentos de áreas importantes. Esta situação revela mais um componente da agenda de país emergente (caso do Brasil): “desequilíbrio entre oferta e demanda de políticas públicas” (ABRANCHES, 2003). Quando era oposição, o PT fazia severas críticas e atuava no Congresso contra o modelo econômico que optou por aplicar ao assumir o governo.

A palavra de ordem nos círculos governistas era de que o governo estava assumindo a agenda ortodoxa apenas temporariamente para superar a “herança maldita” do governo FHC. A expressão “herança maldita” diz respeito às condições de vulnerabilidade sócio-econômica nas quais se encontrava o país no final do governo FHC. Diante do quadro

desfavorável, os petistas alegavam que o início do governo Lula seria uma etapa de “transição” para um modelo de desenvolvimento capaz de superar o neoliberalismo.

A “herança maldita” serviu como fator para justificar a política econômica posta em prática pelo governo Lula. Foi útil também no sentido de conter eventual crítica dos aliados contra área econômica. O Ministério da Fazenda, mesmo tendo à frente um petista, deu prosseguimento à política ortodoxa até o final do mandato. A agenda ortodoxa deixou de ser etapa de “transição” para vigorar durante todo o quadriênio 2003-2006.

Diante da manutenção da fórmula macroeconômica nos moldes da gestão tucana, alguns setores do PT logo pressionaram pela reorientação desse modelo. A princípio a política econômica é identificada pela esquerda petista como de responsabilidade do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci (PT), e não do Presidente Lula. Tendo em vista a significativa popularidade de Lula no início da gestão, os petistas descontentes direcionaram as críticas a determinados ministérios. O então deputado federal Lindberg Farias da “esquerda do PT” exemplifica esse sentimento de atrelar a economia apenas à figura de Palocci, deixando de lado qualquer eventual crítica ao Presidente da República.

Vamos nos juntar com todos que discordam dos rumos da política econômica de Palocci e que querem construir os primeiros passos para o desembarque do neoliberalismo. (...) A via Palocci é a mesma de FHC e já deu mostra de seu fracasso. Malan e Palocci usam, inclusive, os mesmos argumentos (FARIAS, 2003: A3).

A “via Palocci” a que o deputado se refere consiste na elevação do *superávit* primário, nas altas taxas de juros, os cortes no Orçamento da União, o câmbio flutuante e outros aspectos da macroeconomia. A manutenção desse modelo suscitou críticas e apoios dentro do PT de acordo com a concepção dos grupos internos. Vinham dos parlamentares pertencentes às tendências de esquerda (Democracia Socialista, Articulação de Esquerda e outras) as maiores e mais intensas críticas aos rumos da política econômica. Os dirigentes do PT e os parlamentares ligados ao Campo Majoritário cumpriam a função de “escudo” do governo.

Tem-se uma amostra desses atritos internos entre o governo e o PT durante o primeiro ano de gestão na votação da PEC do sistema financeiro (02 de abril) e na votação da Reforma da Previdência (aprovada em 1º turno no dia 06 de agosto e em 2º turno no dia 27 de agosto). Os deputados petistas votaram a favor da PEC, mas trinta e três deles subscreveram uma declaração de voto contrária à independência do Banco Central (BRAGON, 2003a: A8).

O governo ainda substituiu um diretor do Banco Central para atender aos petistas descontentes, embora a insatisfação com a referida PEC extrapolasse os limites do PT.

Não são apenas os integrantes da esquerda do PT que são contrários ao projeto de autonomia operacional do Banco Central, uma das prioridades do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Partidos da base aliada do governo, como o PDT e PPS, ameaçam votar contra a PEC (proposta de emenda constitucional), que altera o artigo 192 da Constituição e abre caminho para a autonomia operacional do BC (FUTEMA, 2003).

A PEC, que tinha por finalidade facilitar a autonomia do Banco Central, só conseguiu aprovação em virtude dos votos oriundos do PFL e do PSDB. Essa votação colocou o governo, pela primeira vez, numa situação difícil no Congresso, tendo que recorrer aos votos da oposição:

Dos 442 votos obtidos pelo Planalto, apenas 246 vieram da base aliada, ou seja, número insuficiente para aprovar uma emenda constitucional, que exige 308 votos, e precário também para aprovar uma lei complementar, que exige a maioria absoluta de 257 deputados. PFL e PSDB contribuíram com 118 votos (BRAGON, 2003b: A8).

No mês seguinte à votação da PEC do sistema financeiro, trinta deputados do PT lançaram um manifesto cujo título foi *Tomar o Rumo do Crescimento Já!* Esses deputados, a maioria deles ligados às tendências da esquerda, faziam no manifesto um ataque à política econômica do ministro Antonio Palocci e pediam que o debate sobre a Reforma da Previdência tivesse a “marca substantiva da inclusão social e ampliação de direitos”. O manifesto provocou uma crise na bancada petista, acirrando os ânimos entre os moderados e os setores mais críticos do governo. Pouco mais de uma semana após a divulgação do manifesto, dirigentes do PT e do governo se reuniam para avaliar o desgaste do governo causado pela base aliada.

A cúpula do PT se reuniu anteontem [11/06/2003], em um hotel de Brasília, com 25 dos 27 ministros e secretários de primeiro escalão do partido para tentar enquadrar os dissidentes da bancada congressual e frear um processo de desarticulação entre os dirigentes da legenda. (...) Segundo a **Folha** apurou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a cúpula do PT avaliam que o partido e o vice-presidente José Alencar (PL) foram nas últimas três semanas as forças que mais desgastaram o governo (ALENCAR, 2003: A5).

A preocupação do governo e do PT em “tentar enquadrar” os parlamentares da base aliada se fazia presente em virtude da proximidade da votação da Reforma da

Previdência. No final de agosto, o governo aprovou em segundo turno, com a ajuda da oposição, o texto da Reforma citada e teve o voto contrário de deputados petistas.

Babá, Luciana Genro e João Fontes votaram contra o projeto. Um grupo de oito petistas se absteve da votação em primeiro turno – para efeitos práticos de aprovação da reforma, isso equivale a votar contra. Boa parte desses parlamentares pertencia às tendências de esquerda: João Alfredo (CE), Orlando Fantazzini (SP) e Walter Pinheiro (BA) compunham a Democracia Socialista (DS); Ivan Valente (SP) e Maninha (DF) integravam a Força Socialista; no rol dos independentes ou ligados a grupos regionais, constavam os nomes de Chico Alencar (RJ), Mauro Passos (SC) e Paulo Rubem Santiago (PE). No segundo turno, seis deles mantiveram a mesma postura, um optou pelo voto contrário e o outro não compareceu.

Os congressistas do PT que votaram contra ou se abstiveram com relação ao texto da Reforma usaram como justificativa a coerência com as bandeiras históricas do Partido. Esses parlamentares alegavam que estavam agindo de acordo com a trajetória do PT, acusando os petistas no governo de desrespeitarem a história de lutas da sigla.

Como o PT havia fechado questão favorável ao texto da Reforma, esse grupo de oito parlamentares recebeu suspensão por sessenta dias das atividades da bancada. Os três deputados (Babá, Luciana Genro e João Fontes) que votaram contra nos dois turnos tiveram o julgamento adiado até meados de dezembro, muito embora o processo de expulsão envolvendo os três dissidentes tivesse iniciado bem antes da votação da Reforma.

Já no dia 11 de maio a Executiva Nacional aprovou, por 13 votos a 7, representação de Sílvio Pereira (Secretário Geral do PT em 2003) para abertura de processo disciplinar contra a então senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Luciana Genro (RS) e Babá (PA). O deputado federal João Fontes (SE) entrou na lista de expulsão após divulgar no dia 21 de maio um vídeo contendo discurso feito por Lula na década de 1980 criticando mudanças na Previdência. Neste vídeo, Lula criticava justamente o que pretendia fazer na condição de governo.

Os quatro parlamentares submetidos ao processo de expulsão foram veementes críticos da política econômica do governo Lula desde o início de 2003. A expulsão deles se consumou apenas no mês de dezembro, depois de muita discussão pró e contra governo. Mais do que discutirem propriamente os rumos das ações governamentais, os petistas envolvidos nesse processo de expulsão se dedicaram a denunciar a “coalizão dominante” da sigla. O “quarteto radical” de parlamentares, descontente com o andamento da gestão federal, acusou os dirigentes governamentais de abandonarem as bandeiras históricas do PT. Isso deu margem

para abertura de uma crise de identidade nos círculos petistas. Afinal, o programa partidário não foi inteiramente alçado ao patamar de política pública.

Essa situação evidenciou os problemas decorrentes do desvio de conduta da “linha política”. A legitimidade da organização partidária está estreitamente vinculada com a coerência das ações em conformidade com a “linha política”, conforme lembra Panebianco: “se a linha política perde credibilidade, a própria identidade do partido fica prejudicada, pelo menos até que se adote uma linha política de substituição” (PANEBIANCO, 2005: 81). A “coalizão dominante” do PT se viu encurralada diante do afastamento da linha partidária. Mesmo assim, isso não impediu a consumação do processo de expulsão dos parlamentares da esquerda petista.

O “quarteto radical” se apoiou a todo custo na “linha política” do PT durante os embates com os dirigentes petistas. Essa estratégia, embora não tenha impedido as expulsões, seguiu uma lógica de manutenção da credibilidade desses parlamentares na esfera do Partido. Panebianco atenta para esse tipo de ação da “elite minoritária” no âmbito das organizações partidárias.

De fato, a mecânica do jogo é tal que, por exemplo, uma elite minoritária geralmente permanecerá fiel à linha política por meio da qual desafiou a coalizão dominante, *mesmo que* essa linha política se revele um instrumento impraticável para conquistar os centros de poder do partido. Abandoná-la significaria perder o restante de credibilidade, excluindo uma possibilidade de vitória no futuro (grifos do autor) (PANEBIANCO, 2005: 81).

Os quatro parlamentares seguiram à risca essa estratégia de permanecer “fiel à linha política” nos embates intrapartidários. Afinal, uma mudança brusca de posição em favor do governo poderia significar mero oportunismo desses parlamentares. Restou a eles continuar recorrendo às bandeiras históricas do Partido – única “fonte de legitimação” para justificar a postura contrária a alguns projetos do governo. Volto novamente a Panebianco:

Com efeito, mesmo uma linha política minoritária (e até de extrema minoria) não deixa de ser uma fonte de legitimação porque, por meio dela, a elite minoritária distribui incentivos de identidade aos próprios, embora restritos, seguidores. O abandono da linha em favor de uma estratégia abertamente oportunista pode significar a perda imediata do apoio que a elite minoritária conquistou dentro do partido. Permanecer fiel a uma linha política sem *chances* aparentes de vitória é, portanto, um modo de continuar a usufruir de um “ganho de posição” (a liderança da oposição interna) (grifos do autor) (PANEBIANCO, 2005: 81).

Nessa linha de raciocínio, os parlamentares petistas ameaçados de expulsão insistiram num “ganho de posição”. O discurso de defesa das bandeiras históricas do Partido

mobilizou muita gente (fora e dentro da sigla) em favor do fim das expulsões. Em julho de 2003, por exemplo, a *Socialist Review* publicou manifesto no qual pedia para o PT não expulsar os parlamentares “radicais”. Esse manifesto, intitulado “Petition on Behalf of PT Senator Heloisa Helena And PT Deputies Joao Batista Araujo Baba and Luciana Genro”, era encabeçado pelo lingüista Noam Chomsky e pelo cineasta Ken Loach. Mais de mil assinaturas constavam na versão final do texto, quando foi divulgado no início de dezembro.

As manifestações contrárias ao processo de expulsão não paravam por aí. Diversos intelectuais, sindicatos e organizações brasileiras protestaram também. Mesmo assim, a “coalizão dominante” preferiu continuar, apesar dos inúmeros apelos. A reunião do Diretório Nacional que consumou a expulsão ocorreu em Brasília nos dias 13 e 14 de dezembro, no luxuoso Hotel Blue Tree. Na lista de testemunhas de defesa havia personalidades como Emir Sader, Paulo Arantes, Chico de Oliveira, Plínio de Arruda Sampaio, Dalmo Dallari, Reinaldo Gonçalves, Eduardo Suplicy, dentre outros.

Com 55 votos a favor e 27 contra, o PT expulsou Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro. João Fontes foi expulso algumas horas antes com a seguinte votação: 55 a favor da expulsão, 26 contra e uma abstenção. Com tal resultado, os dirigentes partidários consideravam que isso serviria de exemplo para os demais parlamentares da esquerda petista. O grupo majoritário não estava disposto a admitir novos atritos internos que pudessem pôr em risco a “unidade de ação” do Partido no Congresso.

A propalada “unidade de ação” custou a perda de vários militantes, pois as dissidências no PT não se resumiram aos quatro parlamentares expulsos. As tendências internas que Babá e Luciana Genro integravam se desfiliaram da sigla. Babá compunha a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e Luciana Genro fazia parte do Movimento Esquerda Socialista (MES). A mesma situação não aconteceu com a então senadora Heloísa Helena. A tendência da qual ela participava – Democracia Socialista (DS) – preferiu continuar no PT⁴⁰. Ainda assim, diversos militantes da DS de várias regiões do país optaram por sair do Partido em solidariedade a Heloísa.

A polêmica Reforma da Previdência, responsável em grande parte pelos atritos entre PT e governo, tinha como pontos mais controversos os aspectos a seguir: (1) cobrança de contribuição de servidores inativos e (2) fim da aposentadoria integral de futuros servidores públicos. Em função dessa Reforma, o governo enfrentou a primeira grande

⁴⁰ Segundo Pompêo (2007), a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Movimento Esquerda Socialista (MES) são historicamente oriundas do trotskismo ortodoxo. A DS é ligada a um setor mais moderado do trotskismo, relacionada com o antigo Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional.

marcha em Brasília. No dia 11 de junho de 2003, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESEF) reuniu cerca de 30 mil pessoas na capital federal para protestar.

Vinte e seis deputados federais petistas e a senadora Heloísa Helena estiveram nesse ato público. A senadora foi bastante aplaudida durante discurso contra o projeto do governo, enquanto o líder da bancada petista na Câmara Federal (Nelson Pellegrino) recebeu muitas vaias dos manifestantes. Nelson Pellegrino (PT-BA) tentou mediar os interesses dos servidores públicos com a proposta do governo, abordando a possibilidade de apresentar sugestões sobre determinados pontos da Reforma. Os servidores reagiram com vaias “antes, durante e depois do discurso” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003a).

A marcha contra a Reforma desembocou numa greve do funcionalismo público federal, apesar da direção da CUT não ter se posicionado favorável ao movimento. A CNESEF, composta por onze entidades sindicais, foi quem liderou o movimento grevista. Com 393 votos a favor e apenas quatro abstenções, os delegados da plenária da CNESEF decidiram pela greve dos servidores públicos federais a partir do mês de julho do mesmo ano.

A mobilização do funcionalismo público, somada à resistência de setores do PT no Congresso, impulsionou o debate pela construção de uma alternativa partidária contraposta ao governo Lula. De acordo com Pompêo (2007), a postura contra o projeto da Reforma da Previdência se tornou o eixo de rompimento com o PT:

Em 2003, o grande eixo político que agrupa alguns dos setores que futuramente irão romper com o PT e construir o P-SOL é a luta contra a contra-reforma da previdência. Isto é válido para importantes sindicatos e uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público. No plano parlamentar, diversos petistas, desde o início, avisam que são contra a reforma da previdência e assim iriam votar, o que de fato fazem (POMPÊO, 2007: 04).

O descontentamento com a Reforma ia além dos quadros do PT. No PC do B, outra sigla aliada do governo, quatro dos onze deputados federais votaram contra a Reforma no primeiro turno. Assim como na votação da PEC do sistema financeiro, o governo só conseguiu aprovar o projeto na Câmara Federal porque teve apoio da oposição. Segundo Pompêo (2007), 62 deputados federais do PSDB e PFL votaram a favor do projeto da Reforma.

Esse apoio pontual da oposição (PSDB-PFL) na aprovação de determinados projetos do governo sinaliza a convergência da gestão Lula com a gestão anterior. Tal convergência pode ser expressa sobretudo no âmbito da macroeconomia. Depois da crise

cambial de 1999, o segundo governo FHC (1999-2002) montou um “tripé de política macroeconômica” nos seguintes moldes: *superávit* fiscal primário elevado, política monetária de metas de inflação e taxa de câmbio flutuante. O governo do Presidente Lula (2003-2006) manteve o “tripé de política macroeconômica pós-1999” (BACHA; BONELLI, 2005).

Essa manutenção dos pilares da política econômica se tornou o foco central das críticas dos aliados. A princípio, apenas os ministros eram alvos do “fogo amigo”. À medida que os conflitos foram ficando mais intensos, o Presidente Lula foi sendo envolvido nas críticas direcionadas ao governo. Até então os alvos de ataques consistiam nos nomes de Antonio Palocci, Henrique Meirelles e Roberto Rodrigues. Os dois primeiros eram criticados por implementarem política econômica semelhante a do governo FHC, enquanto o Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues recebia críticas por causa dos vínculos com o agronegócio e com os ruralistas.

Mesmo entre os moderados do PT havia descontentamento ao terminar o primeiro ano de governo. O Diretório Nacional do PT reuniu-se em meados de dezembro para discutir, dentre outros temas, o primeiro ano de governo Lula. Das oito teses levadas para reunião, até a do Campo Majoritário continha críticas à política econômica. Se no Congresso, no governo e na imprensa os petistas vinculados ao Campo Majoritário faziam a defesa mais ardorosa do governo Lula, no debate interno do Partido ficou explícito certo descontentamento desse setor com a prática da gestão.

A tese-guia [da reunião do Diretório Nacional do PT] será a do campo majoritário, que reúne cerca de 70% dos votos do Diretório Nacional. Apesar de classificar como necessária a política econômica adotada pelo ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), ela faz crítica sutil à sua condução até aqui. “Há no PT e fora dele opiniões que sustentam que a política monetária poderia ter sido afrouxada há mais tempo e com uma queda mais veloz na taxa de juros”, diz a tese do campo majoritário (FRAGA, 2003: A13).

Nota-se nesta avaliação do Campo Majoritário que o Presidente Lula não é responsabilizado pela política econômica do governo e sim o ministro Antonio Palocci. Os “radicais” do PT, por sua vez, já não faziam essa separação em fins de 2003. Às vésperas da reunião do Diretório Nacional, cuja pauta seria o processo de expulsão, a senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Fontes, Babá e Luciana Genro foram os principais oradores num ato contra a Reforma da Previdência no centro do Rio de Janeiro. O deputado Babá dizia na ocasião: “Só estamos dando continuidade à história do PT. Se existe alguém traindo a trajetória do partido, não somos nós, é a política econômica do presidente e do ministro da Casa Civil, José Dirceu” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003b). Assim, os

parlamentares petistas aproveitam os últimos momentos na sigla para dar fôlego à tese de “traição” por parte de Lula e do PT.

Lemenhe (2006) constata um par de representações do Presidente Lula cujos conteúdos são radicalmente opostos: “Lula traidor” e “Lula companheiro”. A autora em tela aponta como construtores mais visíveis da representação do “Lula traidor” os seguintes agentes: o próprio partido do Presidente (PT)⁴¹, o PSTU, o PDT e porta-vozes dos trabalhadores de algumas centrais sindicais. Lideranças do PFL e PSDB, apesar de plagiar as esquerdas na figuração do “traidor”, colaboram para cristalizar a representação (2006: 57-8).

De acordo com Lemenhe (ibid), a modelação da figura do “traidor” por parte dos segmentos da esquerda tem referentes a partir de dois elementos: a *Carta ao Povo Brasileiro* e a aliança com o PL. Uma série de ações e posturas do presidente eleito – referendadas por segmentos hegemônicos da direção nacional do PT – implementadas desde o início do governo se tornaram “elementos empíricos mais decisivos para a validação da idéia da traição e modelagem da figura do ‘traidor’” (2006: 59).

Quatro situações são destacadas pela autora: (1) composição do ministério com empresários ou executivos com estreitas ligações pessoais e de classe com os interesses dos setores financeiros e industriais nacionais e internacionais; (2) diretrizes da política econômica, orientadas simultaneamente para a contenção do *déficit* público, controle da inflação e manutenção do *superávit* em níveis pactados com as agências internacionais; (3) a Lei de Reforma da Previdência que alterou a legislação reguladora do contrato de trabalho do servidor público; (4) a eclosão de denúncias de venalidades graves praticadas por membros do governo e do PT (ibidem: 59-60).

Dentre as denúncias de venalidades contra membros do governo, a primeira das mais graves vem à tona em fevereiro de 2004: “caso Waldomiro”. O mais afetado com a denúncia, no primeiro escalão do governo, foi certamente o então ministro José Dirceu – o “capitão do time” de Lula⁴². Homem de confiança de José Dirceu, Waldomiro Diniz aparece em vídeo gravado em 2002 pedindo propina e contribuição de campanha a um empresário do ramo do bingo (Carlinhos Cachoeira). À época, Waldomiro presidia a Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), no governo Benedita da Silva (PT). Em 2003, já na Subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro se reuniu com Cachoeira e representantes

⁴¹ Mais especificamente segmentos do PT que se reconhecem como “esquerda do Partido”.

⁴² Em alguns pronunciamentos o Presidente Lula usava a expressão “capitão do time” para se referir a José Dirceu, o ex-ministro-chefe da Casa Civil (2003-2005) e “homem forte” do governo.

de empresa interessada em renovar contrato com o governo federal (ALENCAR, 2004b: A11).

Em virtude dos estreitos laços políticos com Waldomiro Diniz, José Dirceu saiu como o maior prejudicado dessa “primeira crise política do governo Lula”. Acerca do futuro do então ministro, a cúpula do PT avaliava que ele jamais voltaria a ser “tão poderoso” como era (idem). As denúncias contra Waldomiro Diniz serviram como fator capaz de desajustar o equilíbrio de forças entre Dirceu e Palocci. O enfraquecimento político de Dirceu implicou num acúmulo de prestígio para Palocci dentro do governo e conseqüentemente num respaldo maior da política econômica em vigor. Reportagem da *Folha de São Paulo* constata os efeitos sofridos por Dirceu: “Enfraquecido desde que Waldomiro, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, apareceu em vídeo de 2002 pedindo recursos para campanhas eleitorais e para si, Dirceu sentiu o golpe e não tocou bem o gerenciamento [do governo]” (ALENCAR, 2004c).

Antes da eclosão dessas denúncias, o Presidente Lula já tinha retirado de Dirceu as atribuições de coordenador político. O “capitão do time” de Lula, com a realização da reforma ministerial em janeiro de 2004, ficou responsável pelo gerenciamento do governo e a articulação política foi dada para Aldo Rebelo (PC do B- SP). O desenrolar do “caso Waldomiro” colocou em xeque a condição de “capitão do time”. Dirceu reagiu aos ataques da oposição atuando para evitar CPIs no Congresso. No âmbito do governo, o então ministro tentou colocar o “fogo amigo” – as críticas dos aliados – contra Palocci.

Em todas as vezes em que a política econômica foi alvo de críticas no seus mais de 14 meses de governo, Lula bancou Palocci. Não foi diferente nos últimos dias, quando Dirceu, enfraquecido pela repercussão do caso Waldomiro Diniz, tentou “jogar” a crise para o colega da Fazenda (ALENCAR, 2004d).

Lula está contrariado com clima de disputa entre Dirceu e Palocci. Dirceu, enfraquecido pelo caso Waldomiro Diniz, busca reforçar a imagem de contraponto a Palocci para se fortalecer no PT e perante aliados. Lula também não gostou de saber que a “Articulação”, tendência do PT que não dá um passo nas reuniões da Executiva sem avisar Dirceu, incentivou o ataque à política [econômica] (ALENCAR, 2004e).

Dirceu não era o único com motivos para criticar a política econômica do governo Lula. O ano de 2004 era de eleições municipais e muitos pré-candidatos aliados do governo Lula estavam dispostos a não apoiar a política econômica em vigor. Tanto é que a Executiva Nacional do PT decidiu lançar no dia 05 de março 2004 um documento no qual cobra “mudanças” nesta área. O documento intitulado *Em Defesa do Patrimônio Ético do PT*, além de abordar o “caso Waldomiro”, coloca a necessidade de dar nova orientação à política

econômica. A direção do PT recuou diante da irritação de Lula e Palocci com o documento, porém os prefeitos petistas não cederam. Os candidatos aliados do governo temiam que a queda de 0,2% do PIB, ocorrida em 2003, voltasse no ano eleitoral. Por isso ganhou fôlego uma nova onda de críticas.

No mês de março, uma “frente parlamentar e social” também engrossa os ataques contra a política econômica. Composta por 63 deputados – 16 deles do PT e outros 30 dos demais partidos aliados –, por associações de classe e representantes da sociedade civil, foi criada em dezembro de 2003 com a finalidade de defender a redução dos juros, o abrandamento do controle de gastos públicos e apresentar uma “solução urgente” para a dívida pública (PATÚ, 2004). Diversos nomes da ala moderada do PT ingressaram naquela “frente”.

Em junho de 2004 ocorreu, em Brasília, a marcha contra as reformas sindical, trabalhista e universitária. Em novembro do mesmo ano houve dois atos na capital federal – um deles consistia na marcha contra as reformas sindical e trabalhista e o outro ato foi uma marcha liderada pelo MST contra a política econômica.

O fato de 2004 ser um ano eleitoral teve efeito também na votação do salário mínimo. O PSDB propôs um valor de R\$ 275 para o novo salário mínimo, enquanto o governo Lula fixou a quantia de 260. O PT fechou questão a favor da proposta do governo, apesar de temer uma votação “tão desgastante quanto a da reforma da Previdência, que ocorreu no ano passado [2003], quando houve a expulsão de quatro parlamentares do partido” (DUAILIBI, 2004).

Após a votação, o PT contou com um total de doze dissidentes (nove deputados e três senadores) que foram punidos pela Executiva Nacional: eles ficaram impedidos de serem indicados para função de representação de bancada e do PT. Os parlamentares do PT descontentes com a proposta do governo pertenciam em boa parte à ala esquerda do Partido; somente um deputado era pré-candidato nas eleições municipais de 2004.

Nessas eleições municipais, o PT inicialmente concentrou esforços no “projeto de aliança preferencial” com o PMDB. Em setembro de 2003, os presidentes desses dois partidos criaram uma comissão para “amarrar as alianças nas capitais” entre as duas siglas. Na reta final do prazo para definição das candidaturas, PT e PMDB definiram concorrer separadamente em grande parte das capitais. As negociações entre ambos não convergiram para consolidar uma rede de alianças. O então secretário-geral do PMDB, deputado federal Saraiva Felipe (MG), expressou a falta de entendimento entre as duas siglas: “Existia essa

expectativa [de ter um parceiro preferencial] até por parte do PMDB, mas pesou a dificuldade de diálogo com o PT” (FREIRE; ORNAGHI; PEIXOTO, 2004: A6).

Em virtude dos desacordos com o PMDB para composição das chapas, os petistas passaram a investir na conquista do apoio do PTB e do PL. O projeto de Lula de repetir nas capitais a formação do bloco governista no Congresso Nacional não saiu como desejado. O PC do B foi quem estabeleceu mais parcerias com o PT nas capitais – estiveram juntos em 19 delas. O PT teve o maior número de candidaturas próprias nas grandes cidades, provocando insatisfação nos pequenos partidos aliados. O caso de Inácio Arruda (PC do B- CE) em Fortaleza é exemplo disso:

Aliados invocam Inácio Arruda [PC do B], derrotado em Fortaleza, como exemplo do mau negócio que seria apoiar o governo Lula. O deputado votou a favor de tudo o que lhe foi pedido, inclusive a reeleição de João Paulo. E viu o presidente da Câmara subir no palanque da petista Luizianne (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004).

O significativo número de candidaturas próprias do PT rendeu a sigla um salto no número de prefeitos eleitos. Foram 411 petistas eleitos para cargos executivos em 2004 contra 187 eleitos nos pleitos municipais de 2000. Nove capitais entravam na cota dessas 411 cidades – Macapá (AP), Palmas (TO), Rio Branco (AC), Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Fortaleza (CE), Vitória (ES) e Porto Velho (RO). Em 2000, apenas seis capitais tiveram vitória de candidatos petistas.

A sigla teve êxito numa faixa de pequenas e médias cidades, ao passo que declinou a votação nas capitais de maior densidade eleitoral. O PT perdeu a reeleição em grandes cidades como São Paulo e Porto Alegre. Em São Paulo, o PSDB foi o vencedor do pleito. Os tucanos tiveram êxito em cinco capitais: São Paulo (SP), Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Florianópolis (SC) e Teresina (PI).

O PSDB se destacou como grande concorrente dos petistas nessas eleições municipais. Os tucanos contabilizaram vitórias em 871 cidades que abrigavam 25,617 milhões de eleitores – equivalente a 21,4% do eleitorado do país. Tal cifra de eleitores superou os resultados das demais siglas. As 411 cidades cujos prefeitos eleitos eram petistas aglutinavam 17,055 milhões de eleitores – 14,2% do total. Em seguida, vinha o PMDB com 1.057 prefeituras conquistadas que abrangiam 16,889 milhões de eleitores – 14,1% dos eleitores do país. O resultado das urnas evidenciou o PSDB como grande força de oposição ao governo Lula.

4.2. PETISTAS NA BERLINDA

Após as eleições municipais de 2004, o novo desafio do governo Lula seria aglutinar a base de apoio no Congresso para vencer a eleição na Câmara Federal. Como o PT era o detentor da maior bancada, caberia ao Partido então apontar um nome para presidir a Câmara Federal até fevereiro de 2007. Na prática tudo foi bem mais complicado, a começar pela escolha do deputado no próprio PT. Dessa vez o conflito interno se deu entre os moderados da sigla que não chegaram a um acordo quanto ao nome do candidato. Dois petistas se candidataram para presidir a Câmara: o paulista Luiz Eduardo Greenhalgh, “candidato oficial da bancada petista e do governo”, e o mineiro Virgílio Guimarães, candidato avulso.

Surgiram cinco candidatos para concorrer ao cobiçado cargo: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), Severino Cavalcante (PP-PE), Virgílio Guimarães (PT-MG), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Jair Bolsonaro (PFL-RJ). Vários ministros do governo e a cúpula petista trabalharam pela candidatura de Greenhalgh, no entanto tais esforços não foram suficientes para evitar a “noite dos severinos”. A votação teve como resultado a vitória de Severino Cavalcanti no segundo turno contra Greenhalgh. Pela primeira vez um candidato do governo perdeu a eleição para dirigir a Câmara dos Deputados.

O governo sofreu sua maior derrota no legislativo com a eleição na madrugada de ontem de Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Câmara dos Deputados, fato inédito na história recente, já que não há registro de vitória de um candidato de oposição numa disputa com um governista para dirigir a instituição (BRAGON; ZANINI, 2005: A6).

A derrota dos dois candidatos petistas na eleição da Câmara foi apenas uma das várias insatisfações do governo Lula durante o ano de 2005. O terceiro ano de gestão foi marcado por denúncias de grandes proporções, levando o PT e o governo Lula a sofrerem perdas significativas. As acusações têm início com a reportagem da revista *Veja* na qual reproduz o conteúdo de uma fita que mostrava o funcionário dos Correios, Maurício Marinho, recebendo propina no valor de três mil reais de empresário interessado em participar de licitação promovida pela estatal. Maurício Marinho diz na fita que atua com o aval tanto do PTB quanto do presidente da sigla Roberto Jefferson. O fato do PTB compor a base aliada trouxe repercussões negativas para o governo.

A denúncia suscitou imediata mobilização de parlamentares da oposição para assegurar a criação de uma CPI que se tornou conhecida como “CPI dos Correios”. O governo tentou persuadir os parlamentares da base aliada a retirarem as assinaturas do requerimento de abertura da CPI, mas não obteve o êxito necessário. Onze deputados da esquerda do PT e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) mantiveram suas assinaturas, provocando descontentamento na direção do Partido. Os demais partidos da base aliada também contribuíram com assinaturas, contudo o então presidente do PT, José Genoíno, preferiu eximir os aliados da culpa pela vitória da oposição.

Em razão do comportamento dos petistas dissidentes, Genoíno disse não ser possível culpar aliados de outros partidos que apoiaram a CPI. Segundo ele, não foi dado o exemplo da unanimidade no próprio PT. “Criaram [os petistas] um constrangimento para nossos aliados”, disse (GERCHMANN, 2005: A5).

Genoíno certamente não imaginava o “constrangimento” que essa propina nos Correios traria para o quadro político nacional. Três semanas após a reportagem da *Veja*, Roberto Jefferson concedeu entrevista à *Folha de São Paulo* (nos dias 06 e 12 de junho) denunciando que o PT fazia um pagamento de R\$ 30 mil mensais a deputados do PP e do PL em troca de apoio no Congresso. Tal esquema de pagamento ficou conhecido no país pelo nome de “mensalão” e marcou a maior crise política do governo Lula. Além da “CPI dos Correios”, mais duas comissões foram criadas para investigar as denúncias de Roberto Jefferson: CPI do Mensalão e CPI dos Bingos.

Depois de mais de vinte anos se apresentando como “único referencial de ética pública” no país (SEABRA, 2005), o PT sofreu um intenso desgaste ao ser acusado de responsável pelo “mensalão”. Os dirigentes do Partido envolvidos nas acusações tiveram o seguinte desfecho: Delúbio Soares (Tesoureiro) foi expulso; José Genoíno (Presidente) deixou o cargo; Sílvio Pereira (Secretário Geral) se desfiliou; Marcelo Sereno (Secretário de Comunicação) também deixou o cargo; Paulo Rocha (líder do PT na Câmara Federal) renunciou ao mandato.

O PT não foi o único atingido pelas denúncias de “mensalão”, pois o governo teve perdas no seu “núcleo duro”. O “ministro mais poderoso da República”⁴³ – José Dirceu – renunciou ao posto na Casa Civil e teve o mandato de deputado federal cassado; Luiz Gushiken, Ministro da Secretária de Comunicação, perdeu o “status” de ministro. Até o

⁴³ O deputado Júlio Delgado (PSB), autor do relatório de cassação do mandato de José Dirceu, proferiu a seguinte frase na sessão que cassou os direitos políticos de Dirceu: “Este é o processo de cassação do ministro mais poderoso da República” (FORTES, 2005: 27).

Presidente Lula sofreu as seqüelas do período, como se pode perceber no número de pedidos de *impeachment*. No período de três anos e cinco meses no exercício da presidência, Lula recebeu mais pedidos de *impeachment* do que Fernando Henrique Cardoso nos oitos de gestão (1995-2002). O tucano foi alvo de 22 pedidos de *impeachment* em oito anos, enquanto Lula havia recebido 26 representações até o dia trinta de maio de 2006. Desse número de 26 representações contra Lula, 16 estavam relacionadas ao “mensalão” (BRAGON, 2006: A6).

As denúncias do “mensalão” não foram as únicas envolvendo petistas. O Partido também esteve inserido no episódio dos “dólares na cueca”. José Adalberto Vieira, na época assessor do deputado estadual José Guimarães (PT-CE), acabou preso quando tentava embarcar de São Paulo para Fortaleza com R\$ 200 mil numa mala e US\$ 100 mil escondidos na cueca.

O episódio do “dólar na cueca” e também o “mensalão”, ambos protagonizados por petistas vinculados ao Campo Majoritário, foram levados para o debate interno durante o Processo de Eleições Diretas (PED) do PT. As tendências da esquerda aproveitaram o momento de denúncias contra os dirigentes do Partido atrelados ao Campo Majoritário para tirar proveito nas eleições internas. As acusações de corrupção contra a cúpula do PT tornaram, naquele contexto, o resultado do PED algo imprevisível⁴⁴.

Hoje [21/08/05] nem os mais convictos otimistas do Campo Majoritário crêem na possibilidade de uma vitória no primeiro turno, como se previa há menos de três meses. E, num segundo turno, temem a aliança entre representantes de correntes atuantes e disciplinados no partido – como Raul Pont (Democracia Socialista) e Valter Pomar (Articulação de Esquerda) – e um candidato como Plínio de Arruda Sampaio, membro histórico do PT e que pode seduzir a militância “independente” (ALENCAR; ZANINI, 2005).

Os candidatos da esquerda petista disputavam os votos da militância “independente” a partir das acusações de desvio de conduta da “coalizão dominante” da sigla. As diversas denúncias envolvendo dirigentes do Partido davam margem para que os candidatos da “elite minoritária” – Plínio de Arruda Sampaio, Raul Pont, Valter Pomar, Maria do Rosário, Markus Sokol e Gegê – buscassem minar a base de sustentação do Campo Majoritário. A esquerda petista direcionou o discurso para a militância de tipo “crente” – aqueles que se vinculam à organização partidária por causa principalmente da identificação

⁴⁴ Os moderados do PT, organizados no Campo Majoritário, venciam as eleições internas da sigla com uma margem de diferença bastante significativa nas edições anteriores. Com os escândalos envolvendo petistas do Campo Majoritário, a disputa do PED ficou mais competitiva e o resultado tornou-se incerto.

ideológica. Esse tipo de militante é, segundo Panebianco, aquele mais preocupado com a conduta dos dirigentes partidários. Nas palavras do próprio autor:

A comunidade dos crentes é, por definição, aquela mais ligada à tentativa de alcançar os objetivos oficiais, na qual serpenteia mais violentamente a revolta quando o partido, desenvolvendo atividades em contraste com os objetivos oficiais, coloca em crise a identidade coletiva. É a identidade dos crentes, sobretudo, que os líderes devem defender com a referência constante e ritual às metas ideológicas, com a cautela na escolha de alianças heterodoxas (do ponto de vista da ideologia organizativa) etc. (PANEBIANCO, 2005: 53-4).

O militante de tipo “crente” contrasta com o de tipo “carreirista”. Este militante desenvolve atividades dentro do partido com vistas a angariar cargos e/ou outros benefícios de ordem individual. Panebianco alerta que essa distinção entre “crentes” e “carreiristas” é de teor apenas analítico, pois cada militante pode desempenhar ações típicas de um e outro tipo conforme as circunstâncias.

O importante aqui é frisar o seguinte: os dirigentes partidários não possuem total autonomia para fazer o que bem entenderem em nome da organização. A “elite minoritária” e a militância de base funcionam como mecanismos de restrição da conduta dos dirigentes. A militância de tipo “crente” consiste no fiel da balança passível de pender para qualquer um dos lados em disputa. O contingente de “crentes” dentro da organização partidária ajuda a entender as eventuais mudanças na “coalizão dominante”:

(...) geralmente, a maioria dos militantes acaba tendendo a se aproximar do tipo crente e só uma minoria do tipo carreirista. Isso explica por que, mesmo nos partidos divididos em facções, existem amplos setores de ativismo de base que não participam dos jogos faccionistas. O crente, de fato, identifica-se, por definição, com o partido (e não com um de seus setores), em relação ao qual mantém uma elevada lealdade, pelo menos enquanto os líderes demonstrarem levar a sério os objetivos organizativos oficiais, dos quais depende a sua identidade pessoal. O fato de que, em inúmeros casos, a maioria dos militantes seja mais de tipo crente do que de tipo carreirista explica por que existe, em geral, uma espécie de “maioria natural” a favor da liderança em exercício, seja ela qual for. (...) os líderes, como detentores do poder legítimo dentro do partido, representam o sinal visível e tangível da identidade organizativa. A minoria de tipo carreirista representa, por sua vez, a área potencial de risco para os líderes do partido (PANEBIANCO, 2005: 59-60).

As inúmeras denúncias contra membros do Campo Majoritário despertaram na esquerda petista a expectativa de que a militância de base poderia pender maciçamente para o lado da “elite minoritária”. De fato, a esquerda petista aumentou a representatividade nos órgãos de direção da sigla a partir do PED. Contudo, ainda não foi o suficiente para superar a “maioria natural” do Campo Majoritário. Ricardo Berzoini, candidato do Campo Majoritário, teve 42% dos votos no primeiro turno do PED. Como nenhum dos candidatos atingiu a marca

de mais de 50% dos votos, o cargo de presidente do Partido teve de ser decidido no segundo turno.

Essa situação já expressava as mudanças em curso na correlação de forças internas. No PED anterior, em 2001, os resultados obtidos pelo Campo Majoritário não deixavam dúvidas quanto à hegemonia interna desse grupo dentro do PT. Em 2001, o Campo teve 51,7% na votação das chapas que servem para compor o Diretório e a Executiva Nacionais. O candidato desse grupo a presidência do Partido – José Dirceu – angariou 55% dos votos. Nas disputas regionais, os candidatos do Campo Majoritário a presidência dos diretórios estaduais saíram vitoriosos em 24 Estados da federação.

Ao se comparar os resultados do PED de 2001 com os de 2005, percebe-se o acúmulo de prejuízos para “coalizão dominante” decorrentes das diversas denúncias contra dirigentes petistas. Em 2005, o Campo Majoritário não repetiu o êxito de superar a marca de mais 50% dos votos nas disputas das chapas e nem na escolha do presidente. O Campo terminou a votação das chapas com 41,9%, perdendo a maioria absoluta que tinha nos últimos 10 anos (de 1995 a 2005).

A esquerda petista, mesmo dividida no primeiro turno, conseguiu levar a escolha do novo presidente da sigla para segundo turno. Os votos da “elite minoritária” se dividiram entre seis candidaturas: Raul Pont, da DS, recebeu 14,7% dos votos; Valter Pomar, da Articulação de Esquerda, obteve 14,6%; Plínio de Arruda Sampaio era o representante da tendência Ação Popular Socialista e contava com o apoio de outros grupos menores, tais como Brasil Socialista e Fórum Socialista – teve 13,4% dos votos; Maria do Rosário, do Movimento PT, angariou 13,3%; Markus Sokol, da tendência O Trabalho, conseguiu 1,3% dos votos; Gegê, dirigente da Central de Movimentos Populares, ficou em último lugar com 0,7%.

Segundo Pompêo (2007), Plínio de Arruda Sampaio aparecia como nome favorito dos setores da esquerda petista para concorrer contra Ricardo Berzoini no segundo turno. No entanto, informações de que Plínio sairia da sigla caso perdesse a disputa inviabilizaram o êxito dele na campanha. Conforme Pompêo (ibid), as tendências à esquerda que tinham candidatos próprios foram as responsáveis pela divulgação de tais informações.

Diante desse quadro, os candidatos no segundo turno do PED foram Ricardo Berzoini e Raul Pont. Mesmo com o apoio dos demais candidatos da esquerda petista, Raul Pont perdeu a eleição por uma pequena diferença – menos de 4% dos votos. Esse resultado favorável ao Campo Majoritário provocou algumas rupturas nos círculos petistas. Antes mesmo do segundo turno, um grupo de 400 militantes (oriundos de diversas partes do país)

realizaram ato de desfiliação do PT e ingresso no P-SOL. Tal ato ocorreu em São Paulo durante a Assembléia Nacional Popular e da Esquerda. Esses descontentes levaram em conta o resultado da votação das chapas do Diretório e da Executiva Nacionais.

(...) o grupo afirma que o resultado da eleição do PT, em especial o das chapas, que define os cargos da cúpula, demonstrou que o Campo Majoritário continuará no controle. "Apoiamos Plínio de Arruda Sampaio no primeiro turno. Mas avaliamos que Raul Pont não vai ganhar. E, se ganhar, vai ser uma rainha da Inglaterra. O Campo vai ter o Diretório", diz a dissidente Bernadete Menezes, ex-vereadora do PT em Porto Alegre, integrante da Executiva Nacional da CUT (MARREIRO, 2005).

Outras dissensões se consumaram durante e depois do PED. O então deputado federal João Alfredo (CE), da DS, foi mais um dos dissidentes da esquerda petista. O referido parlamentar divulgou uma *Carta Aberta* no dia 20 de setembro de 2005, explicitando, dentre outras coisas, as razões da desfiliação do PT e o ingresso dele no PSOL. Essa *Carta* foi distribuída durante solenidade de filiação de João Alfredo ao PSOL, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Tal evento contou com a participação de Heloísa Helena (à época, era Presidenta Nacional do PSOL) e diversos militantes do Ceará que acompanharam João Alfredo no ato de ingresso na nova sigla.

Conforme relatou na *Carta Aberta*, João Alfredo saiu do PT motivado pelo julgamento de que essa sigla “se esgotou como instrumento de transformação de nossa sociedade”. Segundo o parlamentar, o PT mergulhou numa crise “insuperável” porque a direção partidária abandonou os “princípios ideológicos” e a “opção estratégica pelo socialismo”, resultando no pragmatismo eleitoreiro e na utilização dos “métodos mais condenáveis da prática política”. Esse pragmatismo teve reflexos dentro do governo Lula.

Segundo João Alfredo, as “teses do campo democrático e popular” apostavam num governo capaz de realizar três variáveis:

(...) a mudança da qualidade de vida de sua população (em especial, dos setores oprimidos, excluídos e explorados de nossa sociedade), a mudança dos costumes políticos (na busca de uma nova cultura política, que implique a mais ampla participação popular e o primado de uma ética republicana e socialista) e a construção de um novo modelo de desenvolvimento ético, cultural, social, étnico e ambientalmente sustentável (ALFREDO, 2005).

As ações governamentais foram interpretadas como empecilhos a essas mudanças. Alfredo afirma que a esquerda petista perdeu quase todos os embates no Congresso Nacional: aprovação da Reforma da Previdência, liberação dos transgênicos, nova lei de falências, blindagem de Henrique Meirelles, “pífios reajustes do salário-mínimo”, manutenção e

aprofundamento da política macroeconômica herdada do governo FHC, não execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, etc (ALFREDO, 2005). Numa entrevista a Marcelo Salles, o então deputado reafirma seu descontentamento:

Disputamos lei de falências, disputamos reforma agrária, disputamos meio-ambiente. E perdemos quase todas. E chegava um ponto de cair na real e entender que o governo Lula tinha feito uma escolha e essa escolha não era a transformação social. (...) Segue a mesma política econômica [de FHC] e a mesma política de alianças com os partidos de centro-direita, com o PL, com o PTB, com o PMDB. Então, é um governo de continuidade, no essencial. Embora aqui e acolá, em alguns setores possa haver gestores comprometidos com alguma mudança. Mas essas ações acabam sendo anuladas pela política econômica (ALFREDO apud SALLES, 2005).

As rupturas continuaram. Logo após divulgação do resultado do primeiro turno do PED, Plínio de Arruda Sampaio e o deputado federal Ivan Valente (SP) lançam nota em conjunto declarando sair do PT. A decisão desses dois petistas teve o respaldo da tendência Ação Popular Socialista. Nos dias 24 e 25 de setembro, essa tendência realizou um Encontro Nacional Extraordinário e decidiu – em votação apertada – pela desfiliação do PT e ingresso no P-SOL. A princípio, a Ação Popular Socialista participou do novo partido apenas na condição de “filiação democrática” e só a partir de janeiro de 2006 assumiu todos os direitos e deveres previstos no estatuto. Plínio e Ivan Valente acompanharam o grupo na filiação ao P-SOL.

Além de Ivan Valente e João Alfredo, mais três deputados federais oriundos do PT ingressaram no P-SOL no decorrer do PED: Maninha (DF), da Ação Popular Socialista; Orlando Fantazzini (SP), da DS e Chico Alencar (RJ). Com a adesão dos petistas dissidentes, a bancada do P-SOL no Congresso Nacional saltou de três para oito parlamentares. Eram sete deputados federais e uma senadora.

Outros dois parlamentares tiveram uma rápida passagem pelo P-SOL. Um deles, o deputado federal João Fontes, foi expulso do PT em 2003 junto com Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro. O deputado contribuiu na construção do P-SOL no primeiro momento, porém decidiu filiar-se ao PDT em 2004 por considerar que o novo partido não teria viabilidade eleitoral. O outro parlamentar era o senador Geraldo Mesquita Júnior (AC), oriundo do PSB. Este aderiu ao P-SOL em março de 2005 e pediu desfiliação da sigla em outubro do mesmo ano depois de sofrer várias acusações de nepotismo.

O P-SOL não foi a única sigla a se beneficiar das dissidências no PT. O PDT, outra sigla de oposição ao governo Lula, também teve crescimento na bancada do Congresso Nacional em função da crise política que atingiu o PT. Dois deputados federais e o senador

Cristovam Buarque (DF) romperam com o PT e ingressaram no PDT. Na Câmara Federal, a bancada petista terminou o ano de 2005 com 83 integrantes. O PT havia eleito 91 deputados federais nas eleições 2002.

Os integrantes da esquerda petista que permaneceram no Partido para disputar a direção do mesmo usaram como mote na campanha do PED a disputa dos rumos do PT para levar a cabo as mudanças no governo. Como o PT estava na condição de força política dirigente do Poder Executivo, essas tendências (Democracia Socialista, Articulação de Esquerda e outras menores) avaliavam a necessidade de disputar tanto os rumos do Partido quanto do governo. A perspectiva da esquerda petista considerava importante ganhar espaço dentro do PT para pressionar o governo Lula com mais força. Gilmar Machado e Gilberto Neves, membros da DS, expressam essa concepção:

1) o PT ainda é o melhor espaço tático para o embate antineoliberal, porque as proporções da sua enorme base social permitem uma maior e mais potente unidade da esquerda; e 2) a incidência da disputa sobre os rumos do governo deve deslocar-se para o partido, numa íntima articulação com as mobilizações sociais. (...) Uma tática de disputa mais acirrada dos rumos do governo Lula, deslocando o palco central desse embate para o PT, o Parlamento e a mobilização social. Tão equivocado quanto sair do PT, será uma disputa amuada e apenas por dentro do governo (MACHADO; NEVES, 2005: 4).

Quando o assunto era a disputa “por dentro do governo”, os petistas tinham aliados em outros setores da esquerda partidária e social. A esquerda do PT, o PC do B e o PSB justificaram a permanência no bloco governista a partir da tese, sintetizada na expressão “governo em disputa”, de que havia forças políticas com interesses opostos e em disputa pelos rumos da gestão. Pompêo expressa essa tese da seguinte forma:

No início do governo, a ampla maioria da esquerda que se reconhecia na tradição socialista, incluindo tanto as tendências da esquerda do PT como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os movimentos sociais, adotam a tese do governo em disputa. A idéia é simples: o governo estaria dotado de uma grande quantidade de contradições internas, na medida em que seria composto de setores da esquerda e da direita, ou seja, setores com interesses diferentes. Portanto, a hegemonia seria dada a partir da disputa: os interesses que pressionassem com mais força o governo determinariam seu rumo (POMPÊO, 2007).

A tese do “governo em disputa” não foi objeto de discurso apenas das organizações partidárias. Diversos Movimentos sociais do país também se colocaram como agentes que deveriam influenciar os rumos do governo. De acordo com Pompêo (2006), grupos como CUT, UNE e MST cumpriam o papel de fazer a disputa do governo “pela esquerda”.

Essas organizações partidárias e movimentos sociais apoiadores do governo também encabeçaram outra tese. Estou me referindo à tese do “golpe das elites e dos meios de comunicação”, que ganhou fôlego durante a crise política de 2005. No dia 21 de junho de 2005, uma gama de movimentos sociais e entidades (CUT, MST, UNE, ABI, ABONG, UBES, Grito dos Excluídos, Marcha Mundial de Mulheres, CNBB, etc.) lançaram uma “Carta ao Povo Brasileiro” – mesmo título do texto feito por Lula em 2002 – na qual se posicionavam “contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos”. Conforme a Carta, o governo do presidente do Lula era alvo de uma campanha de desmoralização:

De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional (CUT et al, 2005).

Os petistas se juntaram aos movimentos sociais na defesa do governo diante das investidas dos “setores conservadores e antidemocráticos”. Até mesmo a tendência interna O Trabalho engrossou o bloco que propalava a tese do “golpe das elites e dos meios de comunicação” contra o governo, conforme atesta Pompêo: “No PT e nos principais setores da esquerda atrelados ao governo federal, repetiram-se de todas as maneiras as teses de golpe das elites e governo em disputa. Mesmo na corrente petista ultra-radical O Trabalho, a idéia era pressionar o governo pela esquerda” (POMPÊO, 2006).

Os petistas e o amplo leque de movimentos sociais que foram às ruas fazer a defesa do governo durante a crise política se empenharam também em cobrar algumas medidas do Poder Executivo. A primeira e mais antiga cobrança se referia ao modelo macroeconômico. A “Carta ao Povo Brasileiro”, de 2005, continha a insatisfação da sociedade civil com “tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo” e a “manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos”.

Dentro do PT não era diferente. A política econômica do governo repercutiu na campanha do PED de 2005. Todos os candidatos à presidência do Partido faziam críticas, em graus diferentes, aos rumos dessa política. Enquanto o candidato do Campo Majoritário (Ricardo Berzoini) defendia mudanças pontuais na aplicação da política econômica, os candidatos da esquerda responsabilizavam tal política pela crise que o governo e o Partido viviam. O deputado federal Ivan Valente (SP) assume postura nesse sentido: “A política econômica é a mãe de todos os erros do PT. O desastre partiu daí. Uma política econômica

conservadora pediu uma governabilidade conservadora que levou ao fisiologismo e a aliança com os partidos que têm marcas de corrupção” (JUNQUEIRA, 2005).

A política econômica também suscitou a indignação de movimentos sociais pró e contra governo. Em agosto de 2005, movimentos sociais ligados ao governo foram à Brasília marchar em defesa do governo Lula e contra a corrupção e a política econômica. No dia seguinte a esta mobilização “realizou-se a marcha oposicionista, convocada majoritariamente pelo PSTU, Conlutas, P-SOL e outros grupos menores” (POMPÊO, 2006).

Somente depois de setembro os constantes bombardeios de denúncias contra o governo Lula começaram a diminuir. O conturbado período entre junho e setembro abarcou tanto as denúncias provenientes dos adversários políticos (referentes ao “mensalão”, “dólar na cueca” e caixa dois) quanto às pressões decorrentes do PED. No mês de junho veio a público a entrevista de Roberto Jefferson que abriu as comportas da crise; no mês de setembro ocorreu a renúncia de Severino Cavalcanti e com ela surgiu a oportunidade do governo organizar a base aliada no Congresso.

Lula optou por escolher um nome fora do PT para ser o candidato do governo na disputa pela presidência da Câmara porque “avaliou-se que o PT não se uniria e que qualquer candidato do partido seria derrotado” (CANTANHÊDE, 2005). Aldo Rebelo (PC do B-SP), parlamentar de confiança do governo e pertencente a um partido pequeno, se tornou o candidato de Lula à presidência da Câmara Federal. Quando Ministro da Coordenação Política do governo, Aldo Rebelo amargou significativas derrotas nas negociações com o Congresso. Por meio do ministro Luiz Gushiken e do líder petista na Câmara (Paulo Rocha), o PT pressionou publicamente pela saída de Aldo Rebelo da pasta de articulação política.

Com a renúncia de Severino Cavalcanti no dia 21 de setembro, setores da oposição e da situação aceleraram o passo na corrida pela sucessão. Surgiram cinco candidatos para ocupar a vaga de Severino na presidência da Câmara: Aldo Rebelo (PC do B), José Thomaz Nonô (PFL), Ciro Nogueira (PP), Antônio Fleury Filho (PTB) e Alceu Collares (PDT). O primeiro turno da eleição terminou com 182 votos tanto para Aldo quanto para Nonô, colocando em evidência a disputa governo versus oposição. Aldo venceu com uma diferença de apenas 15 votos (258 a 243). Esse confronto do governo com a oposição e a conseqüente vitória dos aliados na Câmara representou a retomada da organização do bloco governista no Congresso. O próprio governo ganhou fôlego para sair da crise política.

“Na verdade estava tudo muito solto e em meio a uma grande crise. Com essa eleição [da Câmara] o governo que estava como um barco desgovernado na sua

relação com o Congresso parece ter assumido o controle do leme”, registrava o deputado Maurício Rands (PT-PE) (ROVAI, 2005:16).

O ano de 2005, apesar do forte bombardeio de denúncias de corrupção contra o governo, também teve bônus para a gestão petista. Ao mesmo tempo em que a gestão de Lula ficava na retaguarda diante das investidas da oposição no Congresso Nacional, os ministérios trabalhavam pela “manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno, sobretudo para os setores de baixa renda” (SINGER, 2009: 94). Uma combinação de medidas governamentais surtiu efeito em pleno desenrolar do “mensalão” e outros escândalos.

Segundo Singer (ibid), em maio de 2005 ocorreu o primeiro aumento importante do salário mínimo. O crédito consignado, criado em 2004, acarretou a queda de treze pontos percentuais nas taxas de juros para empréstimos. Em 2005, já havia um crescimento de quase 80% de empréstimos vinculados ao crédito consignado, gerando a circulação de bilhões de reais para consumo popular. Ainda no mesmo ano, houve um aumento do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa-Família (PBF). Em dois anos de governo, já tinha mais do que duplicado o número de pessoas inseridas no PBF. 8,7 milhões de pessoas recebiam recursos desse Programa em 2005. No mês de dezembro do referido ano, a taxa de desemprego caiu para 8,3%. A inflação estava na marca de 5,69%, contrastando com os 12,53% em 2002.

Esse conjunto de fatores em vigor no ano do “mensalão” acabou rendendo significativos bônus para o governo, compensando em parte o estardalhaço provocado pelas denúncias de corrupção. A crise política envolvendo ministros e aliados do governo provocou perda do apoio de setores da classe média. Em contrapartida, as medidas governamentais de inclusão social e manutenção da estabilidade econômica aproximaram as camadas mais desfavorecidas da base eleitoral do Presidente Lula.

As investidas da oposição contra o governo surtiram um efeito maior nas camadas médias da população. O quadro nacional de crescimento econômico e inclusão de setores de baixa renda no mercado de consumo fez com que a rejeição ao governo Lula não crescesse entre a faixa de eleitores mais pobres. Singer comenta o pano de fundo sob o qual se deu as denúncias do “mensalão”:

Em particular no ano de 2005, quando eclodiu o escândalo do “mensalão”, ocorreu, segundo classificação de Waldir Quadros, a primeira redução significativa da miséria desde o Plano Real, presumivelmente em consequência do conjunto de medidas tomadas pelo governo Lula. Assim, enquanto os atores políticos tinham a atenção voltada para a seqüência de denúncias do “mensalão”, o governo produzia em silêncio o “Real do Lula” que, diferentemente do original, beneficiava, sobretudo, a camada da sociedade que não aparece nas revistas (SINGER, 2009: 93-4).

A redução significativa da miséria confirmada nos índices de 2005 forjou as bases para emergência do lulismo no pleito de 2006. As camadas populares beneficiadas com as políticas governamentais de inclusão social fecharam os olhos para os apelos da oposição. Enquanto que nos setores da classe média a rejeição ao governo “desdobrou-se numa forte preferência por um candidato de oposição à presidência em 2006”, no eleitorado de renda baixa houve um crescimento dos índices de satisfação da gestão Lula (SINGER, 2009). O pleito de 2006 sedimentou essas tendências de aprovação e rejeição ao Presidente da República. Nas linhas a seguir discutirei o cenário da reeleição de Lula.

4.3. EM BUSCA DA REELEIÇÃO

O quarto ano do governo Lula é tomado pelo debate eleitoral. O PT aponta como prioridade nas eleições 2006 a reeleição do Presidente Lula, podendo inclusive “sacrificar” algumas candidaturas nos estados. O ponto de conflito dentro do Partido consistia na discussão sobre quem seriam os partidos componentes da aliança nas eleições presidenciais. A esquerda do PT condenava a parceria com os partidos do “mensalão” (PP, PTB e PL), enquanto os moderados defendiam uma “aliança ampla”. A obrigatoriedade da verticalização das alianças acabou por dificultar a formação de uma coligação com todas as siglas da base de sustentação do governo. A maior parte dos partidos preferia a condição de apoio informal, pois assim poderiam fazer nos estados as coligações desejadas.

É nesse quadro de debate pré-eleição que o governo perde mais um dos principais ministros. Dessa vez o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se tornou alvo de denúncias de corrupção que o levaram a deixar o cargo. Durante a “crise do mensalão” o ministro Palocci acabou fortalecido com os bons números da economia, tornando-se inclusive a “principal âncora de credibilidade e estabilidade do Planalto” (FIRMO, 2006: 24). O estopim para saída de Palocci do governo foi a quebra do sigilo bancário do caseiro que desmentiu o ministro na CPI dos Bingos. Com a queda de Palocci, o PT teve mais uma perda significativa.

Em junho de 2005, o inferno astral que se abateu sobre os petistas com o estouro do caso “mensalão” não abalou Palocci. Pelo contrário. Com José Dirceu demitido e uma dança das cadeiras que mudou a cara do PT e do primeiro escalão de Lula, o então ministro da Fazenda tornou-se a principal âncora de credibilidade e

estabilidade do Planalto. (...) Com a queda de Palocci, o antigo “núcleo duro” do governo chega ao fim (FIRMO, 2006: 24).

Guido Mantega assumiu o lugar de Palocci no Ministério da Fazenda, gerando especulações acerca de mudanças na política econômica. Quando esteve à frente do Ministério do Planejamento e na presidência do BNDES, Guido Mantega demonstrou divergências explícitas com a equipe econômica comandada por Palocci. Tendo em vista a postura desenvolvimentista do novo ministro, vieram à tona várias projeções sobre a condução da macroeconomia no último ano de gestão. Empresários, sindicalistas, investidores nacionais e internacionais, banqueiros e outros segmentos da sociedade aguardavam as ações do novo ministro.

O quadro de especulações terminou a partir da primeira entrevista de Mantega como Ministro da Fazenda. O novo ministro dissipou qualquer dúvida sobre a possibilidade de promover alterações na macroeconomia: "A política econômica não mudará. A política econômica é a política econômica do presidente Lula. O presidente Lula é o fiador dessa política econômica. Além disso, a política econômica não deve mudar porque é a política econômica mais bem-sucedida dos últimos 15 ou 20 anos no Brasil." (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

A pressão por mudanças na área econômica era oriunda de setores dentro e fora do governo. Dentro do governo, alguns partidos aliados solicitaram a Lula que sinalizasse alguma mudança na orientação da política econômica para o segundo mandato. A idéia – encabeçada por PC do B, PSB e PT – consistia em lançar uma “nova Carta ao Povo Brasileiro” com a assinatura do Presidente Lula. O conteúdo do documento teria uma projeção do segundo mandato, indicando o desenvolvimento como prioridade ao invés da estabilidade econômica. Nesse sentido, esta “nova Carta ao Povo Brasileiro” proposta por uma parte do bloco governista seria construída com um conteúdo oposto ao documento de 2002. Enquanto a Carta de 2002 visava acalmar o mercado internacional, a segunda Carta buscaria atender às demandas dos movimentos sociais.

O presidente do PC do B afirma que a nova etapa de governo deve ter o desenvolvimento como meta. Para isso, os três partidos [PC do B, PSB e PT] defendem a queda gradual na taxa de juros, um superávit primário que não inviabilize investimentos públicos e taxa de câmbio equilibrada. Vão propor também as reformas política, urbana e tributária como prioridades (DELGADO, 2006a: A4).

Ao contrário do que tais partidos aliados desejavam, Lula inicia a campanha de 2006 com sinais de manutenção da política econômica num eventual segundo mandato. A

palavra-chave de Lula era “estabilidade” e não o discurso esperado de reorientação do modelo econômico.

Está vetada qualquer menção à adoção de um novo modelo econômico num eventual segundo mandato. (...) Lula fez a seguinte promessa econômica para um segundo mandato: “crescimento acelerado com estabilidade; e responsabilidade fiscal para manter a estabilidade” (DELGADO, 2006b).

Lula concorre à reeleição com a coligação *A Força do Povo* composta por PT, PC do B e PRB; informalmente havia o apoio do PSB, PL, PTB e uma parte do PMDB. Assim como nos pleitos presidenciais anteriores (1994, 1998 e 2002), novamente ocorreu a polarização PT versus PSDB. Geraldo Alckmin, principal concorrente de Lula, era candidato da coligação PSDB e PFL – o PPS e parte do PMDB davam apoio informal. Outros dois candidatos que ganharam destaque na disputa foram Cristovam Buarque (PDT) e Heloísa Helena (P-SOL); ambos dissidentes do PT.

Até pouco tempo antes da eleição de 2006, Heloísa Helena e Cristovam Buarque participavam dos embates internos no PT. Conforme visto anteriormente, Heloísa Helena foi expulsa do PT em dezembro de 2003. Cristovam Buarque desfilou-se da referida sigla em setembro de 2005, durante as denúncias do “mensalão”. Quando ainda estavam no Partido, Cristovam Buarque e Heloísa Helena faziam severas críticas às ações do governo que não condiziam com a “linha política” partidária. As duas candidaturas, embora não dispusessem de grande capilaridade junto ao eleitorado, sinalizavam o descontentamento daqueles que romperam com os rumos do governo Lula e do PT.

Nesse contexto eleitoral de 2006, os petistas não foram os principais contrapontos do governo. Em função da sucessão presidencial, os partidos de oposição assumiram a dianteira do embate com o Poder Executivo. PSDB, P-SOL e PDT empenharam-se para mostrar os problemas decorrentes das políticas governamentais. Ao invés dos petistas aparecerem como focos centrais de atritos com o governo, foram os tucanos e os dissidentes do PT (Heloísa Helena e Cristovam Buarque) que assumiram a postura de confronto.

Durante a campanha, Lula é apontado como vencedor do pleito no primeiro turno em todas as pesquisas. Faltando duas semanas para votação, o cenário começa a mudar a partir da “crise do dossiê”. Petistas foram presos em São Paulo negociando a compra de dossiê contra Alckmin e José Serra; junto com os petistas havia o valor de R\$ 1,7 milhão. Fotografias do dinheiro foram divulgadas na imprensa pela Polícia Federal dois dias antes da eleição.

O primeiro turno terminou com 48,6% dos votos válidos para Lula (PT) e 41,6% para Alckmin (PSDB), levando a disputa para segundo turno. Assim como em 2002, novamente PT e PSDB dividiram a preferência dos eleitores na segunda etapa da corrida presidencial. Especialistas apontaram o escândalo do dossiê e a ausência de Lula nos debates como as principais causas para a prolongação do pleito (FOLHA ONLINE, 2006a).

No segundo turno das eleições, diversos movimentos sociais do país saíram da condição de “neutralidade” para fazer campanha para Lula. A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil (MMM), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram às ruas “para não permitir o retorno da direita ao poder”. Apesar das várias ressalvas ao governo Lula, esses movimentos sociais temiam uma situação pior no país com a vitória de Alckmin (PSDB) – identificado como representante da direita (BRASILINO, 2006: 02).

As eleições presidenciais de 2006 terminaram com a reeleição do Presidente Lula: 60,8% dos votos válidos. Do primeiro para o segundo turno, o número de votos favoráveis a Lula aumentou em quase 12 milhões. Com Alckmin ocorreu o movimento contrário, pois o tucano obteve menos votos no segundo turno: 39.968.369 votos no primeiro turno e 37.543.178 no segundo – diminuiu mais de 2 milhões.

Pesquisas de opinião indicavam bons números vinculados ao mandato do petista. Segundo pesquisa Datafolha, divulgada no dia 25 de outubro de 2006, Lula atingiu o recorde de avaliação positiva de um presidente da República no Brasil: 53% dos entrevistados classificavam como boa ou ótima a gestão de Lula (RÖTZSCH, 2006). Uma nova pesquisa do Datafolha foi realizada meses depois – em dezembro –, constatando novamente a aprovação das ações governamentais. A gestão do Presidente Lula foi considerada ótima ou boa por 52% dos entrevistados. Os índices eram ainda mais favoráveis quando se avaliava a expectativa quanto ao segundo mandato: 59% esperavam um segundo governo com possibilidades de ser ótimo ou bom (CANZIAN, 2006).

Os números em favor do governo foram ainda mais incisivos numa pesquisa do Ibope encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Essa pesquisa, divulgada no dia 18 de dezembro de 2006, revelou o maior patamar de aprovação do governo Lula desde o início do mandato. 57% dos entrevistados pelo Ibope avaliaram como ótimo ou bom o governo do Presidente Lula. As expectativas também eram boas às vésperas do segundo mandato: “Entre os entrevistados que concluíram até a 4ª série do ensino fundamental, 71%

acreditam que o segundo mandato será ótimo ou bom. Entre as pessoas com curso superior, 57% acham que o segundo mandato de Lula será ótimo ou bom” (FOLHA ONLINE, 2006b).

Esses altos índices de aprovação do desempenho governamental tinham respaldo nos números de combate à pobreza. Com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), pesquisa do IBGE divulgada em setembro (2006) mostrou que a pobreza no país diminuiu 19% na gestão Lula. Essa marca de 19% se iguala ao período 1993-1995, quando o Plano Real entra em vigor e atinge a cifra de 18,47% no combate a miséria. Singer atrela essa marca do governo petista aos seguintes fatores:

O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos [Luz para Todos, regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semi-árido, etc.], resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar (SINGER, 2009: 93).

Singer (ibid) vai mais além em sua via de análise. O referido autor afirma que Lula só conseguiu a adesão do eleitorado mais desfavorecido “depois” de assumir o Poder Executivo. As ações governamentais empreendidas no período 2003-2006 estabeleceram um elo de aproximação entre Lula e o “segmento de classe que [ele] buscava desde pelo menos 1989” (SINGER, 2009: 90). O governo Lula combinou o combate à desigualdade social com a manutenção da estabilidade econômica. Essa combinação rendeu uma grande aceitação do petista entre os eleitores de baixa renda. Em contrapartida, o bombardeio de denúncias de corrupção contra o governo mobilizou os eleitores de renda mais alta a favor do candidato tucano.

O segundo turno de 2006 foi marcado por uma polarização social (ricos versus pobres) que só têm precedentes, durante a redemocratização, no pleito de 1989. A polarização demarcada por categorias de renda esteve presente no segundo turno de 1989, quando Lula disputou com Collor. Singer destaca esse aspecto:

Se no primeiro turno de 1989 já havia uma nítida tendência de crescimento do apoio a Collor com a queda da renda, levando a uma concentração do voto nele entre os mais pobres, no campo oposto (“classe média”) ocorria uma dispersão de votos entre Lula, Brizola, Covas e Maluf, não caracterizando, ainda, a *polarização*, que viria a ocorrer no segundo turno (grifos do autor) (SINGER, 2009: 87).

Convém lembrar uma diferença crucial nesses dois casos de polarização social em pleitos presidenciais. No segundo turno de 1989, era Lula quem obtinha vantagem diante da faixa de eleitores de maior renda. Collor tinha mais aceitação entre os “descamisados”. A

situação se inverte no segundo turno de 2006. O adversário de Lula assume a preferência dos setores de maior renda, sobretudo a partir do escândalo do “mensalão” que se desdobra em 2005. O candidato Lula, dessa vez na condição de situação, logrou êxito na corrida pelos votos das camadas desfavorecidas. As políticas governamentais pesaram a favor do Presidente Lula na reeleição, fazendo com que o petista assumisse pela primeira vez a preferência dos votos entre os eleitores de renda mais baixa. Até mesmo em 2002 não havia ocorrido essa aceitação de Lula nos setores populares, conforme aponta Singer:

Mesmo em 2002, depois de unir-se a um partido de centro-direita, anunciar um candidato a vice de extração empresarial, assinar uma carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior (SINGER, 2009: 90).

Durante todo o ciclo de oposição do PT aos governos federais em vigor, Lula despontou como candidato presidencial sem grande capilaridade nos estratos de menor renda. Essa situação só mudou depois que o petista assumiu a gestão do Estado. O mesmo não aconteceu com o eleitorado do PT. O pleito de 2006 evidenciou uma desconexão entre as bases eleitorais do PT e de Lula. O Partido permaneceu com uma faixa de eleitores urbanos e escolarizados, enquanto Lula adentrou num setor “francamente popular”. Essa desconexão pôde ser notada através da observação do desempenho da bancada federal do Partido em contraste com a votação para Presidente da República.

Em outras palavras, Lula foi mais sufragado quanto menor o IDH do Estado, mas a votação da bancada federal do PT manteve-se associada aos de maior IDH. Em conseqüência, Lula teve particular sucesso no Nordeste e no Norte, ao passo que a votação do PT continuou relevante no Sudeste e no Sul. Por isso, Lula teria crescido entre o primeiro turno de 2002 e o de 2006, passando de 46,6% para 48,6% dos votos válidos, enquanto a bancada federal petista caiu, de 91 para 83 eleitos (SINGER, 2009: 96).

Esse desempenho de Lula junto aos “grotões de pobreza” – calcanhar de Aquiles do PT – levou Singer a identificar a emergência de uma nova força política: o lulismo. O pleito de 2006 consolidou a liderança de Lula diante de uma fração de classe que antes era “caudatária dos partidos da ordem”. Os estratos mais pobres da população preferiram votar no Collor (PRN) em 1989, no Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em dois momentos (1994 e 1998) e no Serra (PSDB) em 2002. Lula assumiu a preferência dos votos nessa fração de classe ao conseguir combinar a redução da pobreza com a manutenção da estabilidade

econômica. O PT, por sua vez, não teve êxito em adentrar de forma mais incisiva nesse setor da população. O lulismo se tornou mais abrangente do que o petismo.

Lula e PT, embora sejam estreitamente vinculados, tiveram resultados distintos nessa primeira experiência governativa. Diversos líderes e ativistas históricos do Partido não tiveram êxito nas tarefas partidárias e governamentais ao passo que o Presidente Lula ganhou maior projeção no cenário nacional. Lideranças como José Dirceu, Antonio Palocci, José Genoïno, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, Paulo Rocha e outros petistas foram afastados das esferas decisórias. Outros personagens ilustres – Cristovam Buarque, Fernando Gabeira, Chico Alencar, etc. – saíram espontaneamente da sigla por causa de discordâncias programáticas.

O PT perdia inúmeros quadros históricos durante o quadriênio 2003-2006, enquanto que o Presidente Lula ascendia nas pesquisas de opinião. O desempenho favorável do petista nas pesquisas também está relacionado, dentre outras coisas, às ações voltadas para isentar Lula de qualquer irregularidade e/ou desvio da “linha política” partidária. Mesmo nas situações de atrito entre petistas e governo, o Presidente Lula era resguardado das críticas mais diretas. A esquerda petista, por exemplo, atribuía a responsabilidade da manutenção da política macroeconômica a determinados ministérios e ao contexto adverso de vulnerabilidade socioeconômica. O mesmo ocorreu durante as denúncias de “mensalão” e “caixa dois”, pois os personagens acusados isentavam Lula de eventuais encargos nas irregularidades.

As ações em defesa da conduta do petista, os resultados sócio-econômicos provenientes das políticas governamentais, o carisma de Lula num cenário de regime presidencialista e outros fatores convergiram para fortalecer o lulismo. Mesmo ocorrendo atritos com setores do próprio PT, a figura de Lula tornou-se mais forte no final da gestão do que no início. Os altos índices de aprovação do governo e do Presidente da República consolidaram ainda mais a liderança de Lula diante do PT. Isto favorecia o governo nas ocasiões de impasse com os dirigentes e parlamentares petistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitória de Lula nas eleições 2002 inaugurou um quadro completamente novo no cenário político nacional. Depois de três tentativas frustradas (1989, 1994 e 1998), o PT e os tradicionais aliados (PC do B, PSB, CUT, UNE, MST, etc.) assumem pela primeira vez a tarefa de “ser governo” no âmbito federal. Vários ônus e bônus para o PT estavam relacionados ao papel de dirigente do Poder Executivo nacional.

O PT, sigla dirigente do governo e eixo de sustentação no Congresso Nacional, não demorou a perceber as implicações decorrentes da função governativa. Logo as divergências emergiram entre os próprios petistas em função das ações governamentais. A “linha política” do Partido, previamente constituída, não se tornou o norte orientador da macroeconomia no novo governo, provocando atritos dos petistas – principalmente dos setores mais à esquerda – com o Poder Executivo.

Na condição de oposição, a plataforma petista “se orientava no sentido de preconizar reformas estruturais que permitissem dirigir os rumos da economia para as necessidades da sua população e a favorecer um desenvolvimento auto-sustentado das forças produtivas nacionais” (VIANNA, 2007). O Presidente Lula, alegando a “prudência de uma dona de casa”, não mexeu nos pilares da política econômica. Os juros altos e o aumento do *superávit* primário, aspectos tão criticados pela sigla durante o período de oposição, fizeram parte da “prudência” do governo Lula.

Diversas forças partidárias e sociais apoiaram Lula nas eleições 2002 com a perspectiva de que ele mudaria esse quadro na política econômica para destravar o desenvolvimento do país. No campo progressista, constava no rol de apoiadores do governo recém empossado os seguintes agentes: MST, CUT, UNE, PC do B, PCB, PDT, PSB, PPS, grande número de ONGs, associações e outros. O desenrolar da gestão acabou afastando uma parcela dos movimentos e partidos situados à esquerda. Dentre os motivos que levaram ao afastamento e até a ruptura com o governo Lula, a condução da macroeconomia apareceu como fator preponderante.

A “continuidade” expressa no âmbito da economia não se repetiu na composição do governo. Sob a hegemonia do PT, o novo governo agregou diversos setores da sociedade. Acerca deste aspecto Vianna (2007) afirma que o governo Lula inovou do ponto de vista político ao compor o Estado com classes e grupos de interesses opostos. Representantes do

MST e do agronegócio estavam lado a lado no primeiro escalão do governo. O mesmo se pode dizer dos representantes do empresariado e das centrais sindicais.

A composição pluriclassista do Poder Executivo não escondia o “núcleo duro” da gestão. Petistas da tendência Articulação – José Dirceu, Antonio Palocci, Luiz Gushiken, Luiz Dulci e o próprio Lula – concentravam nas mãos as principais deliberações da esfera governamental. Esses petistas, antigos dirigentes do Partido antes de iniciar a gestão Lula, foram personagens centrais na condução do governo e na dinâmica de conflitos internos no PT. Afinal, as decisões tomadas na esfera governamental não passavam imune à esfera partidária. A gestão econômica é exemplo disso. As decisões governamentais no âmbito macroeconômico implicaram diretamente nos conflitos PT-governo.

Os petistas vinculados às tendências de esquerda foram veementes críticos e opositores das decisões governamentais de teor econômico. Esses petistas se utilizaram da “linha política” partidária para defender as posições contrárias ao governo. Segundo Panebianco (2005), a “linha política” desponta como instrumento de manutenção da identidade partidária. A esquerda petista aproveitou as denúncias de corrupção (“mensalão”, “dólar na cueca”, caixa dois, etc.) contra o grupo hegemônico do Partido para fazer uso da “linha política” nas batalhas internas. As “bandeiras históricas” do PT eram veementemente lembradas pelas tendências de esquerda nas disputas pela hegemonia interna da sigla. O grupo dominante nas instâncias de direção do Partido era o mesmo que dirigia o governo.

Vale destacar que o descontentamento com a macroeconomia não se restringia aos círculos minoritários da sigla. O grupo dirigente do PT também emitia sinais de desaprovação ao governo. Ao contrário das tendências de esquerda, a “coalizão dominante” não provocava grande estardalhaço nas pontuais investidas contra o Poder Executivo. Ficava a cabo dos setores mais à esquerda as manifestações públicas de contrariedade ao governo. A situação desses setores lembra o que Sartori chamou de “minorias intensas”. Cito-o: “Seja como for, o fato inquestionável é que as minorias intensas têm um peso extra nos processos de tomada de decisão; sua intensidade compensa sua inferioridade numérica” (1994: 302).

As “minorias intensas” do PT buscavam compensar a inferioridade numérica no Congresso Nacional e nas instâncias partidárias a partir das mobilizações de rua. À revelia dos dirigentes partidários e governamentais, os parlamentares da esquerda petista compareciam às marchas do funcionalismo público contra os projetos do Poder Executivo. A militância desses parlamentares junto aos movimentos sociais reforçava a pressão contra o governo.

À primeira vista, os conflitos entre petistas e governo parecem se resumir à velha disputa das tendências internas em torno da “linha política” – disputa pela formulação

programática, tipo de alianças eleitorais e coalizões governativas, definição das prioridades governamentais, atuação parlamentar, etc. Contudo, nesse conflito de aparência apenas ideológica desponta algo mais. Refiro-me à mobilização das tendências de esquerda por mais espaço nas instâncias governamentais e partidárias.

A pequena participação desse setor nos cargos governamentais de primeiro escalão tornou-se um aspecto crucial no desenrolar dos conflitos entre esquerda petista e governo federal. Antes de 2003, as disputas internas envolviam a direção do Partido e questões relativas às administrações petistas nas esferas municipais e estaduais. Tais conflitos não ganharam a mesma dimensão e visibilidade dos atritos decorrentes da gestão Lula. Com a ascensão dos petistas ao governo federal, veio à tona a partilha das responsabilidades dos grupos internos com a sustentação da gestão Lula.

Tendo em vista a pequena quantidade de cargos ministeriais obtidos, os grupos minoritários da sigla não estabeleceram uma relação de apoio ao governo na mesma proporção do setor majoritário. Havia uma estreita vinculação entre dirigentes governamentais e dirigentes partidários em termos de apoio recíproco e ocupação de espaços decisórios. O mesmo não ocorreu com o setor minoritário da sigla. As tendências de esquerda tiveram uma relação mais distante e conflituosa com a esfera decisória do Poder Executivo.

Isto não significa que a sustentação do governo Lula se expressava apenas no número de ministérios de cada tendência. Meu objetivo é ressaltar o seguinte: a restrita participação da esquerda petista nos rumos das políticas governamentais contribuiu largamente para que esse setor adotasse uma postura mais incisiva contra os projetos destoantes da “linha política” partidária. Em diversas situações – atritos relacionados à manutenção da política macroeconômica, votação da PEC do sistema financeiro, votação da Reforma da Previdência, expulsão dos parlamentares petistas, escândalo do “mensalão”, Processo de Eleições Diretas (PED) do PT em 2005, etc. –, as tendências de esquerda decidiram pelo embate público com os dirigentes partidários e governamentais.

Vale ressaltar que os dois grupos – (1) tendências de esquerda e (2) setor majoritário – se expressavam a partir de “lugares” distintos. De um lado, os petistas mais à esquerda ocupavam basicamente funções no Partido e no Congresso Nacional. Esses petistas não desempenharam papel de destaque nas atividades da esfera governamental. Do outro lado, os integrantes do setor majoritário da sigla formavam o “núcleo duro” do governo. Essa divisão dos petistas em “lugares” e funções distintas evidencia outro aspecto: o conflito entre tendências de esquerda e governo era também expressão das disputas entre petistas em cargos

governamentais versus petistas no Partido e no Congresso. Cada uma dessas esferas condiciona atribuições específicas.

A lógica de atuação daqueles que estão nas atividades parlamentares e nas instâncias partidárias difere substancialmente da lógica de ação presente nas atividades de governo. As responsabilidades governamentais recaem basicamente sobre aqueles locados no Poder Executivo. Segundo Couto (1995), o arranjo político brasileiro contribui para “não-responsabilização” dos parlamentares na definição dos rumos do governo. Nas palavras do autor:

O Presidencialismo (particularmente no Brasil), contribui para a não-responsabilização dos parlamentares na condução do governo. É o Poder Executivo o grande responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da gestão governamental aos olhos do eleitorado, muito embora várias de suas iniciativas possam ser vetadas pelo Poder Legislativo (COUTO, 1995: 242).

O mesmo se pode afirmar dos dirigentes partidários sem cargos governamentais. Eles orientam a atuação política com vista a organizar as demandas das bases eleitorais e levá-las para o Estado. O público que os parlamentares e os dirigentes partidários atendem é bem mais restrito do que o público atendido pelos governantes. Os petistas encarregados de cargos governamentais precisavam dialogar inclusive com setores combatidos pelo Partido durante o período de oposição.

As experiências governativas relatadas anteriormente – gestões petistas em Diadema (1983-1988) e São Paulo (1989-1992) – retratam os impasses decorrentes dos distintos incentivos para ação que movem petistas inseridos em cargos governamentais e petistas encarregados da direção partidária. Tanto em São Paulo quanto em Diadema, o grupo majoritário no Partido não desfrutava de significativa participação no governo municipal. Isto contribuiu para ocasionar inúmeros impasses entre “petistas no partido” e “petistas no governo”.

A greve dos motoristas e cobradores de ônibus, desencadeada durante a gestão Erundina (1989-1992) em São Paulo, é um exemplo disso. À revelia da Prefeitura, a direção municipal da sigla apoiou os grevistas. Nos inúmeros episódios de desentendimento entre administração municipal e seção local do Partido, os dirigentes partidários posicionaram-se contra a gestão Erundina até as últimas conseqüências.

Luiza Erundina privilegiou os setores minoritários da sigla nas indicações para compor o Poder Executivo municipal. Em virtude disso, os dirigentes do PT local reagiram com posicionamentos contrários e “veementes manifestações” noticiadas pela imprensa

(COUTO, 1995). Os dirigentes partidários buscavam a todo custo estabelecer meios de interferir na administração municipal. Em contrapartida, os petistas inseridos em cargos executivos agiam com o objetivo de obter maior autonomia diante do Partido.

A cisão entre dirigentes partidários e dirigentes governamentais – ocorrida nas gestões de Diadema e São Paulo – não se repetiu na composição do governo Lula. O grupo que comandava o Diretório Nacional do PT era o mesmo que compunha o “núcleo duro” do governo federal. Mesmo assim, isto não impediu que vários atritos entre Partido e governo viessem à tona. Os conflitos dos petistas com o governo ficaram por conta, basicamente, das tendências de esquerda. A composição da gestão não contemplou as demandas das tendências de esquerda, provocando uma relação de externalidade entre esse grupo e os dirigentes governamentais.

Os conflitos decorrentes das gestões petistas na década de 1980 e início dos anos 90 envolviam dilemas relativos ao papel da organização partidária na condução das administrações públicas. Partido e governo travaram uma ferrenha queda de braço para saber quem decidia os rumos das políticas governamentais. No meio dessa disputa, havia também os impasses referentes à ocupação de cargos nas esferas do Poder Executivo. As tendências internas digladiavam-se pelo comando dos postos centrais da administração pública. Afinal, a tendência com mais representantes nos escalões do governo dispunha de maior poder decisório nas políticas governamentais.

Com a ascensão do PT ao Poder Executivo nacional, novos dilemas e perspectivas vieram à tona na agenda de debates internos da sigla. Os conflitos relativos à ocupação de cargos permaneceram. Algumas tendências internas mostraram-se insatisfeitas com a divisão dos cargos, enquanto outras acumularam força e poder decisório nos postos estatais. Os novos dilemas referentes ao papel de “ser governo” no âmbito federal ficaram a cargo da política macroeconômica.

O manuseio dos mecanismos macroeconômicos dividiu opiniões dentro do PT. Diante do contexto socioeconômico adverso em fins de 2002 e das inúmeras especulações quanto à capacidade governativa do Partido, os dirigentes governamentais puseram em prática uma política de controle inflacionária bastante recessiva. Diversos setores do PT – principalmente as parcelas mais à esquerda – mobilizaram-se para reverter a política econômica em vigor, gerando conflitos entre setores do Partido e o governo.

As tendências de esquerda, submetidas basicamente aos parâmetros de ação da esfera partidária e parlamentar, pautaram a relação com os dirigentes governamentais por meio de uma lógica de conflitos. As “minorias intensas” cobravam bastante o governo para

agir em conformidade com a “linha política” do Partido. Embora a gestão fosse composta por uma ampla coalizão de siglas de diversas matizes ideológicas, o PT ocupava papel central na condução do Poder Executivo. Os petistas tinham 60% dos cargos ministeriais e o posto de Presidente da República. Era notório o papel dirigente da sigla no governo Lula. Por isso, o Partido arcou com os ônus de qualquer deslize no andamento da gestão.

Os petistas da “coalizão dominante”, por sua vez, tiveram postura bem diferenciada em comparação com as tendências de esquerda. Os integrantes do Campo Majoritário, na condição de dirigentes partidários e governamentais, faziam a defesa mais veemente do governo. Aqueles que estavam no Congresso Nacional e na direção partidária sinalizavam aos “petistas no governo” a necessidade de reorientar o modelo econômico. Ainda assim, as críticas eram bem pontuais e discretas quando se leva em conta o teor das ações das “minorias intensas”.

A lógica governante decorrente das tarefas de responsabilidade governamental orientou as ações dos petistas vinculados ao Campo Majoritário. O posto de Presidente da República e o número significativo de ministérios concentrados nas mãos desse grupo deflagraram uma lógica de ação voltada para as exigências de “ser governo”. No entanto, vale frisar que a simples inserção de um partido na esfera governamental não gera automaticamente uma lógica governativa. Conforme Panebianco (2005), o “desafio ambiental” e as “precondições internas” são fatores necessários para deflagrar a lógica governante numa sigla eminentemente oposicionista.

Os petistas do Campo Majoritário atendiam aos dois critérios mencionados por Panebianco. O “desafio ambiental” enfrentado por eles consistiu na tarefa de “ser governo” no âmbito federal, depois de vinte e três anos (1980-2002) agindo sob parâmetros de ação oposicionistas. Ao mesmo tempo em que a sigla exercia o papel de denunciar e marcar posição no Congresso Nacional, os petistas iam assumindo responsabilidades de governo nas esferas municipais e estaduais. A inserção gradativa dos petistas, sobretudo daqueles vinculados ao Campo Majoritário, na arena governativa dos municípios e estados foi de suma importância na deflagração de “precondições internas”. Estas se manifestaram posteriormente no governo Lula.

Durante o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006), dois episódios expõem de forma mais aguda as distintas orientações que movem petistas da “coalizão dominante” e tendências de esquerda: (1) expulsão do “quarteto radical” no primeiro ano de gestão; (2) disputas internas no PED de 2005. Essas duas situações evidenciam o contraste de parâmetros de ação desses dois grupos internos.

O processo de expulsão dos parlamentares da esquerda petista – Heloísa Helena, Luciana Genro, Babá e João Fontes – se arrastou por todo o ano de 2003. Os setores mais à esquerda alegavam que os quatro parlamentares agiam de acordo com as “bandeiras históricas” do projeto petista. Nessa perspectiva, não existia motivos para consumir as expulsões. As “minorias intensas” afirmavam que os petistas em cargos governamentais estavam jogando no lixo as “bandeiras” do Partido ao implementarem o “pacote FHC” na macroeconomia. A defesa da “linha política” era reafirmada constantemente como fio condutor das ações de contrariedade ao governo.

Os dirigentes petistas, por sua vez, – em convergência com os petistas em cargos governamentais – usavam as regras estatutárias para consumir as expulsões. Muitas disputas internas nas organizações partidárias assumem o caráter de “batalhas procedimentais”, ou seja, “oposições entre interpretações diferentes da mesma regra” (PANEBIANCO, 2005). A “coalizão dominante” usou as regras do jogo na perspectiva de denunciar o desrespeito dos parlamentares às decisões do Diretório Nacional do PT. Os dirigentes petistas não admitiam dissensões na bancada petista durante as votações. Ainda mais quando se tratava de um grupo que volta e meia manifestava críticas ao governo.

O final dessa disputa já se sabe. Os quatro parlamentares foram expulsos e logo em seguida formaram um novo partido (P-SOL). Apenas João Fontes não ingressou no P-SOL. As demais adesões à nova sigla de oposição aconteceram em 2005, no decorrer do PED. Cinco deputados federais petistas romperam com o PT e ingressaram no P-SOL. O PED foi o “último suspiro” da esquerda petista nos embates internos durante o primeiro governo Lula (2003-2006).

As tendências de esquerda avaliavam que tinham condições de virar o jogo dentro do Partido a partir do resultado do PED, formando uma nova maioria nas instâncias de direção. Tal avaliação se apoiava na possibilidade de atrelar a crise do “mensalão” em 2005 aos integrantes do Campo Majoritário. As denúncias do “mensalão” atingiram tanto “petistas no governo” quanto “petistas no partido”. Nessas circunstâncias, os setores da esquerda trouxeram à tona na campanha do PED a defesa da “linha política”. Novamente as “minorias intensas” recorreram à estratégia de denunciar os desvios de conduta da “coalizão dominante” frente ao programa partidário.

As “minorias intensas” lograram avanços nas votações do PED de 2005 quando se compara com a edição anterior (em 2001). Contudo, o Campo Majoritário elegeu o presidente da sigla no segundo turno e teve 41,9% dos votos para as chapas do Diretório e da Executiva. Em função desse resultado, muitos militantes das tendências de esquerda debandaram para

fora do PT porque não acreditavam numa renovação da sigla. O P-SOL tornou-se o destino preferido da maioria dos dissidentes.

Certamente a decisão de romper com o PT e o governo não foi uma das escolhas mais fáceis. Muitos fatores estavam em volta de tal decisão. Até mesmo a dúvida quanto à viabilidade eleitoral do P-SOL pesava contra a motivação de sair dos círculos petistas. Machado (2004), por exemplo, argumenta que os interesses materiais consistem num importante fator para explicar a participação de uma parcela da esquerda no governo Lula, contudo uma série de considerações políticas acompanha esse primeiro elemento: “a preocupação com o possível isolamento social, político e, sobretudo, eleitoral a que o rompimento com o governo poderia levar”.

O bônus de permanecer na base do governo implicava o acesso mais fácil a emendas parlamentares, possibilidade de indicar aliados para cargos governamentais e inclusive a oportunidade do próprio parlamentar ser convidado para função de ministro dentre outras situações. Pelo fato do ministério ser um órgão de função governativa, ocupar tal cargo possibilita viabilizar parte dos objetivos da “linha política” partidária. Esses fatores tornavam o “cálculo” de romper com o governo uma equação bastante complicada.

Para muitos parlamentares da esquerda petista esse “cálculo” de custos e benefícios resultou na permanência dentro do PT, mesmo com o resultado favorável do Campo Majoritário no PED. A campanha do PED foi o último embate interno de maior envergadura durante o primeiro mandato do Presidente Lula. Aqueles que permaneceram na sigla não enveredaram em grandes polêmicas públicas com os dirigentes petistas e os dirigentes governamentais. Os “últimos moicanos” da esquerda petista optaram por diminuir a intensidade das investidas contra o governo.

Levando em conta essa significativa diminuição dos atritos PT-governo no final do primeiro mandato, cabe aqui a seguinte pergunta: por que as tendências de esquerda não mantiveram a postura de veementes críticos da gestão, tal como tinha ocorrido no início do governo? Vários fatores se entrelaçam na resposta desse questionamento.

A expulsão de alguns parlamentares e a saída voluntária de outros enfraqueceu a esquerda petista no Congresso Nacional. As dissidências provocaram uma redução do poder de barganha e pressão desse grupo junto ao governo. Sem uma quantidade expressiva de votos, não havia motivos para o governo temer as movimentações desses parlamentares. Os remanescentes no PT compunham um bloco pequeno e bem mais discreto.

Outro aspecto que pode ser considerado consiste na possibilidade da esquerda petista ter se adequado ao papel de governo, tendo em vista que já havia transcorrido mais da

metade do mandato. O último grande embate desse setor com os dirigentes partidários e governamentais ocorreu no PED de 2005, depois de quase três anos de gestão. A “ética da convicção”, norteadora dos petistas descontentes com as ações governamentais em desconformidade com a “linha política” partidária, pode ter cedido espaço para “ética da responsabilidade”. Ainda mais porque o fim do mandato já estava próximo e era necessária a unidade do Partido no projeto da reeleição de Lula.

Não poderia deixar de mencionar os bônus decorrentes de compor a base de apoio do governo. Os parlamentares aliados do Poder Executivo dispõem de acesso aos ministros, técnicos do segundo escalão e, talvez, até mesmo o Presidente da República. O bom relacionamento com os dirigentes governamentais pode render benefícios no atendimento das demandas das bases eleitorais. Esse aspecto conta bastante na corrida por votos.

Independente das motivações que provocaram essa redução nos conflitos PT-governo, o notório é que os atritos evidenciaram os distintos parâmetros pelos quais os dois “blocos” internos se relacionaram com a gestão Lula. Enquanto os petistas vinculados ao Campo Majoritário estabeleceram uma relação de cooperação e co-responsabilidade com os rumos do governo, os petistas das tendências de esquerda pautaram as ações por uma lógica de conflito. A pequena representatividade da esquerda petista na esfera governamental contribuiu para gerar uma relação de externalidade desse setor com os dirigentes governamentais.

Apesar dos atritos ocorridos entre petistas e governo, o Partido garantiu a reeleição de Lula em 2006. No ápice das denúncias do “mensalão” em 2005, muitos duvidavam que o PT tivesse condições políticas e eleitorais de manter-se à frente do Poder Executivo. As urnas demonstraram o contrário. A força do lulismo se mostrou maior do que o petismo. Lula ampliou a votação no primeiro turno de 2002 para o de 2006, ao passo que o PT diminuiu a bancada na Câmara Federal no intervalo entre os dois pleitos – 91 deputados federais eleitos em 2002 e 83 eleitos em 2006.

A experiência de “ser governo” no quadriênio 2003-2006 certamente teve impactos na relação do PT com a gestão Lula posterior (2007-2010). O que mudou na interação entre esses dois agentes durante o segundo governo é algo para uma próxima etapa de pesquisa. As inúmeras crises – “mensalão”, “dólar na cueca”, “caixa dois”, expulsão dos “radicais”, etc. – ocorridas na primeira experiência petista de governo devem ter suscitado novos dilemas e perspectivas para o Partido. A reeleição de Lula em 2006 possibilita dar continuidade a presente pesquisa. A observação sistemática dos dois mandatos (2003-2010)

pode trazer à tona novas vias de análise para compreensão da experiência petista no âmbito federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, ARTIGOS E REVISTAS

ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados-** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

_____. Presidencialismo de Coalizão e Crise de Governança. In: TAVARES, José A. Giusti (org.). **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia**. Brasília: Teotônio Vilela, 2003. p. 75-82.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. From Interdependence to Neo-mercantilism: Brazilian Capitalism in the Age of Globalization. **Latin American Perspectives**, v. 34, p. 92-114, 2007 (versão em português).

BACHA, Edmar L.; BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, p.163-189, julho-setembro/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n3/a01v25n3.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

BENJAMIN, César. O Enigma Lula: Fausto, Maquiavel ou Riobaldo? **Centro de Mídia Independente**, 19 set. 2002. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/09/36521.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

BITTAR, Jorge (org.). **O Modo petista de governar**. São Paulo: Teoria e Debate, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Governo Lula ou o estreito fio da navalha. **Gramsci e o Brasil**, dez. 2002. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arguiiv244.htm>. Acesso em: 15 abr. 2007.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CUT *et al.* Carta ao Povo Brasileiro. **La insígnia**, Brasília, 21 jun. 2005. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2005/junio/ibe_087.htm>. Acesso em: 14 jan. 2011.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FORTES, Leandro. José Dirceu no cadafalso. **Carta Capital**, p. 26-29, 07 dez. 2005.

FRANCO, Gustavo H. B. **O desafio brasileiro**: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GENOINO, José. Partido e governo. **La insígnia**, Brasil, 27 dez. 2002. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2002/diciembre/ibe_119.htm>. Acesso em: 14 mai. 2008.

_____. O governo Lula e a esquerda. **Genoino**, 27 jul. 2003. Disponível em: <http://www.genoino.org/opiniao_ver.php?idIdeia=414>. Acesso em: 14 ago. 2009.

GENRO, Tarso. **Esquerda em processo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

KECK, Margaret E. **PT-A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, P. R. Figueira. **O PT e o dilema da representação política**: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEMENHE, M. Auxiliadora. Figurações de um Presidente: Lula traidor, companheiro, populista. In: MIRANDA, Júlia; PORDEUS Jr. Ismael; LAPLANTINE, François (Orgs.). **Imaginários sociais em movimento**: oralidade e escrita em contextos multiculturais. Lyon, França: Universidade de Lyon 2- Fortaleza, Brasil: Universidade Federal do Ceará-Campinas, Brasil: Pontes Editores, 2006. p. 57-70.

LIMA, Daniel. Gilson Menezes sofre desgaste e coloca PT em xeque em Diadema. **Capital Social**, 11 ago. 1986. Disponível em: <<http://www.capitalsocial.com.br/administracao-publica/gilson-menezes-sofre-desgaste-e-coloca-pt-em-xeque-em-diadema/>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

MACHADO, João. As eleições de 2002 e o significado do governo Lula - Uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 42, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, Jairo. Notas sobre as eleições de 2002 e o sistema partidário brasileiro. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 1, p.11-19, 2003.

_____. Eleições de 2004: polarização entre o PT e o PSDB? In: CORTEZ, Hugo; HERMANNNS, Klaus (orgs.). **Nordeste 2004: o voto das capitais - análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p.13-23.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20 (1980-2000)**. São Paulo: Publifolha, 2006.

POMPÊO, Flávio Sposto. Governo Lula, o novo partido e as saídas pela esquerda para a crise de 2005. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 57, fev. 2006.

Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/057/57pompeo.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

_____. As origens do P-SOL. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, 2007.

Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/012/12pompeo.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICCI, Rudá. A noite de São Bartolomeu ou quando a força é maior que a astúcia. **Política Democrática** – Revista de Política e Cultura, Brasília, ano IV, n. 11, p.33-41, abr. 2005.

ROVAI, Renato. A história que levou Aldo à presidência da Câmara. **Revista Fórum, LOCAL, VOLUME, NÚMERO, PÁGINA**, ANO, n. 31, p. 14-17, out. 2005.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SCHMITT, Rogério. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005. p.11-25.

SECCO, Alexandre; LIMA, Maurício. Empresários na agenda de Lula. **Veja**, São Paulo, 22 mai. 2002. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/220502/p_038.html>. Acesso em: 20 jun. 2006.

SICSÚ, João *et al.* Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v.27, n.4, p. 507-524, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

SILVA, Antonio Ozaí da. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 3, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/003/03trotskismo.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

_____. Trabalho e Política- Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação – PT). **Revista Espaço Acadêmico**, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**, 22 jun. 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>>. Acesso em: 21 ago. 2008.

SILVA Jr., Eduardo H. da Costa e. **De Lula-lá a Lula-light**: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. 2005. 97 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos- CEBRAP**, edição 85, p. 83-102, dez. 2009. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1356>. Acesso em: 05 mar. 2010.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Estado e democracia no programa do PT e nos governos petistas. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 35, p. 227-262, jul./dez. 2001.
Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=125&layout=abstract>>.
Acesso em: 26 fev. 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. A crise republicana e o estado de exceção. **Ciência Hoje**, [s.l.], vol. 37, n.220, p. 18-23, out. 2005.

_____. O Estado Novo do PT. **Política Democrática**, Brasília, n. 18, p. 45-53, jul. 2007.

VIANA, Natalia *et al.* Entrevista explosiva- José Dirceu. **Caros Amigos**, n. 106, p. 38-45, jan. 2006.

WEBER, Max. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída (uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária). In: _____. **Textos selecionados**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 01-83 (OS Pensadores).

DOCUMENTOS E JORNAIS

ALENCAR, Kennedy. Má imagem do PMDB influenciou decisão de Lula. **Folha Online**, São Paulo, 21 dez. 2002.
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43809.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.

_____. Cúpula petista quer frear desgaste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A5, 13 jun. 2003.

_____. Palocci reclama, Lula cobra PT, e Genoino nega crítica. **Folha Online**, São Paulo, 09 mar. 2004a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u58955.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. Desgaste de Dirceu favorece 'direita' do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A11, 22 fev. 2004b.

_____. Lula e ministros discutem agenda contra crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2004c.

____. Não tem grilo nenhum com Palocci, diz Wagner. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2004d.

____. Lula cobra, e Genoino nega crítica à política econômica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 mar. 2004e.

ALENCAR, Kennedy; ZANINI, Fábio. Dirceu vê cassação, mas quer sair do PT de ‘cabeça erguida’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2005.

ALFREDO, João. Carta Aberta. **Palavra Viva**, Brasília, n. 08, 20 set. 2005.

BRAGON, Ranier. Líder do PT faz mea culpa por assinar nota. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A8, 04 abr. 2003a.

____. José Dirceu agradece a ajuda da oposição para aprovar 1º emenda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A8, 04 abr. 2003b.

____. Lula já recebeu mais pedidos de impeachment que FHC em 8 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A6, 04 jun. 2006.

BRAGON, Ranier; ZANINI, Fábio. Governo enfrenta pesadelo e traição na noite dos severinos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A6, 16 fev. 2005.

BRASILINO, Luís. O que está em jogo nessa eleição. **Brasil de Fato**, p. 2, out. 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. Candidatura foi definida por Lula, Sarney e Renan. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2005.

CANZIAN, Fernando. Pesquisa aponta Lula como melhor presidente do país. **Folha de São Paulo**, online, 17 dez. 2006.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87839.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

COSTA, Raymundo. PT descarta PMDB e busca mais tempo na TV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A9, 27 jun. 2004.

COTTA, Elaine. Falta de experiência administrativa de Lula preocupa S&P. **Folha Online**, São Paulo, 03 jul. 2002.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u50626.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2005.

DELGADO, Malu. Dirigentes do PT, PC do B e PSB devem terminar hoje a “nova Carta ao Povo”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A4, 01 jun. 2006a.

_____. Petista quer distância do escândalo do mensalão. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 09 jul. 2006b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0907200624.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2008.

DUAILIBI, Julia. PT manda bancada aprovar mínimo de R\$ 260. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A7, 25 mai. 2004.

FARIAS, Lindberg. Palocci caminha para o isolamento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Opinião, p. A3, 20 fev. 2003.

FIRMO, Érico. O fim do antigo “núcleo duro”. **O Povo**, Fortaleza, Política, p. 24, 28 mar. 2006.

FOLHA ONLINE. Após três eleições, Lula chega à Presidência da República. **Folha Online**, São Paulo, 27 out. 2002a.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.

_____. Ministério. **Folha Online**- Especial- 2002- Governo Lula, São Paulo, 2002b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2008.

_____. Lula é reeleito presidente do Brasil com mais de 57 mi de votos. **Folha Online**, São Paulo, 29 out. 2006a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86105.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

_____. Governo Lula termina mandato com melhor avaliação desde 2003, diz CNI/Ibope. **Folha Online**, São Paulo, 18 dez. 2006b.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87859.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. Foi a 1ª vaia em 18 anos, diz Pellegrino. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 12 jun. 2003a.
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1206200313.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

_____. Radicais do PT criticam o comando do partido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2003b.

_____. Pires na mão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 2004.

_____. "Política econômica não mudará", diz Mantega. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 28 mar. 2006.
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2803200614.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

FRAGA, Plínio. Governo Lula tem de ser mais eficaz, diz PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A13, 10 dez. 2003.

FREIRE, Silvia; ORNAGHI, Tiago; PEIXOTO, Paulo. Acordo PT-PMDB fracassa em capitais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A6, 01 jul. 2004.

FUTEMA, Fabiana. PDT e PPS ameaçam votar contra autonomia do Banco Central. **Folha Online**, São Paulo, 07 mar. 2003.
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46738.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

GERCHMANN, Léo. PT pró-CPI é aliado de PSDB e PFL, diz Genoio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A5, 27 mai. 2005.

JUNQUEIRA, Caio. Petistas rejeitam acerto com PSDB para acabar com a reeleição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2005.

MACHADO, Gilmar; NEVES, Gilberto. Unidade da esquerda, antes que seja tarde. **Democracia Socialista – Em Tempo**, p. 4, abr. 2005.

MARREIRO, Flávia. 400 filiados deixam PT e aderem ao PSOL. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 26 set. 2005. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2609200512.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2010.

MELO, Murilo Fiuza de. Dirceu diz que PT tem “humildade” e precisa de “ajuda”. **Folha Online**, São Paulo, 14 dez. 2002.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43539.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores**: resoluções de encontros e congressos (1979-1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PATU, Gustavo. Frente contra Palocci recebe adesões entre petistas moderados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, 17 mar. 2004.

_____. Lula é presidente mais ortodoxo em 20 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Brasil, p. A12, 09 jul. 2006.

RODRIGUES, Fernando; CABRAL, Otávio. PP, ex-PPB, anuncia apoio formal a Lula. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 16 mai. 2003.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1605200310.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

ROSSI, Clóvis. Soros diz que EUA irão impor Serra e que Lula seria o caos. **Folha Online**, São Paulo, 08 jun. 2002.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33369.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

RÖTZSCH, Rodrigo. Petista obtém avaliação positiva recorde. **Folha de São Paulo**, online, São Paulo, 25 out. 2006. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u85759.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

SALLES, Marcelo. Entrevista: João Alfredo. **Fazendo Media**, Niterói, 04 dez. 2005.

Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/novas/entrevista041205>>. Acesso: 06 dez. 2005.

SEABRA, Catia. Crise pode levar país à anomia, diz Tarso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2005.

SOUZA, Leonardo. Bancos acenam com apoio a Lula, se eleito. **Folha Online**, São Paulo, 27 mai. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u32964.shtml>>.

Acesso em: 30 ago. 2006.

ULHÔA, Raquel. PT cederá ministério ao PMDB, diz Dirceu. **Folha Online**, São Paulo, 29 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2005.

ZANINI, Fábio. PT quer José Alencar (PL) como seu "avalista". **Folha Online**, São Paulo, 16 jun. 2002a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33621.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

_____. Surpreendente, PMDB vira meta prioritária de Lula. **Folha Online**, São Paulo, 29 out. 2002b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41791.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2006.

ZORZAN, Patrícia. Até agora calada, esquerda do PT reivindica espaço. **Folha de São Paulo-Especial**, online, São Paulo, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2810200218.htm>>. Acesso em: 28 out. 2010.